

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIANO MOURA MELGAREJO

A Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade civil pela Educação
(Reduca):
instrumento de hegemonia burguesa (2011-2022)

FLORIANÓPOLIS
2023

MARIANO MOURA MELGAREJO

**A REDE LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL PELA EDUCAÇÃO (REDUCA):
INSTRUMENTO DE HEGEMONIA BURGUESA (2011-2022)**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de doutor em
Educação pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação do Centro de
Ciências Humanas e da Educação –
FAED, da Universidade do Estado de
Santa Catarina – Udesc.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da
Silva

FLORIANÓPOLIS

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Melgarejo, Mariano Moura
A Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade civil
pela Educação (Reduca) : Instrumento da hegemonia
burguesa na América Latina (2011-2022) / Mariano Moura
Melgarejo. -- 2023.
190 p.

Orientador: Mariléia Maria Silva
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2023.

1. Reduca. 2. Aparelhos Privados de Hegemonia. 3.
Hegemonia. 4. Política Educacional. 5. intelectuais orgânicos.
I. Silva, Mariléia Maria. II. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

MARIANO MOURA MELGAREJO

**A REDE LATINO-AMERICANA DE ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL PELA EDUCAÇÃO (REDUCA):
INSTRUMENTO DE HEGEMONIA BURGUESA (2011-2022)**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de doutor em
Educação pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação do Centro de
Ciências Humanas e da Educação –
FAED, da Universidade do Estado de
Santa Catarina – Udesc.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da
Silva

BANCA EXAMINADORA

Membros:

Prof.^a Dr.^a Mariléia Maria da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Olinda Evangelista
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Eneida Oto Shiroma
Universidade Federal de Santa Catarina

Lourival José Martins Filho
Universidade do Estado de Santa Catarina

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Alba Regina Battisti de Souza
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 19 de julho de 2023.

Dedicada a Mariza Rolim de Moura
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Meu percurso na pós-graduação foi marcado por grandes dificuldades, ao ter que conciliar tantas demandas profissionais, familiares e de saúde com os estudos. Iniciei o curso de doutorado na mesma semana em que perdi a minha mãe, e essa certamente foi a maior dor da minha vida. Se consegui chegar até o final desta etapa, foi por estar rodeado de pessoas muito especiais, que souberam entender o meu momento, foram solidárias e me acompanharam até aqui.

Agradeço a todas as professoras e professores que participaram da minha formação, em especial dos grupos de pesquisa que eu pude acompanhar nos últimos anos, o GEPETO e GIPE, da UFSC, e o LUTE da UDESC, além de meus amigos do Centro de Desportos: Capela, Edgard, Chico e Iracema: muito obrigado pela parceria e pelo incentivo, eu me inspiro em vocês. Aos meus colegas de grupos de estudo e de pós-graduação, meu agradecimento.

Neste caminho conheci as três professoras que me formaram na pós-graduação, as quais eu tenho imenso carinho: Olinda Evangelista, Eneida Shiroma e Mariléia Maria da Silva. Minha gratidão por vocês não cabe em palavras. Meu agradecimento também aos professores Rodrigo Lamosa e Lourival José Martins Filho, que se disponibilizaram em contribuir para a minha pesquisa participando das bancas de qualificação e de defesa, suas contribuições foram fundamentais para esta tese.

Tenho a sorte de estar rodeado de muitos amigos, que contribuíram de diversas formas nesta caminhada. Não os citarei nominalmente, mas abrirei duas exceções que demonstram que eu não estaria aqui hoje sem todos vocês: Thiago Salgado, serei eternamente grato por seu gesto de camaradagem. Arturito, sem você eu simplesmente não seria capaz de terminar esta tarefa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à toda a minha família, que me deu o suporte e incentivo para chegar até aqui, em especial à minha companheira Aretusa, que esteve comigo neste longo trajeto – enfrentamos toda a pandemia juntos – e me auxiliou nas tarefas de pesquisa nos momentos mais difíceis. Amo vocês!

Talvez um dia os gemidos das masmorras
E o suor dos operários e mineiros
Vão se unir à voz dos fracos e oprimidos
E às cicatrizes de tantos guerrilheiros

Talvez um dia o silêncio dos covardes
Nos desperte da inocência destes anos
E o grito do Sepé na voz do povo
Vai nos lembrar que esta terra ainda tem dono

(ZANATTA; ALVEZ, 1987).

RESUMO

O presente estudo versa sobre a Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade Civil pela Educação, com o objetivo de analisar as ações da rede na sua articulação política pela defesa do projeto burguês nas políticas educacionais para a América Latina e Caribe, por meio das publicações, eventos e da atuação de seus membros associados: a Fepade (El Salvador), Fundación Omar Dengo, (Costa Rica), Educa (República Dominicana), Ferema (Honduras), Eduquemos (Nicarágua), Educar 2050 (Argentina), Empresarios por la Educación (Colômbia), Empresarios por la Educación (Guatemala), Grupo Faro (Equador), Todos pela Educação (Brasil), Mexicanos Primero (México), Empresarios por la Educación (Peru), Educación 2020 (Chile), Juntos por la Educación (Paraguai) e Unidos por la Educación (Panamá). A rede foi caracterizada como uma frente móvel de poder transnacional que articula os interesses particulares das classes dirigentes a fim de que se apresentem como o interesse geral da sociedade e se expressem em políticas públicas nas redes de educação dos países latino-americanos. A rede abrange aparelhos privados de hegemonia fortemente vinculados às elites orgânicas locais, com destaque para o capital financeiro, proprietários dos meios de comunicação de massa e as maiores indústrias de cada país. Suas ações se dão no plano midiático, com campanhas de amplo alcance, presença marcante no noticiário e debates televisivos, articulação estreita com organismos supranacionais, organização de eventos, projetos educativos de grande abrangência financiados por governos nacionais e locais, com ênfase no uso de tecnologias e aprendizagem socioemocional, além de uma articulação estreita entre os intelectuais dos aparelhos privados estudados e os aparelhos de Estado, no constante debate sobre a agenda de políticas educacionais, na entrada dos quadros intelectuais ao aparelho de Estado e na articulação direta com os Ministros da Educação dos países estudados. Quatro eixos de políticas públicas se destacam: a defesa da educação infantil; a avaliação em larga escala calcada nos exames organizados pela UNESCO e OCDE; a profissionalização docente, que envolve um conjunto de políticas meritocráticas para a carreira do magistério; a redução do currículo escolar às necessidades imediatas do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Reduca; aparelhos privados de hegemonia; hegemonia; política educacional; intelectuais orgânicos.

ABSTRACT

The present study deals with the Latin American Network of Civil Society Entities for Education, with the objective of analyzing the actions of the network in its political articulation for the defense of the bourgeois project in educational policies for Latin America and the Caribbean, from the perspectives of publications, events and the performance of its associated members, Fepade (El Salvador), Fundación Omar Dengo, (Costa Rica), Educa (Dominican Republic), Ferema (Honduras), Eduquemos (Nicaragua), Educar 2050 (Argentina), Empresarios por la Educación (Colombia), Empresarios por la Educación (Guatemala), Grupo Faro (Ecuador), Todos pela Educação (Brazil), Mexicanos Primero (Mexico), Empresarios por la Educación (Peru), Educación 2020 (Chile), Juntos por la Educación (Paraguay) and Unidos por la Educación (Panama). The network was characterized as a mobile front of transnational power that articulates the particular interests of the ruling classes so that they present themselves as the general interest of society and are expressed in public policies in the education networks of Latin American countries. The network encompasses private apparatuses of hegemony strongly linked to local organic elites, with emphasis on financial capital, owners of mass media and the largest industries in each country. Its actions take place in the media, with wide-ranging campaigns, strong presence in the news and television debates, close articulation with supranational organizations, organization of events, wide-ranging educational projects financed by national and local governments, with emphasis on the use of technologies and socio-emotional learning, in addition to close articulation between the intellectuals of the private apparatuses studied and the State apparatuses, in the constant debate on the educational policy agenda, in the entry of intellectual cadres into the State apparatus and in direct articulation with the Ministers of Education of the countries studied. Four axes of public policies stand out: the defense of early childhood education; large-scale assessment based on exams organized by UNESCO and OECD; teaching professionalization, which involves a set of meritocratic policies for the teaching career; the reduction of the school curriculum to the immediate needs of the labor market.

Keywords: Reduca; private apparatuses of hegemony; hegemony; educational politics; organic intellectuals.

RESUMEN

El presente estudio trata sobre la Red Latinoamericana de Entidades de la Sociedad Civil por la Educación, con el objetivo de analizar las acciones de la red en su articulación política para la defensa del proyecto burgués en las políticas educativas para América Latina y el Caribe, desde las perspectivas de publicaciones, eventos y el desempeño de sus asociados, Fepade (El Salvador), Fundación Omar Dengo, (Costa Rica), Educa (República Dominicana), Ferema (Honduras), Eduquemos (Nicaragua), Proyecto Educar 2050 (Argentina), Empresarios por la Educación (Colombia), Empresarios por la Educación (Guatemala), Grupo Faro (Ecuador), Todos pela Educação (Brasil), Mexicanos Primero (México), Empresarios por la Educación (Perú), Educación 2020 (Chile), Juntos por la Educación (Paraguay) y Unidos por la Educación (Panamá). La red se caracterizó como un frente móvil de poder transnacional que articula los intereses particulares de las clases dominantes para que se presenten como interés general de la sociedad y se expresen en políticas públicas en las redes educativas de los países latinoamericanos. La red engloba aparatos privados de hegemonía fuertemente ligados a las élites orgánicas locales, con énfasis en el capital financiero, dueños de los medios de comunicación y las industrias más grandes de cada país. Su acción se desarrolla en los medios de comunicación, con amplias campañas, fuerte presencia en los debates noticiosos y televisivos, estrecha articulación con organismos supranacionales, organización de eventos, amplios proyectos educativos financiados por los gobiernos nacionales y locales, con énfasis en el uso de tecnologías y aprendizajes socioemocionales, además de una estrecha articulación entre los intelectuales de los aparatos privados estudiados y los aparatos del Estado, en el constante debate sobre la agenda de política educativa, en el ingreso de cuadros intelectuales al aparato del Estado y en la articulación directa con los Ministros de Educación de los países estudiados. Se destacan cuatro ejes de políticas públicas: la defensa de la educación inicial; evaluación a gran escala basada en exámenes organizados por la UNESCO y la OCDE; la profesionalización docente, que implica un conjunto de políticas meritocráticas para la carrera docente; la reducción del currículo escolar a las necesidades inmediatas del mercado laboral.

Palabras clave: Reduca; aparatos privados de hegemonía; hegemonía; política educativa; intelectuales orgánicos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A queda da taxa mundial de lucro (1892-2007).....	41
Figura 2 – Circulação das políticas educacionais chilenas na América Latina na década de 1990	72
Gráfico 1 – Distribuição de referências dos projetos do Banco Mundial segundo países nos anos 1990.....	73
Figura 3 – Distribuição dos projetos da Fepade por departamentos (1998-2021)	88
Tabela 1 – Famílias que controlam os principais bancos de El Salvador (2017)	92
Tabela 2 – Junta diretiva da Fepade (2021-2023).....	92
Figura 4 – Alcance do Programa Nacional de Informática Educativa (2010-2021) ...	94
Figura 5 – Atuação regional da ExE (Colômbia, 2006).....	106
Gráfico 2 – Distribuição da arrecadação do Educación 2020 de acordo com a categoria dos doadores (2018-2020)	123
Figura 6 – Dados gerais de El Salvador	155
Figura 7 – Dados gerais da Costa Rica	159
Figura 8 – Sócios e doadores da Fundación Omar Dengo em 2015	160
Figura 9 – Sócios da Fundación Omar Dengo em 2021 (parte 1)	161
Figura 10 – Sócios da Fundación Omar Dengo em 2021 (parte 2).....	162
Figura 11 – Novas alianças da Fundación Omar Dengo em 2021.....	163
Figura 12 – Dados gerais da República Dominicana.....	164
Figura 13 – Dados gerais de Honduras.....	165
Figura 14 – Dados gerais de Nicarágua	166
Figura 15 – Dados gerais da Argentina	167
Figura 16 – Dados gerais do Uruguai.....	168
Figura 17 – Dados gerais de Colômbia	172
Figura 18 – Dados gerais de Guatemala.....	173
Figura 19 – Sócios na categoria Platino Gran Jaguar do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023)	174
Figura 20 – Sócios na categoria Oro do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023)	175
Figura 21 – Sócios na categoria Jade do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023)	175

Figura 22 – Sócios nas categorias Prata e Bronze do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023).....	176
Figura 23 – Outros doadores Jaguar do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023)	176
Figura 24 – Dados gerais de Equador.....	177
Figura 25 – Dados gerais do Brasil	178
Figura 26 – Membros dos Conselhos do Todos pela Educação em 2022	180
Figura 27 – Empresas mantenedoras do Todos pela Educação em 2022.....	181
Figura 28 – Dados gerais de México	182
Figura 29 – Dados gerais de Peru.....	183
Figura 30 – Sócios de Empresarios por la Educación (Peru)	184
Figura 31 – Aliados de Empresarios por la Educación (Peru)	185
Figura 32 – Dados gerais de Chile	186
Figura 33 – Dados gerais de Paraguai	187
Figura 34 – Meios de comunicação aliados do Juntos por la Educación (Paraguai, 2023)	188
Figura 34 – Outros aliados do Juntos por la Educación (Paraguai, 2023)	188
Figura 35 – Dados gerais de Panamá	189
Figura 35 – Publicação do Unidos por la Educación (Panamá) sobre a Reduca (2018)	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Benefícios externos e não-monetários da educação, 2008	24
Quadro 4 – Membros da Reduca em 2023	27
Quadro 2 – Matrículas escolares por categorias administrativas, 1982-2012	69
Quadro 3 – Modelos de gestão dos sistemas de educação por país, 2015	70
Quadro 5 – Alianças da Fepade (2021)	88
Quadro 6 – Membros fundadores da Fepade (1986)	91
Quadro 7 – Membros da Fundación Omar Dengo (2023)	94
Quadro 8 - Presidentes do Educa (1989, 2022)	97
Quadro 9 – Membros da Comisión de Trabajo de Ex Ministros do Eduquemos (2011)	99
Quadro 10 – Membros da Junta Diretiva do Eduquemos (2023)	100
Quadro 11 - Junta Diretiva do Empresarios por la Educacion (Guatemala, 2021- 2022)	108
Quadro 12 – Membros da Diretoria do Educar 2050 (2023)	111
Quadro 13 – Membros do Conselho Assessor do Educar 2050 (2023)	111
Quadro 14 – Membros fundadores do Todos pela Educação (Brasil, 2006)	114
Quadro 15 – Membros do Mexicanos Primero (2023)	116
Quadro 16 – Sócios fundadores do APH Empresarios por la Educación (Peru, 2007)	119
Quadro 17 – Ligações do APH Empresarios por la Educación (Peru, 2023)	120
Quadro 18 – Empresas e fundações que se relacionam com o Educación 2020 (2021)	123
Quadro 19 – Patrocinadores do Educación 2020 (2008 a 2020)	124
Quadro 20 – Membros do Juntos por la Educación (Paraguai, 2023)	127
Quadro 21 – Membros do Unidos por la Educación (Panamá, 2023)	130
Quadro 22 – Membros fundadores da Fepade em 31 de dezembro de 1986	155
Quadro 23 - Sócios fundacionais da Eduy21 (2017)	170
Quadro 24 – Comitê acadêmico do Eduy21 (2017)	171
Quadro 25 – Comissão honorária do Eduy21 (2017)	171
Quadro 26 - Sócios fundadores do Todos Pela Educação (Brasil)	178
Quadro 27 – Membros do conselho consultivo original do Unidos por la Educación (Panamá, 2023)	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
ADP	<i>Asociación Dominicana de Profesores</i>
ANID	<i>Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo</i> , ligada ao <i>Ministerio de Ciencia, Tecnología, Conocimiento e Innovación</i>
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
APH	<i>aparelho privado de hegemonia</i>
BDTD-	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto
IBICT	Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BTDC	Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAF	Corporação Andina de Fomento
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFR	<i>Council on Foreign Relations</i>
EUA	Estados Unidos da América
ExE	<i>Empresarios por la Educación</i>
Fepade	<i>Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo</i>
Ferema	Fundação Ernesto Maduro Amadeu
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
Latindex	<i>Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal</i>
LIDAP	<i>Liga de Asociaciones de Publicidad</i>
MORENA	Movimento Regeneração Nacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
Redalyc	<i>Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal</i>
Reduca	Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade Civil pela Educação
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SIMCE	<i>Sistema de Medición de la Calidad de la Educación</i>
TpE	Todos Pela Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	A LUTA PELA HEGEMONIA E O ESTADO DO CAPITAL.....	35
2.1	O ESTADO E A CRISE DO CAPITAL	36
2.2	A INTERNACIONAL CAPITALISTA	43
2.3	RACHADURAS NO BLOCO HISTÓRICO	48
3	O SANGRENTO MODELO EDUCACIONAL CHILENO	55
3.1	CHILE SOB A MIRA DA AVE DE RAPINA	55
3.2	OS (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL CHILENA	63
4	A REDUCA: INSTRUMENTO DA HEGEMONIA BURGUESA	74
4.1	ASPECTOS GERAIS DA REDE.....	74
4.2	O DISCURSO UNÍSSONO DA REDUCA	82
5	AS REDES INTERNAS À REDUCA	86
5.1	EL SALVADOR – FUNDACIÓN EMPRESARIAL PARA EL DESARROLLO EDUCATIVO	87
5.2	COSTA RICA – FUNDACIÓN OMAR DENGÓ	92
5.3	REPÚBLICA DOMINICANA – EDUCA	95
5.4	HONDURAS – FUNDAÇÃO ERNESTO MADURO AMADEU (FEREMA).....	98
5.5	NICARÁGUA - FORO EDUCATIVO NICARAGUENSE EDUQUEMOS	99
5.6	URUGUAI – REACHINGU E EDUY21	101
5.7	COLÔMBIA – EMPRESARIOS POR LA EDUCACIÓN	103
5.8	GUATEMALA – EMPRESARIOS POR LA EDUCACIÓN	107
5.9	EQUADOR – GRUPO FARO	108
5.10	ARGENTINA – PROYECTO EDUCAR 2050	110
5.11	BRASIL – TODOS PELA EDUCAÇÃO	112
5.12	MÉXICO – MEXICANOS PRIMERO	115
5.13	PERU – EMPRESARIOS POR LA EDUCACIÓN	119
5.14	CHILE – EDUCACIÓN 2020.....	121
5.15	PARAGUAI – JUNTOS POR LA EDUCACIÓN.....	127
5.16	PANAMÁ – UNIDOS POR LA EDUCACIÓN	129
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132

REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – EL SALVADOR.....	155
APÊNDICE B - COSTA RICA	159
APÊNDICE C - REPÚBLICA DOMINICANA	164
APÊNDICE D – HONDURAS	165
APÊNDICE E – NICARÁGUA	166
APÊNDICE F – ARGENTINA	167
APÊNDICE G - URUGUAI	168
APÊNDICE H – COLÔMBIA.....	172
APÊNDICE I – GUATEMALA.....	173
APÊNDICE J – EQUADOR	177
APÊNDICE K – BRASIL.....	178
APÊNDICE L – MÉXICO	182
APÊNDICE M – PERU.....	183
APÊNDICE N – CHILE	186
APÊNDICE O – PARAGUAI.....	187
APÊNDICE P – PANAMÁ.....	189

1 INTRODUÇÃO

Soy América Latina. Un pueblo sin piernas, pero que camina. (PÉREZ et al., 2010).

A América Latina, terreno de nossa pesquisa, tem sua história marcada por processos brutais de expropriação da terra e da cultura dos seus povos originários por parte das potências europeias desde o final do século XV. Passados os processos de independência, guerras, reformas, revoluções e muitas crises, persiste na região, com raras exceções, sociedades capitalistas marcadas pela dependência perante as potências do centro do capitalismo.

Com economias voltadas sobretudo para a exportação de matéria prima e produtos semimanufaturados (*commodities*) e uma indústria pouco desenvolvida, o conjunto de países chegou a 2019 com cerca de 26 milhões de desempregados, ou mais de 8% de trabalhadores sem emprego, enquanto entre os jovens essa taxa estava próxima dos 20%, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) coletados antes da pandemia de COVID-19, que dizimou postos de trabalho pelo mundo a partir de 2020. Dentre aqueles empregados, 53% estavam na informalidade, e estas proporções só pioram entre mulheres, jovens e negros (OIT, 2018).

O abismo entre as classes sociais, característico da reprodução metabólica do capital, é ainda mais gritante na América Latina e Caribe, que segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sustenta o maior índice de concentração de renda do mundo (CEPAL, 2018). Aproximadamente 185 milhões de pessoas (30,1%) estavam em situação de pobreza¹ na região em 2018, das quais 66 milhões em situação de pobreza extrema, 20 milhões a mais do que em 2014 (CEPAL, 2020). Estimativas indicavam que ao final de 2020 teríamos 230 milhões de latino-americanos e caribenhos em situação de pobreza (CEPAL, 2020).

Em um sistema econômico que relega às massas trabalhadoras apenas uma fração do que elas produzem e mantém um enorme exército industrial de

¹ Conceito utilizado pelo Banco Mundial para distinguir um grupo populacional segundo sua renda. São considerados em extrema pobreza aqueles que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia.

reserva, os conflitos são constantes e precisam ser contornados pelas classes dirigentes para a garantia das condições necessárias à extração de mais-valor. Enquanto as classes subalternas organizam com muito custo as suas trincheiras de batalha – sindicatos de trabalhadores, partidos, associações, movimentos sociais, mídia independente etc. – para libertar-se das amarras do trabalho subsumido ao capital, as classes dirigentes organizam-se dispondo de um arsenal midiático, jurídico, político e militar garantidor da ordem burguesa que busca a todo momento, por meio da atuação de seus intelectuais orgânicos em aparelhos privados de hegemonia e no aparato estatal, estabelecer o máximo de consentimento ativo das classes subalternas ao projeto histórico burguês. Quando a situação foge ao controle, o fiel da balança apresenta-se como o braço armado do Estado, que busca garantir pela força a manutenção da sociedade de classes.

As políticas que receberam o jargão de neoliberais, inicialmente implementadas no Chile por uma sangrenta ditadura (1973-1990), são mais amplamente conhecidas no mundo pelos governos de Ronald Reagan (1911-2004) e Margareth Thatcher (1925-2013), em suas gestões como presidente dos Estados Unidos da América (EUA, 1981-1989) e primeira-ministra do Reino Unido (1979-1990), e alguns anos depois moldadas e negociadas com os países latino-americanos por meio do que ficou conhecido como o Consenso de Washington, receituário de medidas como o corte de gastos públicos, privatizações, desregulamentação econômica e trabalhista, abertura comercial e eliminação de restrições para investimento estrangeiro direto, condicionalidades adotadas por instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para conceder crédito aos países da América Latina e Caribe, amplamente endividados pelas sucessivas crises das décadas anteriores.

O projeto educacional que emerge na década de 1970 tem no governo do ditador Augusto Pinochet (1915-2006) o seu modelo-padrão: desarticulação dos professores e repressão violenta a qualquer tipo de contestação; privatização em larga escala; municipalização da educação básica; avaliação em larga escala;

destruição da carreira docente; políticas meritocráticas; sistema de *vouchers*² e escolas privadas de baixo custo (e baixíssima qualidade); adequação do currículo aos interesses imediatos do “mercado de trabalho”, ou seja, uma formação pautada na formação para o trabalho simples, com suas nuances.

A Educação tem um lugar central na produção de consenso: é por meio dela que os intelectuais da burguesia justificam todas as desigualdades, e, portanto, apresentam-na como a grande solução para a ascensão social, uma vez que, com a mesma educação ofertada para todos, supostamente os mais esforçados garantiriam melhores condições de vida. A triste realidade de nosso subcontinente é de que sequer a educação básica foi universalizada e há desigualdades educacionais gritantes mesmo nas redes públicas.

Para Schultz (1902-1998), teórico do capital humano, os trabalhadores se tornariam capitalistas ao adquirir conhecimentos que tem valor econômico e assim prosperariam. Estende o raciocínio aos países ditos subdesenvolvidos, a exemplo dos latino-americanos que supostamente alcançariam a solução de seus problemas econômicos pelo investimento em educação (SCHULTZ, 1973). Este intelectual orgânico do capital, que foi patrocinado pela Fundação Ford para desenvolver seus estudos, buscou assim ocultar o fundamento das desigualdades, que é a propriedade privada dos meios de produzir a vida e a consequente subsunção do trabalho ao capital, com a apropriação do resultado da produção por uma classe em detrimento de outras. Adequada às necessidades do século XXI, a teoria do capital humano segue como fundamento central do setor de Educação de organismos supranacionais como o Banco Mundial (WORLD BANK, 2020) e BID (MELGAREJO, 2017).

Nas últimas décadas surgiram diversos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2017) nos países latino-americanos voltados especificamente para organizar os interesses burgueses nas políticas educacionais, que têm feito a interlocução entre as diretrizes mais gerais formuladas por organismos supranacionais e a produção de políticas públicas nos seus países de origem. Shiroma (2011) aponta que tanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como o Banco Mundial, a

² A educação chilena será tratada em capítulo específico, dada sua importância como maior exemplo de “sucesso” para o BID, e consequentemente para suas iniciativas na área da Educação, como a Reduca.

Organização dos Estados Americanos (OEA) e o BID exercem forte influência sobre os governos nacionais e locais.

Silveira (2018) critica o uso de termos como “organismos internacionais” e “organizações multilaterais” para descrever tais organizações, uma vez que soaria como uma espécie de equidistância entre os Estados envolvidos:

[...] o multilateralismo geopolítico poderia ser concebido como uma relação de liberdade de acordos, de comércio, de fluxo de capital, de fluxo de pacotes tecnológicos, em uma proporção tal que, a relações entre países, organismos especializados e burguesias locais seriam equipolentes ou teriam a mesma força e poder políticos capazes de manter o equilíbrio do campo de forças. O que não é possível! (SILVEIRA, 2018, p. 9).

Silveira (2012; 2015; 2018; 2020a), se ampara na concepção gramsciana de *grande Estado burguês supranacional*, como a forma com que a burguesia começava a organizar seus interesses no pós-guerra mundial, ao organizar blocos político-econômicos regionais e internacionais, além de organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio,

[...] cujo poder privado reúne ministros e secretários de Estado, empresários, engenheiros, executivos, analistas e cientistas. Intelectuais que atuam em espaços decisórios que relativizam a soberania do Estado-Nação no que diz respeito às trocas internacionais, às barreiras alfandegárias, à livre concorrência, à concentração de capital, bem como à regionalização e integração da educação. (SILVEIRA, 2015, p. 113-114).

[...] os organismos supranacionais, ao reunir uma elite intelectual de função dirigente, funcionam como mecanismo de interpenetração e desdobramento dos conteúdos políticos, econômicos, tecnológicos, educacionais e culturais do imperialismo; assumem papel decisivo nas orientações de ordem política e na assistência técnica, pedagógica, metodológica e financeira no que diz respeito à formulação de políticas públicas. (SILVEIRA, 2020a, p. 151).

[...] os organismos supranacionais, tanto na estrutura, quanto na política, manifestam os interesses gerais dos Estados-Nações e da classe dominante no poder, em particular, não de modo mecânico, mas, sim, por meio das contradições entre capital e trabalho, capital e tecnologia, trabalho e produção, trabalho e educação, que se manifestam no seio, tanto de países de capitalismo central, quanto de capitalismo dependente. (SILVEIRA, 2012, p. 3).

No Brasil as principais fontes de financiamento externo para projetos ligados à área da Educação provêm do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que juntos somavam mais de 80% deste tipo de empréstimos realizados pelo país, influenciando políticas das mais diversas áreas (MELGAREJO, 2017). Ambos possuem setores específicos para tratar da Educação, além de um histórico de importantes projetos financiados no Brasil. A agenda educacional de ambos é bastante convergente³, tendo como base a definição da educação como formadora de capital humano para suprir as demandas de reprodução do capital.

Os principais documentos balizadores destes organismos supranacionais para as políticas educacionais (VEGAS *et al*, 2013; 2016; BANCO MUNDIAL, 2010; 2019) defendem que um aumento na escolaridade de uma população amplia diretamente a produtividade numa “relação linear estabelecida entre educação e competitividade empresarial” (SHIROMA, 2018, p. 93) e balizam toda a organização escolar para a lógica de mercado, chegando ao ponto de defender e articular a privatização da gestão de escolas públicas. Clamam por uma visão redentora da educação, em que uma maior escolaridade diminuiria diretamente problemas desde a criminalidade até a saúde das famílias, além de afirmarem que há uma melhora direta na situação econômica do indivíduo de acordo com o grau de escolaridade alcançado⁴, conforme aponta o quadro a seguir, produzido com base na publicação do Banco Mundial (JIMENEZ; PATRIÑOS, 2008), utilizado em contrato do BID como argumento para justificar supostos benefícios não-monetários da educação:

Quadro 1 – Benefícios externos e não-monetários da educação, 2008

Tipo de Benefício	Resultados
Educação da criança	A educação dos pais afeta o nível e o sucesso educacional da criança
Saúde da criança	A Saúde da criança é positivamente relacionada à educação dos pais
Fertilidade	A educação da mãe reduz a chance de gravidez da filha

³ Exemplo desta convergência foi a passagem de Emiliana Vegas, que atuou por mais de uma década no Banco Mundial, para o cargo de chefe do setor de Educação do BID, em 2012. Guiomar Namó de Mello foi Especialista Sênior de Educação no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁴ Em seu blog pessoal, o pesquisador e líder do Instituto de Estudos Latino-americanos da UFSC, Nildo Ouriques, tece uma crítica a esta visão, a partir do dado da realidade brasileira de que mais de dois milhões e oitocentas mil pessoas com diploma de ensino superior estão inscritos no cadastro do Bolsa Família (OURIQUES, 2023).

Própria saúde	Mais educação aumenta a expectativa de vida
Saúde da esposa	Mais escolaridade melhora a saúde da esposa e diminui a mortalidade
Eficiência na procura por trabalho	Mais escolaridade diminui o custo de procura e aumenta a mobilidade
Tamanho da família desejado	Mais escolaridade melhora a eficiência contraceptiva
Mudança tecnológica	Escolaridade auxilia P&D, e difusão
Coesão social	Escolaridade aumenta votação e diminui alienação
Crime	Educação reduz a atividade criminosa

Fonte: Jimenez e Patriños (2008) *apud* Silva (2010).

Uma criança que nasce em uma família despossuída de capital na América Latina tem as suas condições de desenvolvimento afetadas desde a sua gestação, pela possível incapacidade de sua genitora prover-se de uma alimentação nutricionalmente adequada; por ela não ter direito ao repouso durante a gestação e pelo contrário, ser impelida a realizar esforços ao vender sua força de trabalho em troca de condições mínimas de sobrevivência. Mesmo que sua família se dedique integralmente ao trabalho assalariado, faltam-lhe muitas vezes acesso ao saneamento básico, a especialidades da área médica, à moradia digna, a um transporte eficiente. Faltam políticas de acesso à cultura e sobram exposições às mais diversas formas de violência. Faltam-lhe, portanto, condições ideais para seu desenvolvimento em todos os aspectos de sua vida, desde a nutrição até o acesso aos bens culturais. Porém, para os intelectuais do Banco Mundial, do BID e dos demais aparelhos privados de hegemonia que seguem as suas cartilhas, o acesso a uma educação de qualidade supriria todas essas demandas, como se os postos de trabalho surgissem de acordo com a oferta de força de trabalho, em que uma maior qualificação da força de trabalho faria surgir magicamente melhores postos de trabalho, ignorando assim os processos de desindustrialização e reprimarização de muitas economias periféricas, em especial no nosso subcontinente.

O projeto de educação hegemônico que estudamos parte da falsa premissa de que o acesso igualitário à educação escolar transformaria estudantes de origens distintas em competidores com iguais condições de acesso ao emprego no mercado capitalista. Por meio deste discurso, as agências que defendem o projeto hegemônico burguês, com destaque para organismos supranacionais como o Banco Mundial, UNESCO, e BID, tem produzido uma lógica perversa de esvaziamento do conteúdo da educação escolar pública em favor da homogeneização curricular, onde só cabe aquilo que

pode ser verificado por meio de avaliações em larga escala, e pela substituição da historicidade dos conteúdos em nome do desenvolvimento das habilidades socioemocionais, ao defenderem que estas são as competências necessárias ao mercado de trabalho do século XXI. Temos, portanto, uma falsificação da realidade. Vende-se por interesse universal aquilo que é o projeto de uma classe em específico. A necessidade de formação de trabalhadores dóceis e ignorantes das determinações mais básicas de sua vida, é generalizada como um processo universal de “educação para todos”, quando na prática social é um projeto de educação desenhado para as classes subalternas, uma vez que a formação das classes dirigentes passa longe da escola pública.

A formação de redes sociais tem sido difundida pelos principais organismos supranacionais nas últimas décadas como forma de legitimar a agenda política consensuada pelo capital nos fóruns mundiais de educação, em especial o ciclo de encontros composto pela Conferência de Jomtien (1990), Cúpula Mundial de Educação de Dakar (2000) e o Fórum Mundial de Educação de Incheon (2015). Neste bojo, o BID e demais organismos supranacionais tem impulsionado a formação de redes sociais como a Reduca, numa forma de driblar a resistência aos seus projetos, atuando na articulação e produção do consenso para a efetivação das reformas educacionais.

Durante minha pesquisa de mestrado⁵, em que estudei a atuação do BID na Educação, despertaram atenção dois contratos firmados em maio de 2012 (BID, 2012a; BID, 2012b) entre o banco e o movimento empresarial Todos Pela Educação (TpE). Parte do dinheiro destes contratos era destinado especificamente para a condução de atividades da Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade Civil pela Educação (Reduca). A partir desse momento passei a acompanhar as articulações em torno da rede. A Reduca foi oficialmente lançada em Brasília no ano de 2011, durante o congresso internacional organizado pelo movimento empresarial Todos Pela Educação, intitulado “Educação: Uma Agenda Urgente”, que contou com o patrocínio do BID e de grandes empresas e fundações empresariais: DPaschoal, Faber-Castell, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Instituto Camargo Corrêa,

⁵ Tal pesquisa resultou na dissertação *A agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis* (MELGAREJO, 2017).

Instituto Gerdau, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano Papel e Celulose. Contou também com os apoios de: Amics, Amigos da Escola, Canal Futura, DM9DDB, Fundação Santillana, Fundação Victor Civita, GIFE, Gol Linhas Aéreas Inteligentes, Grupo ABC, Instituto Ayrton Senna, Instituto HSBC Solidariedade, Instituto Natura, Instituto Paulo Montenegro, McKinsey & Company, Microsoft, Patri Políticas Públicas, Rede Energia e Rede Globo.

Neste trabalho estudamos a Reduca como uma frente móvel de poder transnacional que articula os interesses particulares das classes dirigentes a fim de que se apresentem como o interesse geral da sociedade e se expressem em políticas públicas nas redes de educação dos países latino-americanos. A rede abrange aparelhos privados de hegemonia fortemente vinculados ao setor empresarial, com destaque para o capital financeiro, proprietários dos meios de comunicação de massa e as maiores indústrias de cada país.

A Reduca, em sua fundação, constituiu-se em 2011 com a participação de 13 *aparelhos privados de hegemonia* (APHs)⁶, chegando a 16 com a entrada do representante do Uruguai, porém, este último fechou as portas em dezembro de 2022, restando 15, conforme quadro a seguir:

Quadro 4 – Membros da Reduca em 2023

País	Aparelho Privado de Hegemonia	Ano de criação
El Salvador	FEPADE El Salvador	1986
Costa Rica	Fundación Omar Dengo	1987
República Dominicana	Acción Empresarial por la Educación	1988
Honduras	Fundación para la Educación Ricardo Ernesto Maduro Andreu	1998
Nicarágua	Fundación Eduquemos	1998
Colômbia	Empresarios por la Educación	2002
Guatemala	Empresarios por la Educación	2002
Equador	FARO	2004
Argentina	Proyecto Educar 2050	2006
Brasil	Todos Pela Educação	2006
México	Mexicanos Primero	2007
Peru	Empresarios por la Educación	2007
Chile	Educación 2020	2008
Paraguai	Juntos Por La Educación	2011
Panamá	Unidos Por La Educación	2011

Fonte: elaboração própria.

⁶ A categoria gramsciana de *aparelhos hegemônicos*, comumente traduzida no Brasil como *aparelhos privados de hegemonia*, será apresentada mais adiante, neste capítulo.

Estudamos em especial os acontecimentos da última década, por ser o período em que a rede se encontra estruturada, entretanto a complexidade das disputas políticas em torno de um projeto de educação nos países que pretendemos nos aprofundar forçosamente nos remetem a uma análise histórica mais abrangente, que será apresentada em cada caso em particular, nos capítulos que seguem. Buscamos conhecer as principais determinações que envolvem as políticas educacionais, a sua intrínseca relação com as demandas do processo produtivo, os fundamentos do projeto educacional posto pela rede, a atuação de cada APH na articulação para transformar seus projetos eivados de interesses burgueses em políticas públicas. Em particular as disputas que se travam no processo de atualização da hegemonia burguesa, as resistências impostas pela classe trabalhadora, os projetos alternativos, as formas de organização dos trabalhadores nas redes de ensino latino-americanas. Entendemos que a política educacional vigente é resultado dessa luta entre interesses de classe opostos, hegemonizada pela burguesia.

Nosso desafio nesta pesquisa foi analisar como a Reduca atua, quais são suas articulações, financiamento e relação com os Estados, uma vez que ela congrega 15 aparelhos privados de hegemonia de diferentes países, articula periodicamente suas políticas em encontros com ministros da educação e mantém um vínculo umbilical com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Com a finalidade de descrever a dinâmica que envolve a articulação dos interesses burgueses no seio da sociedade civil em busca da manutenção e atualização da sua hegemonia, em particular sua expressão nas políticas educacionais dos países latino-americanos, elaboramos o seguinte objetivo geral: *Analisar as ações da Reduca na sua articulação política pela defesa do projeto liberal burguês nas políticas educacionais para a América Latina e Caribe, por meio das publicações, eventos e da atuação de seus membros associados.* Para tanto, apresentamos os seguintes objetivos específicos: a) Descrever os fundamentos do projeto hegemônico liberal burguês que embasam as ações das redes de políticas educacionais latino-americanas, em especial a Reduca, e sua relação com a dinâmica capitalista mundial; b) Evidenciar a atuação em rede dos APHs que compõem a Reduca em seus países de origem, desde sua criação, seu financiamento, suas parcerias, publicações e ações

públicas, em especial as articulações em torno do aparelho de Estado; c) Identificar os intelectuais orgânicos que ocuparam as direções dos APHs estudados e seus vínculos de classe.

A complexidade do objeto de estudo é evidente, uma vez que está intrincado numa relação entre os setores da burguesia que financiam as suas entidades associadas e os aparelhos de Estado ao qual se dirigem para efetivar suas políticas, confrontados com a resistência dos trabalhadores organizados. Foi realizado um estudo de diversas formulações dos APHs que compõem a Reduca, além dos documentos dos principais eventos internacionais e de organismos supranacionais envolvidos com o seu projeto educacional, como o BID, o Banco Mundial e a UNESCO. O farto material disponível, como os documentos que servem de marco histórico para este amplo processo de reforma educacional em escala mundial; as estratégias para a educação nos próximos anos publicadas pelos organismos supranacionais; os documentos da rede, forneceram os dados primários para pesquisa, que somados a outros documentos nacionais norteadores da educação, foram analisados por meio da análise documental fundamentada em Evangelista (2012), Shiroma (2005), Shiroma, Campos e Garcia (2005) e Evangelista e Shiroma (2019).

Nesta pesquisa analisamos o seguinte *corpus* documental referente diretamente à Reduca:

- a) *Declaración de Brasília - Declaración Constitutiva de la Red Latino-Americana de Organizaciones de la Sociedad Civil para la Educación* (REDUCA, 2011);
- b) *Proyecto de Cooperación Regional* (REDUCA, 2013a);
- c) *REDUCA avanza hacia una agenda latinoamericana por la educación 2014* (REDUCA, 2013b);
- d) *Declaración de Lima* (REDUCA, 2014);
- e) *Hacia una educación inclusiva en América Latina: una aproximación a 14 buenas prácticas en la región* (REDUCA, 2017);
- f) *Súper profes y súper directivos: estudio de percepción estudiantil sobre la caracterización de competencias docentes y directivas en América Latina y el Caribe y sus marcos regulatorios* (REDUCA, 2017)
- g) *Convivir: la mayor enseñanza de la escuela* (REDUCA, 2018);
- h) *Aprender és más* (REDUCA; SURA, 2019)
- i) *A educação precisa ser uma prioridade na América Latina – Manifesto REDUCA* (REDUCA, 2019a);
- j) *Declaración de Panamá* (REDUCA, 2019b).

- k) *A Educação Latino-americana na pandemia COVID-19* (REDUCA, 2020);
- l) *Temas emergentes por el derecho a aprender* (REDUCA, 2022).

Compõe ainda o campo de análise diversos outros posicionamentos da rede (REDUCA, 2013; 2015a; 2015b; 2015c; 2016; 2018), que serão apresentados ao longo da exposição.

Adotamos a perspectiva da totalidade para a análise de redes sociais conforme nos aponta Shiroma:

A compreensão da dinâmica da implantação das reformas educacionais demanda um referencial analítico que considere a rede tomada numa perspectiva de totalidade, caso contrário, pode induzir a análises pouco explicativas se ficar limitada à identificação dos componentes das redes egocentradas, ou de uma perspectiva de análise da rede como sistema fechado, que pouco ajuda a compreender as relações, as determinações, os processos contraditórios envolvidos na produção de políticas educacionais. Trata-se de passar da análise de organizações específicas, tomadas isoladamente, para a compreensão do movimento que decorre da ação articulada de sujeitos e organizações, buscando apreender, numa perspectiva de totalidade, as interconexões entre global e local (SHIROMA, 2011, p. 19).

Utilizamos como fonte o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BTDC), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT), além da ferramenta de pesquisa Google Scholar, utilizada para acessar a base da *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Realizamos buscas em bases de dados latinoamericanas como o *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Latindex) e a *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal* (Redalyc). Por fim, fizemos buscas no repositório da *Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo*, ligada ao *Ministerio de Ciencia, Tecnología, Conocimiento e Innovación* (ANID) do governo do Chile e também no Repositório Nacional de Ciência e Tecnologia do México, em que podemos encontrar *artículos de revistas científicas, tesis elaboradas en instituciones de educación superior, protocolos de investigación*,

memorias de congresos y patentes, así como otros documentos académicos que se producen en México con fondos públicos (MÉXICO, 2021, on-line).

O arsenal teórico construído por Gramsci ao longo de sua vida pré-carcerária, e sobretudo seus *Cadernos do Cárcere*, fornece as principais categorias de análise que utilizamos em nossa pesquisa, as quais apresentaremos ao longo da exposição. Inicialmente, cabe fazer algumas ponderações quanto à obra gramsciana que parecem essenciais para uma leitura crítica e contextualizada deste autor que, pelo caráter fragmentário de sua obra, recebe as mais diversas interpretações, muitas vezes antagônicas. A sua obra pode ser dividida em três blocos: um composto por seus escritos jornalísticos, outro por suas correspondências e o conjunto de escritos que desenvolveu durante o período em que esteve encarcerado pelo regime fascista italiano.

O conjunto da produção jornalística ficou conhecida no Brasil como Escritos Políticos, e abrange sobretudo suas publicações nos jornais *L'Unione Sarda*, *Il Grido del Popolo*, *Avanti!* e *L'Ordine Nuovo* e na edição única da revista *La Città Futura*. Recentemente a editora Boitempo lançou o livro *Odeio os Indiferentes* (GRAMSCI, 2020), com alguns escritos jornalísticos ainda inéditos no Brasil, publicados originalmente no ano de 1917. O segundo bloco de escritos de Gramsci refere-se às correspondências trocadas durante o período em que esteve encarcerado pelo fascismo italiano, publicadas em nosso país como *Cartas do Cárcere* (GRAMSCI, 1978). Tais diálogos são frutíferos no sentido de revelar as intenções de seus estudos, as opiniões mais variadas sobre as polêmicas do seu tempo, e, portanto, ajudam a contextualizar sua obra. Por fim, temos as suas formulações mais profundas registradas naquilo que ficou conhecido como *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 1999, 2001, 2002, 2007a, 2007b), edição e publicação das elaborações teóricas, críticas literárias, exercícios de tradução e anotações diversas constantes nos 29 cadernos⁷ escritos nos últimos anos de sua vida, entre 1929 e 1935, que sua cunhada, Tatiana Schucht, conseguiu salvar da censura imposta pelo fascismo de Mussolini (COUTINHO, 1999). A amplitude dos estudos de Gramsci – que

⁷ Gramsci dispôs de 33 cadernos durante os anos do cárcere, dos quais quatro são exclusivamente compostos por exercícios de tradução, que foram deixados de fora da edição dos cadernos do cárcere.

abarcava estudos de tradução, de literatura, debate com os grandes filósofos de seu tempo – tem como fundamento a sua persistente busca por libertar a humanidade das amarras do modo de produção capitalista. Interessava-lhe compreender como as classes subalternas italianas aderiram com tamanho entusiasmo ao fascismo para poder formular a tática e estratégia necessária para combatê-lo. Neste mergulho pela história da Itália e das revoluções na França e Rússia, pela formação de suas classes sociais, pela relação do Estado com a Igreja e tantos outros temas, Gramsci desenvolveu categorias que renovaram a tradição marxista, em especial sua rica concepção de Estado.

Preocupado com a necessidade da revolução social e ciente de que a simples tomada do poder pela força das armas não garantiria tal êxito em sociedades de tipo ocidental, o comunista sardo percebeu que a força do Estado burguês moderno reside no espraio de seus mecanismos ideológicos e coercitivos para muito além dos mecanismos oficiais da governabilidade, como a força policial e os poderes executivo, legislativo e judiciário. A classe burguesa organizava-se fortemente “por fora” do Estado *strictu sensu*, naquilo que Gramsci cunhou como aparelhos hegemônicos, traduzidos na literatura nacional como aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organizações formadas por intelectuais orgânicos de determinada classe social, que buscavam influenciar nos rumos da sociedade em seu favor e as quais as pessoas aderiam voluntariamente, tal qual os partidos, sindicatos, jornais, igrejas e outros.

Gramsci então desenvolve, desde seus primeiros anos no cárcere, um programa de pesquisa que tem como base o entendimento do Estado em seu sentido ampliado, em sua famosa fórmula: Estado + sociedade civil = Estado integral, em que a divisão em duas esferas, a sociedade civil e a sociedade política, se dá apenas metodologicamente, uma vez que há uma relação dialética em que um lado não pode existir sem o outro. (Para Gramsci, (2017, p. 261),

[...] se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção.

Decorre daí que a hegemonia da classe dominante está calcada não apenas em uma relação de força por meio da lei e das armas, mas também pelo

consentimento ativo e passivo das classes subalternas. Decorre também que o par coerção e consentimento não é exclusividade de uma ou outra esfera, ou seja, tanto as instituições governamentais atuam na formação do consentimento como alguns aparelhos privados de hegemonia exercem ações coercitivas. O autor nos brinda com a metáfora do centauro, em que a brutalidade da força animal e a razão humana estão presentes no mesmo ser, no caso, o Estado integral, ou Estado ampliado, como é usado com frequência nos debates gramscianos no Brasil.

Com base nesta noção ampliada de Estado é que analisamos as ações da Reduca, rede composta por aparelhos privados de hegemonia ligados às classes dominantes dos países associados em torno das diretrizes gerais do projeto do capital para a Educação articuladas via organismos supranacionais, materializado nos seus estudos, eventos e intervenções junto à sociedade política. Tomamos aqui, tal qual concebido por Mendonça (2014, p. 38), o Estado ampliado como ferramenta metodológica de nossa pesquisa. Para a autora,

Pensar o Estado gramscianamente é sempre pensá-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, junto a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados à(s) agência(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes, em permanente disputa.

Para que as lentes de Gramsci nos auxiliem a desvendar as amarras da política educacional latino-americana precisamos realizar um profundo exercício de tradutibilidade, em que a análise concreta da situação concreta impere, não se tratando, portanto, de encaixar conceitos à nossa realidade, mas ao contrário, partir da prática social, desde os aspectos fenomênicos do objeto, para analisá-lo dialeticamente e captar a sua essência, sem perder a perspectiva da totalidade. A política educacional emerge, pois, das determinações mais profundas do capital, dentro de uma determinada correlação de forças, e busca responder às necessidades das classes dirigentes em cada momento histórico. Para este estudo em particular, significa ir além das conexões entre grupos empresariais, intelectuais orgânicos e aparelho de Estado. A análise desta complexa tríade exigiu um mergulho nas formações sociais específicas em que lidamos, como se constituem as suas classes sociais, a dinâmica particular das

diferentes lutas de classes, a singularidade das relações estabelecidas entre intelectuais e aparelhos de Estado, tendo em vista captar as múltiplas mediações que determinam do fenômeno em estudo.

2 A LUTA PELA HEGEMONIA E O ESTADO DO CAPITAL

O que podemos estar testemunhando não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um determinado período da história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: ou seja, o ponto final da evolução ideológica da humanidade e da universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano.⁸

Francis Fukuyama

A ofensiva que visa a vacinar a nova geração contra todo pensamento social que não seja inspirado pela lógica dos mercados – portanto, vazio de visão histórica – já convenceu a grande maioria da inocuidade de toda tentativa de resistência. [...] Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da plateia, quando não o desprezo do seu silêncio. Mas como desconhecer que há situações históricas tão imprevisíveis que requerem a pureza de alma de um Dom Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a história não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar.

Celso Furtado

A queda do muro de Berlim, símbolo da dissolução do bloco soviético nas últimas décadas do século XX, gerou uma grande ressaca no movimento contestatório às ordens do capital no ocidente. Na América Latina e Caribe, significou o maior abalo sofrido pela revolução cubana desde 1959, com a volta de problemas já superados como a prostituição e a insegurança alimentar devido ao esfriamento das relações comerciais com a Rússia. Nos demais países sentiu-se o enfraquecimento dos movimentos revolucionários, aí inclusos os partidos comunistas, a ponto de Francis Fukuyama⁹ declarar o “fim da história”, em que o capitalismo liberal haveria superado para sempre o comunismo, restando como riscos para o capital o fundamentalismo religioso e o nacionalismo (FUKUYAMA, 1989). Passadas mais de três décadas, assistimos

⁸ Tradução nossa, do original: “What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind’s ideological evolution and the universalization of western liberal democracy as the final form of human government.” (FUKUYAMA, 1989, p. 4).

⁹ Segundo Fernandez e Tamaro (2004, *online*), Francis Fukuyama é um “Cientista político americano de origem japonesa. Doutor em ciência política pela Harvard University e professor de economia política internacional na Johns Hopkins University, em Washington. No final dos anos 1990 foi uma das figuras centrais dos *neocons*, grupo de pensadores neoconservadores que teria grande influência nos mandatos do presidente George W. Bush (2001-2008) e de cujas abordagens se distanciaria mais tarde”.

à afirmação da República Popular da China como uma gigantesca potência econômica e militar a desafiar a hegemonia dos EUA, enquanto a República de Cuba, a República Democrática Popular de Laos e a República Socialista do Vietnã seguem firmes em seus ideais socialistas e a República Popular Democrática da Coreia¹⁰ desenvolveu-se militarmente a ponto de exigir os maiores cuidados da diplomacia estadunidense, provas de que a tentativa aventada por Fukuyama (1989) de se afirmar uma espécie de democracia liberal burguesa universal falhou.

A supremacia americana formada desde a II Guerra Mundial vem sendo a cada dia mais desafiada pelo bloco de países que orbita em torno da aliança entre Rússia e China. Torna-se ainda mais importante a ação do decadente império estadunidense para manter seu poder de influência na América Latina e Caribe. Enquanto isso, a China vai se tornando a principal aliada comercial da maioria dos países da região.

Em uma conjuntura de sucessivas crises, em que as estratégias das classes dominantes precisam de constantes atualizações para a manutenção da ordem burguesa, convém voltarmos aos clássicos para não cairmos no canto da sereia da apregoada reforma da educação. Desta forma, podemos analisar este movimento dos representantes do grande capital como uma das táticas necessárias à tentativa de conter a queda tendencial da taxa de lucros diante de um capitalismo envolto em constantes crises.

2.1 O ESTADO E A CRISE DO CAPITAL

Karl Marx (1818-1883), ao desenvolver a sua crítica da economia política, forneceu grandes contribuições para uma análise histórica e dialética acerca da categoria Estado. Apontou que ele é fruto da divisão da sociedade em classes sociais, distanciando desde a raiz a concepção marxiana do Estado daquelas produzidas até então, com destaque para as ideias liberais de Thomas Hobbes e John Locke. Se para estes autores, o Estado configurava-se como um mal necessário para garantir a sociabilidade, para Marx o Estado só existe enquanto

¹⁰ Não se trata aqui de necessariamente fazer juízo de valor em relação a cada experiência apresentada, mas da demonstração empírica que a grande política, no sentido gramsciano, continua sendo jogada no plano global e em nosso continente.

persistir a divisão da sociedade em classes antagônicas, pois sua função fundamental é garantir a propriedade privada dos meios de produção nas mãos da burguesia.

Em trecho da obra *A ideologia alemã* (2007), Marx estabelece a relação do Estado e do direito com a propriedade, demonstrando que nos diferentes modos de produzir a vida o Estado atuou como garantidor da propriedade privada, em que o Direito aparece como algo neutro, naturalizando as relações de propriedade. Para Marx e Engels (2007, p. 77), “Essa ilusão jurídica, que reduz o direito à mera vontade, resulta necessariamente, no desenvolvimento ulterior das relações de propriedade, no fato de que alguém pode ter um título jurídico de uma coisa sem ter a coisa realmente”. Gramsci (2017, p. 266) trata do tema em seus *cadernos do cárcere*:

Supõe-se que o direito seja a expressão integral de toda a sociedade, o que é falso: ao contrário, constituem expressão mais aderente da sociedade aquelas regras de conduta que os juristas chamam “juridicamente indiferentes” e cuja zona se modifica com os tempos e com a extensão da intervenção estatal na vida dos cidadãos. O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres antissociais por natureza, ou deficientes mentais), mas a classe dirigente, que “impõe” a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é esta: pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente [...].

No primeiro capítulo da obra *O Estado e a Revolução*, Lenin (1870-1824) recupera o estudo de Engels (1820-1895) sobre o desenvolvimento histórico do Estado, presente na obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada, e do Estado*, para afirmar que o Estado nasce da necessidade de “refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes” (LENIN, s. d., p. 7) sendo, portanto, o Estado da classe economicamente dominante que, por meio dele exerce seu domínio político, ampliando os meios de oprimir e explorar a classe dominada.

Um ponto fundamental na teoria marxista é de que o Estado capitalista deve ser destruído, implodido pela revolução proletária, que conduziria a um Estado de transição, até que todas as suas funções essenciais fossem diluídas pela auto-organização dos trabalhadores. Essa concepção é incompatível com a ilusão social-democrata de que o Estado capitalista pode ser “ajustado”, de

forma que a exploração capitalista se dê em condições mais “humanizadas”, uma vez que a lógica de acumulação do capital necessariamente produz um abismo entre a condição de existência dos detentores de capital e daqueles que possuem apenas a sua força de trabalho.

Nascido no final do século XIX na Sardenha, Itália, Gramsci (1891-1937) presenciou uma ampliação sem precedentes da sociedade civil, com a composição de grandes sindicatos, partidos e jornais ligados aos interesses da classe trabalhadora. Perseguido e enjaulado pelo regime fascista de Benedito Mussolini, elaborou no cárcere um rico conjunto de reflexões, dentre as quais a existência de indissociabilidade entre Estado e sociedade civil, sintetizada na categoria Estado integral.

Os aparelhos privados de hegemonia foram tratados por Gramsci como organismos aos quais se adere voluntariamente e não se caracterizam pelo uso da repressão. Enquanto na sociedade política se exerce fundamentalmente a coerção – por ser a esfera social que possui o monopólio da violência pelo controle dos aparelhos repressivos, como a polícia, o exército e todo o aparato legal e prisional –, na sociedade civil a dominação se dá na medida em que se conquista a direção política, ainda que não se possa dividir mecanicamente as funções coercitivas e de formação de consenso entre o Estado restrito e a sociedade civil. São os intelectuais orgânicos individuais ou coletivos de cada classe que atuam na disputa da hegemonia, por meio de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), tendo suas táticas e estratégias definidas por meio da análise da correlação de forças de determinada sociedade.

Nas sociedades tidas como de tipo ocidental, prevaleceria a guerra de posição, uma vez que há maior desenvolvimento da sociedade civil e, conseqüentemente, esta precisa ser disputada para a conquista da hegemonia. Nas sociedades de tipo oriental, prevalece a guerra de movimento, que teria como foco a tentativa de tomada do aparelho de Estado. Segundo Gramsci (2017, p. 281),

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas.

Ambas se articulam para se formar a tática e estratégia necessárias em cada conjuntura. Para tanto faz-se necessário o estudo das relações de forças políticas, que para Gramsci é a “avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (GRAMSCI, 2011, p. 252). Ainda conforme Gramsci (2017, p. 27):

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2017, p. 27).

Também apoiado na concepção marxiana, Mandel caracterizou o Estado como um produto da divisão social do trabalho que surgiu da crescente autonomia de algumas atividades superestruturais – aquelas que garantem a proteção e a reprodução da estrutura social capitalista fundamentais, “mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção” (MANDEL, 1985, p. 333). São apresentadas três principais funções do Estado:

- 1) Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração). (MANDEL, 1985, p. 333-334).

O Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para fazer com que qualquer rebelião da classe trabalhadora seja revertida no limite em reformas controladas. Vende-se a visão do trabalhador como o “cidadão”, integrado à sociedade. Enquanto isso, se promove formas de solapar a solidariedade de classe por meio de pagamentos diferenciados, promovendo a rivalidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes, pela criação de

organismos de participação etc. (MANDEL, 1985). Em momentos de crise do capital, exigem e até mesmo convencem parte dos trabalhadores da necessidade de sacrifícios como o alto desemprego e o desmonte dos direitos trabalhistas, como a difusão da noção de empregabilidade e empreendedorismo.

Em sua maior obra, *O Capital* (1986), no livro III – O processo global da produção capitalista, capítulos XIII ao XV, Marx apresenta *a lei da queda tendencial da taxa de lucro*, fonte inesgotável das crises capitalistas. De acordo com o autor, no desenvolvimento da produção capitalista, a quantidade de capital variável, que é referente à força de trabalho, declina, e o capital constante, que se refere aos meios de produção, como as máquinas e tecnologias utilizadas, aumenta. Nesse sentido, com o desenvolvimento das forças produtivas, que resulta na ampliação do capital constante, há uma diminuição na necessidade do uso da força de trabalho, ou seja, as mercadorias são produzidas em menos tempo, com menos tempo também de uso da força de trabalho. Como a mais valia só pode ser expropriada da força de trabalho que é trabalho vivo e não de máquinas, a taxa de lucro tende também a diminuir. Nas palavras de Marx (1986, p. 164):

[...] por meio do crescente emprego de maquinaria e de capital fixo, de modo geral mais matérias-primas e auxiliares são transformadas pelo mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho, em produtos. Corresponde [...] um crescente barateamento do produto. Cada produto individual, considerado em si, contém uma soma menor de trabalho do que em estágios inferiores da produção. [...] expressa, portanto, a tendência real da produção capitalista. Esta, com o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua.

Então, se há uma tendência de queda da taxa de lucro, pilar que sustenta o capitalismo, consequentemente estouram as crises. O autor apontou como tendências contrariantes à esta lei: o grau de exploração do trabalho; a apropriação de mais-trabalho e de mais-valia; o aumento da exploração por meio de prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho; a compressão do salário abaixo de seu valor; o barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; o comércio exterior e o aumento do

capital por ações (MARX, 1986). Em momentos de crise do capital a classe dirigente busca com mais urgência a aplicação de medidas tanto no âmbito da organização da produção propriamente dita quanto nas legislações e regulamentações que regem a relação Capital x Trabalho – que busquem garantir a continuidade da acumulação capitalista. A figura a seguir demonstra que, longe de resolver os problemas estruturais do modo de produção, tais contratendências apenas contornam momentaneamente o problema da queda da taxa de lucro, que tem estabelecido recordes a cada crise:

Figura 1 – A queda da taxa mundial de lucro (1892-2007)



Fonte: Roberts (2020) *apud* Chesnais, 2020.

A crise que assolou o capitalismo a partir da década de 1970 caracteriza-se como um marco para Mészáros (2010), diferenciando-a de todas as precedentes por ser considerada uma *crise estrutural do capital*, caracterizada pelo autor por meio de quatro aspectos principais: seu caráter universal, por atingir todas as esferas produtivas; seu alcance global, uma vez que afeta a economia de todos os países; sua permanência no tempo, ao contrário das crises cíclicas; seu desenrolar rastejante, ou seja, os métodos de deslocamento das contradições inerentes à crise para os diferentes setores não dá conta de findá-la, colocando em risco todo o complexo global de produção do capital.

Dada a impossibilidade de transferência da crise para diferentes setores devido a seus interesses antagônicos, “as perturbações e ‘disfunções’ antagônicas, em vez de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e

desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*” (MÉSZÁROS, 2010, p. 77, grifos no original).

A crise estrutural do capital atinge todas as instituições políticas, promove o desaparecimento do Estado de bem-estar social onde existiu, coloca em xeque as políticas conciliatórias, configurando-se como uma crise de dominação. Mézáros (2010) aponta que o dinheiro gasto no setor militar todos os anos seria o suficiente para resolver a fome no mundo 50 vezes, evidenciando a absurda lógica de desenvolvimento desumanizante do capital. Apresenta também as contradições impostas pela lógica do capital no conflito entre as gerações. Cada vez mais os trabalhadores mais velhos são levados ao desemprego, o que acontece com os mais jovens também. A liberação da força de trabalho feminina ocorre com intensas contradições e estão mais sujeitas ao desemprego ou a contratos de meio período com remunerações miseráveis.

O pensador húngaro descarta a saída para a crise pelo uso da força repressiva em larga escala uma vez que somente a agravaria: “Não é de modo algum accidental que formações estatais como as fascistas só sejam viáveis hoje na periferia do sistema do capital global, subordinadas a algum centro ‘metropolitano’ liberal-democrático e dele dependentes” (MÉSZÁROS, 2010, p. 73). Em suma, devem ser atacadas as contradições do próprio processo produtivo, uma vez que o uso excessivo da força pelo Estado poderia levar a uma situação revolucionária, pondo em risco todo o sistema do capital. Mézáros aponta então quatro contradições que devem ser analisadas para se administrar a crise:

1. as contradições socioeconômicas internas do capital "avançado" que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do "complexo industrial-militar" e do sistema de corporações transnacionais;
2. as contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital;
3. as rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no *interior* dos vários sistemas regionais como *entre* eles, que colocam enorme pressão sobre a estrutura institucional estabelecida (da Comunidade Europeia ao Sistema Monetário Internacional) e anunciam o espectro de uma devastadora guerra comercial; e

4. as dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (do Irã à África, do Sudeste Asiático à América Central e do Sul), ao lado das contradições geradas dentro dos países "metropolitanos" pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais "expatriados". (MÉSZÁROS, 2010, p. 93-94, grifos no original).

O autor considera que, longe de conseguir administrar a crise, a tendência é de aprofundá-la devido à lógica de contínua expansão global do capital, sendo muito remota “a possibilidade de sucesso até mesmo dos objetivos de certa forma limitados, para não mencionar a solução duradoura das contradições de todas as quatro categorias em conjunto” (MÉSZÁROS, 2010, p. 98).

O papel do Estado para a efetivação da agenda privada foi e continua sendo decisivo, criando as condições necessárias para a extração da mais-valia, reprimindo toda ameaça ao modo de produção e garantindo que a ideologia da classe capitalista continue dominante. Diante da necessidade de produção de novas mercadorias e as dificuldades enfrentadas para a expansão do capital, o fundo público tornou-se um atrativo muito cobiçado pelo setor privado. Evidencia-se uma modificação qualitativa nas políticas sociais, transformadas em mercadoria, deslocando os recursos utilizados para os direitos dos trabalhadores para socorrer aos capitalistas (GRANEMANN, 2017).

A educação ganha destaque em um discurso salvacionista de que por si só a elevação da escolaridade nos países seria a solução para os problemas econômicos e sociais, porém cada vez mais os sistemas de ensino caminham para uma formação empobrecida, no qual o que interessa exclusivamente são as condições mínimas de formação para atender às demandas do mercado. Por outro lado, as empresas abocanham cada vez mais o fundo público ao vender para o Estado as mais diversas “soluções educacionais”, que vão desde o livro didático até a gestão das escolas públicas. Para alcançar tal feito, se organizam em APHs, articulam-se à grande mídia e costuram a formação de redes para impulsionar as suas agendas junto ao aparelho de Estado.

2.2 A INTERNACIONAL CAPITALISTA¹¹

Pois bem: se as classes dominantes do sistema atribuíram aos comunistas um

¹¹ Título em alusão a obra homônima de René Armand Dreifuss (1986), que trata sobre as estratégias e táticas do empresariado transnacional, entre 1918 e 1986, na disputa pela hegemonia burguesa.

pensamento e uma ação internacionalista, certamente a prática e a visão transnacional das classes dominantes desse mesmo sistema capitalista são para comunista nenhum botar defeito. (DREIFUSS, 1986, p.19).

A manutenção de uma sociedade tão cruel e desigual mesmo após sucessivas crises exige uma grande máquina de propaganda e formulação de políticas que oculte as raízes dos problemas sociais, em favor da acumulação capitalista. A burguesia domina a circulação da informação global por meio do oligopólio das agências de notícias internacionais. Como observou Gramsci (2017, p. 285) ainda na primeira metade do século XX:

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública — jornais, partidos, Parlamento —, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.

As narrativas geradas pelas grandes agências são replicadas pelos monopólios de comunicação de cada país, de forma tão massiva que até mesmo setores progressistas embarcam no discurso liberal. A comunicação é cada vez mais controlada por monopólios, tanto nas telecomunicações tradicionais como nos meios virtuais. Em contrapartida, os trabalhadores organizados e governos progressistas procuraram fomentar fontes alternativas de informação e quebrar os monopólios de comunicação em seus países. Segundo Maringoni e Glass (2012), foram aprovadas a *Ley Orgánica de Telecomunicaciones* na Venezuela em 2000, a *Ley de Medios* na Argentina em 2009 e *Ley General de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación* na Bolívia em 2011, com normas para regulamentar a atividade de comunicação. Como exemplo máximo de organização comunicacional dos trabalhadores latino-americanos, destacamos a criação da Telesur, rede de televisão construída sob a liderança do presidente venezuelano Hugo Chávez (PSUV, 1999-2013) e

financiada inicialmente pelos governos de Cuba, da Argentina e do Uruguai (CALDERÓN, 2005). Foi ao ar em 24 de julho de 2005, aniversário de nascimento de Simón Bolívar, com o objetivo de promover uma comunicação legitimamente latino-americana a partir da ótica de seus países membros.

O momento da coerção, ou seja, o uso da força para alcançar seus objetivos, foi fundamental para a execução das primeiras políticas neoliberais, seja no caso extremo do Chile, mas também na repressão às movimentações da classe trabalhadora organizada nos EUA, Reino Unido e demais países pioneiros na recomposição da hegemonia por via das políticas neoliberais. Nas últimas décadas as classes dirigentes dos países que possuem de APHs pertencentes à Reduca tiveram algum sucesso em balancear novamente o equilíbrio de poder para se utilizar majoritariamente de instrumentos de formação de consenso em detrimento do uso indiscriminado da violência, ainda que essa jamais seja abdicada por completo¹².

Mesmo em casos extremos, com a execução de golpes de Estado, como o golpe-relâmpago¹³ que tirou do poder Fernando Lugo em 2012 no Paraguai, o golpe que destituiu Manuel Zelaya do governo de Honduras em 2009, ou a derrubada de Dilma Rousseff no Brasil em 2016, a repressão aos movimentos populares foi eficiente ao debelar rapidamente os movimentos contestatórios aos golpes de Estado e direcionando o descontentamento social para as próximas disputas sob as bases da democracia burguesa. A exceção fica por conta do Peru, que viveu um período de tensão extrema com a derrubada do governo de Pedro Castillo ao final de 2022. Lá a contestação social foi muito forte, numa jornada de lutas sociais para garantir a vontade do povo que envolveu todo o território nacional e exigiu do aparato repressor do Estado o uso da mais alta brutalidade policial, com 50 mortos nos protestos. Já em Cuba, Venezuela e Bolívia, as sucessivas tentativas de golpe não êxito, caso contrário poderíamos estar estudando uma rede um pouco maior.

A experiência chilena mostra que quando a classe trabalhadora ousa alterar o que realmente faz a diferença para as suas vidas, ou seja, as bases da

¹² Entendemos que o exercício da hegemonia por um grupo social, por mais consenso passivo e ativo que possa conquistar, pressupõe algum nível de coerção em relação aos grupos subalternos, conforme discutido por Castelo (2009, p. 43-57).

¹³ Lugo sofreu um processo julgamento político que durou menos de 24 horas, a poucos meses do fim de seu primeiro mandato. (ESTRADA, 2018).

formação econômico-social de seu país, condição incontornável para a superação de sua condição subalterna, a resposta da articulação burguesa internacional é brutal. Os acontecimentos da última década foram emblemáticos, por inicialmente conter muita violência contra as rebeliões populares, mas que foi habilmente direcionada para um movimento de disputa presidencial que nos últimos anos desembocou numa tentativa frustrada de enterrar a Constituição do regime de Pinochet, impondo uma tremenda derrota ao governo de Gabriel Boric (2022-). A primeira tentativa de se aprovar o novo texto constitucional fracassou, levando a um novo processo constituinte. Porém, ao contrário da primeira vez, agora a força política majoritária foi o recém-criado Partido Republicano, de extrema direita e que havia feito campanha para que não se revogasse a constituição de Pinochet.

A educação escolar é um elemento-chave para a manutenção da hegemonia burguesa e a categoria dos trabalhadores da educação é uma das mais numerosas e mais organizadas em nosso continente. Daí o interesse de APHs burgueses em influenciar nos currículos e avaliações escolares, na formação, seleção, avaliação e remuneração de professores e diretores. Interessa-lhes trabalhadores aptos a interagir com a parafernália tecnológica, dóceis a ponto de se submeter a graus cada vez maiores de exploração, e flexíveis, pois não há emprego para todos. Ao mesmo tempo, vendem a ideia de que a educação é a solução para as desigualdades: supostamente se todos tiverem a mesma educação, todos teriam a mesma chance e os mais esforçados terão sucesso no mercado de trabalho. Com base nessa falácia, formulada e difundida pelos intelectuais orgânicos da burguesia em seus APHs, buscam encobrir a contradição basilar do capitalismo, qual seja, a existência de duas classes sociais fundamentais antagônicas, em que uma detém os meios de produção e a outra dispõe somente de sua força de trabalho.

Dreifuss (1986) aponta para a formação e intensa correspondência, nas primeiras décadas do século XX, dos *Round Table Groups*, uma rede de organizações que unia intelectuais do governo e do empresariado dos EUA e Reino Unido, e que teve atuação destacada durante a Primeira Guerra Mundial. Desses encontros, surgiu o Instituto Anglo-Americano de Relações Exteriores, composto por uma seção inglesa chamada *Chatham House* ou *Royal Institute for International Affairs* e uma seção estadunidense, chamada de *American*

Institute for International Affairs. Este último passou por um processo de fusão com outro grupo, tornando-se o *Council on Foreign Relations* (CFR), e teve grande influência na disputa pelos rumos que o mundo tomou durante e após a Segunda Guerra Mundial. Junto ao *Committee for Economic Development* organizaram uma campanha para moldar e estimular a criação do sistema de *Bretton Woods*, composto pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e mais tarde o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)¹⁴, além de replicar a criação de elites orgânicas ao redor do globo (DREIFUSS, 1986).

Ao propugnar uma articulação econômica transnacional de reorganização industrial e financeira, assegurou, em conjunção com o CFR, o estabelecimento da hegemonia política-militar e a supremacia econômica dos Estados Unidos sobre o bloco ocidental e suas zonas de equilíbrio. Para isto, o CED teve um papel decisivo na criação de elites orgânicas congêneres na Europa, Austrália e Japão, além de suas áreas imediatas. Esse desdobramento transnacional do CED favoreceria inicialmente a realização do Plano Marshall¹⁵, inspirado conjuntamente com o CFR e lançado em 1947. (DREIFUSS, 1986, p. 53).

Na América Latina não foi diferente. Dreifuss (1986) assinala o surgimento de diversas elites orgânicas compostas por representantes de empresas e grupos multinacionais interessados em expandir seus negócios na região, com destaque para o Conselho Interamericano de Comércio e Produção; o *United States Inter-American Council*; o *Business Group for Latin America*; o *Latin American Information Committee*, o *Council for Latin America* e o *Americas Society*. Também foram articuladas elites orgânicas em torno dos países latino-americanos, que atuaram muitas vezes como braços locais para as ações desestabilizadoras da CIA. Segundo o autor, as ações das elites orgânicas na América Latina e Caribe “compreendiam desde atividades que objetivavam efeitos de longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e políticas, até ações conjunturais e imediatistas” (DREIFUSS, 1986, p. 120), que iam desde a doutrinação geral, pressão e penetração política,

¹⁴ Que em 1995 se tornou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

¹⁵ O Plano Marshall “não somente representava o primeiro grande passo na integração política e econômica da Europa Ocidental, mas também se constituía num esforço coordenado para marginalizar as esquerdas européias do cenário político da região e para a criação de uma base de manobras que deslanchasse a Guerra Fria contra a União Soviética [...] complementado por um ambicioso programa de rearmamento institucionalizado através da Otan e empreendido com o apoio decidido do CED e do CFR”. (DREIFUSS, 1986, p. 54).

guerra psicológica, até pressão paramilitar e ações diretas como sequestros e assassinatos.

Nas primeiras décadas do século XXI, as atenções da política externa dos EUA voltaram-se para o Oriente Médio, ao se enfiarem no buraco da “guerra ao terror”, após os ataques do 11 de setembro de 2001¹⁶, e mais recentemente viram-se também envolvidos até o pescoço na guerra da Ucrânia. Silenciosamente a China foi expandindo seus negócios na região latino-americana e tornou-se a principal parceira comercial do subcontinente, excetuando-se o México.

2.3 RACHADURAS NO BLOCO HISTÓRICO

Basta já da ilusão de que os problemas do mundo podem se resolver com armas nucleares. As bombas poderão matar os famintos, os doentes, os ignorantes, porém, não pode matar a fome, as enfermidades, a ignorância. Não podem tampouco matar a justa rebeldia dos povos e no holocausto morrerão também os ricos, que são os que mais têm a perder neste mundo. (CASTRO, 1979).

As sucessivas crises cíclicas do capital nas últimas décadas, em especial as crises de 2008 e a atual crise econômica e pandêmica, tem demonstrado que, longe de se afirmar como solução universal, o modo de produção capitalista é permeado de contradições insolúveis. O mito da democracia liberal não foi forte o suficiente para demover a sanha da burguesia na sua intervenção “tecnocrática” para garantir que os recursos das economias europeias abaladas pela crise de 2008 fossem diretamente para o seu bolso, por meio da substituição das lideranças eleitas por prepostos do sistema financeiro, designados para pôr em prática as chamadas políticas de austeridade. Até mesmo os movimentos que surgiram como alternativas para os trabalhadores, como o Podemos na Espanha e o Syriza na Grécia, pouco fizeram para evitar a continuidade da sangria de dinheiro público para o pagamento das intermináveis dívidas de seus Estados. A condição de vida dos trabalhadores se deteriorou, o desemprego

¹⁶ Ironicamente o governo dos EUA foi atacado no centro de seu coração financeiro e militar (World Trade Center e Pentágono), no mesmo dia em que havia, décadas atrás, bombardeado o *Palacio de la Moneda*, dando início à cruel ditadura chilena.

bateu recordes, e o braço armado do Estado atuou para garantir a continuidade das expropriações, com violentas repressões aos movimentos contestatórios ao “austericídio”.

Nos Estados Unidos da América, modelo de democracia liberal para Fukuyama (1989), as eleições continuam sendo decididas indiretamente por um colégio eleitoral, que em diversas ocasiões deu vitória para o segundo colocado em número absoluto de votos dos eleitores.

Essa situação já aconteceu cinco vezes no país – a mais recente em 2016, quando o republicano Donald Trump foi eleito no Colégio Eleitoral, apesar de a democrata Hillary Clinton ter recebido mais votos da população. O mesmo aconteceu em 2000 com o republicano George W. Bush, que venceu o democrata Al Gore, e também nos anos de 1824, 1876 e 1888. (OTOBONI, 2020, *online*).

Além disso, apenas dois partidos, representando grosso modo a direita liberal e a direita conservadora, com suas facções internas, possuem as condições materiais de eleger presidentes e se revezam no poder desde o final do século XIX, numa azeitada ditadura do capital que carrega consigo traços estruturalmente racistas, sexistas e xenofóbicos.

O extremo individualismo, ligado às péssimas condições de vida da classe trabalhadora estadunidense, que possui parco acesso a serviços públicos básicos como a saúde e educação, que os força a um brutal endividamento, tem sido um caldeirão de conflitos internos, com constantes chacinas por armas de fogo, uma política de morte aos negros, latinos e periféricos, com a maior população carcerária do mundo e uma justiça que em pleno século XXI mantém alguns de seus cidadãos no corredor da morte¹⁷. Pior do que a difusão de seitas religiosas, nos últimos anos se constituíram diversos grupos de extrema direita como o *QAnon* e *Oath Keepers*, baseados em uma narrativa conspiratória e envolvidos no ataque ao Capitólio em 2021¹⁸(AFP, 2023). Gramsci afirma que a história dos partidos e das correntes políticas não pode ser separada da história dos grupos e das tendências religiosas:

¹⁷ Nome popularmente dado ao pavilhão de presos que aguardam a execução de sua pena de morte nos EUA.

¹⁸ Em 6 de janeiro de 2021 centenas de manifestantes contrários à derrota eleitoral de Donald Trump (Republicanos) para Joe Biden (Democratas) invadiram o Capitólio, sede do congresso e principal símbolo do poder político nos EUA, e deixou um saldo de dois manifestantes e três policiais mortos, além de 140 policiais feridos e mais de 725 presos (TORTELLA, 2022).

Os Estados Unidos e o Japão, precisamente, oferecem um terreno de exame excepcional para compreender a interdependência entre os grupos religiosos e os políticos, isto é, para compreender como todo obstáculo legal ou de violência privada ao desenvolvimento espontâneo das tendências políticas e a sua organização em partido determina uma multiplicação de seitas religiosas. [...] Deste ponto de vista, assume importância o exame crítico da organização judiciária e de polícia, que deixam impune e apoiam a violência privada voltada para impedir a formação de outros partidos além do republicano e do democrático. Mesmo o surgimento de novas seitas religiosas é quase sempre estimulado e financiado por grupos econômicos, para canalizar os efeitos da compressão político-cultural. As enormes somas destinadas na América à atividade religiosa têm um fim político-cultural bem preciso. (GRAMSCI, 2017, p. 324).

Por mais que Fukuyama (1989) e tantos outros afirmem o fim da luta de classes e a vitória da burguesia sobre os trabalhadores, a história continua viva e pulsante. Há luta dos trabalhadores em todos os continentes, nos países periféricos e nos países centrais. O contínuo esforço das potências imperialistas, notadamente os EUA, em bloquear as possibilidades de novos triunfos da classe trabalhadora é a maior prova disso. Mesmo a pequena ilha de Cuba, com seus 11 milhões de habitantes, sofre com o embargo econômico injustificável, sustentado pelo voto solitário dos EUA¹⁹ na assembleia da ONU. Eis aí mais um “democrático” exemplo das instituições controladas pelo imperialismo estadunidense: um só país conquistou (apoiado em sua força militar) o mérito de subjugar os demais e classificar quem lhes interessa como “eixo do mal” ou o que os valha. Ataca constantemente seus rivais e possui o poder de veto a qualquer decisão do Conselho de Segurança da ONU por ser membro permanente desde a sua criação, mesmo que contra o voto de todos os demais países (ONU, 1963).

Os EUA são o maior acionista, com poder de veto, na estrutura de poder do BID (MELGAREJO, 2017), do Banco Mundial (PEREIRA, 2009) e do Fundo

¹⁹ Desde 1991 a Assembleia Geral da ONU discute a necessidade de se acabar com o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA contra Cuba. Tal resolução tem o apoio da esmagadora maioria dos países associados, com exceção dos EUA. Eventualmente alguns outros países fortemente vinculados aos interesses dos EUA também votaram contra, como Israel e mais recentemente o Brasil, durante o governo Bolsonaro (PL, 2019-2022). Em 2016 a resolução chegou a ser aprovada por unanimidade, com a abstenção dos EUA, então governado por Barack Obama, e do governo de Israel (LETRA, 2016). O governo Obama procurou reestabelecer o diálogo com seu par cubano, realizou políticas de reaproximação diplomática e enviou para o congresso uma proposta de fim do embargo, que não foi aprovada. Com a vitória de Donald Trump no EUA, as relações se distanciaram novamente. Em 2018, os EUA apresentaram pela primeira vez emendas à resolução denunciando supostas violações aos direitos humanos em Cuba, que foram amplamente rejeitadas, restando os votos favoráveis dos EUA, Israel e Ucrânia (ONU NEWS, 2018).

Monetário Internacional (IMF, 2017). Configura-se como uma potência nuclear que possui a maior força bélica, um enorme complexo industrial-militar e o maior orçamento militar do planeta, o que garante à classe dirigente dos EUA a supremacia frente à expansão capital-imperialista no mundo, porém cada vez mais ameaçada pela aliança que vai se formando em torno dos BRICS+ sob a liderança da China. Em suas anotações no cárcere, Gramsci (2017, p. 57) aponta elementos para se estudar a hierarquia de poder entre os Estados:

1) extensão do território, 2) força econômica, 3) força militar. O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre os outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos com maior ou menor extensão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico. No elemento territorial, deve-se considerar concretamente a posição geográfica. Na força econômica, deve-se distinguir entre a capacidade industrial e agrícola (forças produtivas) e a capacidade financeira.

Na América do Sul presenciamos uma onda de vitórias eleitorais de governos progressistas, e até mesmo socialistas, com destaque para a formação da República Bolivariana da Venezuela (1999), e do Estado Plurinacional da Bolívia (2009), expressão local de que a grande política continua viva, uma vez que as sucessivas vitórias da classe trabalhadora na disputa pela hegemonia nos dois países possibilitou mudanças substanciais na organização de tais sociedades, que consolidaram-se com a superação de inúmeras tentativas de golpes de Estado. A oposição à revolução bolivariana na Venezuela, articulada aos interesses dos EUA, não conseguiu emplacar seu autointitulado presidente interino, Juan Guaidó, apesar de amplo apoio dos governos ocidentais e suas burguesias. Mais do que isso, a oposição liderada por Guaidó foi desmoralizada em diversas oportunidades, restando pouco capital político após a derrota nas eleições legislativas de 2020 e os desdobramentos dos anos posteriores. Já a oposição boliviana, igualmente apoiada pelos EUA, foi desmoralizada ao ver ruir o golpe de Estado realizado para tirar Evo Morales da corrida presidencial de 2020, com a vitória em primeiro turno de seu aliado político, Luis Arce, do *Movimiento al Socialismo* (MAS).

No México, em 2018, venceu a disputa para presidência Andrés Manuel López Obrador, pelo Movimento Regeneração Nacional (MORENA), representando uma vitória inédita da esquerda desde a revolução mexicana, na segunda maior economia da América Latina e Caribe. Em 2022, outro acontecimento inédito: Gustavo Petro elegeu-se como o primeiro presidente de esquerda da história da Colômbia.

Em 2022 abriu-se mais uma janela histórica com a deflagração da Operação Militar Especial comandada pela Rússia no território ucraniano, sob a alegação de libertar os povos russófonos da região do Donbass e eliminar o nazifascismo deste país. Vivemos um período de contestação da ordem mundial estabelecida no pós-II Guerra Mundial, em que os EUA se tornaram a maior potência econômica e militar do planeta. Reunidos militarmente na OTAN, o poder hegemônico ocidental desrespeitou seguidamente o tratado de Minsk, que buscava estabilizar a tensa situação da região do Donbass, de maioria étnica russa, porém em território pertencente à Ucrânia conforme divisão das ex-Repúblicas Soviéticas. Gramsci no dá alguns elementos para compreendermos os desdobramentos de conflitos bélicos:

É grande potência aquele Estado que, tendo ingressado num sistema de alianças para uma guerra (e hoje toda guerra pressupõe sistemas de forças antagônicas), consegue, no momento da paz, conservar uma tal relação de forças com os aliados que se torna capaz de assegurar a manutenção dos pactos e das promessas feitas no início da campanha. Mas um Estado que, para entrar em guerra, necessita de grandes empréstimos, necessita continuamente de armas e de munições para seus soldados, de mantimentos para o exército e para a população civil, de navios para os transportes, isto é, que não pode fazer a guerra sem a ajuda contínua de seus aliados e que, durante algum tempo, mesmo depois da paz, ainda necessita de ajuda, sobretudo de mantimentos, de empréstimos ou outras formas de subsídios financeiros, como pode ser igual a seus aliados e impor a manutenção dos pactos? (GRAMSCI, 2017, p. 90).

As constantes ameaças do governo de Kiev em entrar para a OTAN e, portanto, dispor de seu armamento nas franjas do território russo, além do emprego massivo da violência contra a população de Donetsk e Lugansk, que desde 2014 reivindicavam sua independência, foram o estopim para a volta do conflito armado entre Rússia e Ucrânia. Esta já é a maior guerra realizada em território europeu desde o fim da segunda guerra mundial, dividindo o mundo entre governos liderados pelos EUA-OTAN no fornecimento de armas para o

regime de Zelensky, governos que reconhecem como legítimas as demandas de segurança da Rússia, com especial destaque para a China, que recentemente anunciou uma aliança “sem limites” com o governo de Moscou, e ainda um grupo de países que busca um equilíbrio entre os dois lados, evitando que uma tomada de posição prejudique seus interesses comerciais e geopolíticos.

As palavras de Fidel Castro na Assembleia Geral da ONU de 1979, representando o Movimento dos Países Não Alinhados, registradas na epígrafe, não poderiam deixar de ser mais atuais. A resolução da guerra entre a aliança Ucrânia/EUA/OTAN e a Rússia, se não descambar para um desastre nuclear com potencial de devastar grande parte da humanidade, deve resultar em uma nova ordem mundial, multipolar, com o reconhecimento internacional de que a correlação de forças estabelecida na primeira metade do século XX já não mais corresponde com a realidade.

[...] pode ocorrer que aquele que teve a hegemonia durante a guerra termine por perdê-la pelo enfraquecimento sofrido na luta e veja tornar-se hegemônico um “subalterno” que foi mais hábil ou mais “afortunado”. Isto se verifica nas “guerras mundiais” quando a situação geográfica obriga um Estado a lançar todas as suas reservas no fogo: vence graças às alianças, mas a vitória o deixa prostrado, etc. Eis por que, no conceito de “grande potência”, deve-se levar em conta muitos elementos, especialmente os “permanentes”, isto é, especialmente “potencialidade econômica e financeira” e população. (GRAMSCI, 2017, p. 303).

Apesar de todo o apelo da mídia hegemônica, é de se esperar que a Rússia, uma potência nuclear com o segundo maior exército do mundo, utilizará progressivamente de todo seu arsenal para garantir a vitória no campo de batalha, pois, como mostram os apontamentos de Gramsci (2017), trata-se de uma disputa entre uma nação que depende totalmente de armamentos e suprimentos vindos de países aliados, contra uma grande potência que mesmo após um ano de conflito sequer declarou guerra ao seu rival, dado o tamanho e a força de seu exército de prontidão.

Mesmo que a Rússia sofra economicamente com o boicote das potências ocidentais, a cada dia se fortalece mais “amizade sem limites” sino-russa (HE, 2022, *online*) e acelera o movimento em torno dos BRICS+, um bloco de países formado por Brasil, Rússia Índia, China e África do Sul, com a possível adesão de países como a Argentina, Uruguai, México, Egito, Senegal, Irã, Arábia

Saudita, Turquia e muitos outros, que tendem a criar ferramentas para estabelecer o comércio em suas próprias moedas, livrando-se gradualmente das amarras do dólar e do sistema SWIFT²⁰ (ESCOBAR, 2022).

Os resultados dessa articulação, porém, ainda estão restritos aos aspectos econômicos, mas já há sinais de uma articulação cada vez maior em termos de geopolítica em torno dos BRICS, em um mundo que se vê cada vez mais próximo de uma confrontação direta como a última alternativa para a potência decadente tentar frear a incontornável ascensão da China como principal economia do globo.

Ao longo deste capítulo buscamos evidenciar que a supremacia dos EUA, cujos interesses burgueses são hegemônicos nos organismos supranacionais, em especial no BID, em que seus intelectuais orgânicos atuam como um córtex político (DREIFUSS, 1986) para as ações da Reduca, não é mais absoluta como quando Fukuyama tentou declarar o fim da história. Há lutas de classes em todos os cantos do planeta.

²⁰ A Sociedade de Telecomunicações Financeiras Mundial (Swift), segundo Mello (2022) “conecta 11 mil bancos e instituições financeiras em mais de 200 países. Na prática, é uma plataforma que permite aos bancos informar sobre as transferências em tempo real. Em média, são 42 milhões de mensagens enviadas diariamente. [...] Concentra cerca de 70% das transações bancárias globais e já foi usado em outras ocasiões para sancionar países em meio a uma situação de guerra”.

3 O SANGRENTO MODELO EDUCACIONAL CHILENO

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (GRAMSCI, 2017, p. 101).

Não é por acaso que o APH chileno *Educación 2020* foi definido como uma das três organizações que formaram o primeiro conselho executivo da Reduca, em 2011 (REDUCA, 2011). A ditadura chilena liderada por Pinochet (1915-2006) entre 1973 e 1990 funcionou como um dos primeiros e mais completos laboratórios de experimentos das políticas neoliberais, muito antes de Reagan e Thatcher declararem guerra aos trabalhadores sindicalizados nas economias centrais do capitalismo. O resultado é que o sistema de ensino chileno se tornou a mais importante referência em políticas educacionais para o BID (MELGAREJO, 2017), Banco Mundial (INZUNZA, 2014) e consequentemente para a Reduca.

3.1 CHILE SOB A MIRA DA AVE DE RAPINA

Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis Dolores
Calle 13 – Latinoamérica

Assim como o de seus irmãos latinos, o território chileno e suas riquezas naturais têm sido cobiçadas pelas potências imperialistas ao longo dos séculos. Maior produtor de cobre do mundo, o país destaca-se também nos produtos manufaturados (processamento agroalimentar, produtos químicos, madeira) e a

agricultura (pesca, vinhas e frutas). Não pertencente ao Mercosul e vinculado à OCDE desde 2011, ostenta a maior economia da região andina e tratados de livre comércio como a Aliança do Pacífico²¹, em que participam Colômbia, México, Peru e Costa Rica, e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico²², com EUA, China, Japão, Rússia, Austrália entre outros.

As garras do imperialismo se fazem sentir por toda a história do Chile, desde a sua fundação como Estado independente da coroa espanhola em 1818. A etnia Mapuche destaca-se entre os povos originários por ter sobrevivido tanto às batalhas contra o império Inca, no século XVI, quanto às guerras contra a invasão do império espanhol entre os séculos XVI e XVIII. A independência do Chile em relação à coroa espanhola, porém, não foi suficiente para lhes conferir autonomia, iniciando mais uma disputa secular pelo reconhecimento de seu território e sua cultura própria que dura até os dias atuais, com a disputa por uma nova constituinte.

A segunda guerra mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, balançou a economia do Chile, dependente do comércio com a Inglaterra e a Alemanha. Seu principal produto de exportação, o salitre, perdeu força ao final da guerra devido à drástica redução de demanda na produção de explosivos, além da sua substituição por outros componentes na agricultura. A produção chilena voltou-se para a extração de minérios e a reboque vieram os interesses da crescente indústria estadunidense. As décadas que se seguiram, do fim da segunda guerra mundial à dissolução do bloco soviético, foram marcadas pela guerra fria que, além de conflitos sangrentos, envolvia um esforço geopolítico de isolamento dos países sob a influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e

²¹ Em seu site oficial, a Aliança se define como “[...] *un mecanismo de articulación política, económica, de cooperación e integración que busca encontrar un espacio para impulsar un mayor crecimiento y mayor competitividad de las cuatro economías que la integran. Los miembros de la Alianza del Pacífico confían que esto es posible a través de un avance progresivo de la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas*” (ALIANZA DEL PACIFICO, 2022, online). Possui um grupo técnico para o tema Educação, com ênfase na educação técnico-profissional, mobilidade de capital humano, ensino do idioma inglês e reconhecimento de títulos entre os países membros.

²² A Cooperação Econômica Ásia-Pacífico se apresenta em seu site oficial como um fórum econômico regional estabelecido em 1989 para alavancar a crescente interdependência da Ásia-Pacífico. Os 21 membros da APEC visam criar maior prosperidade para os povos da região promovendo um crescimento equilibrado, inclusivo, sustentável, inovador e seguro e acelerando a integração econômica regional. (APEC, 2022). Promoveu encontros de ministros da Educação em 1996, 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016. Neste último, lançou pela primeira vez um documento de estratégia para a área, *APEC Education Strategy 2016-2030: competencies, innovation and employability*. (APEC, 2016).

seus aliados contra a possível expansão do bloco liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

As agências de Estado dos EUA utilizaram-se de seu aparato estatal coercitivo para caçar aqueles que ousavam defender um mundo sem exploradores e explorados na América Latina e Caribe. No Chile não foi diferente. O estopim para uma aniquilação abrangente do pensamento divergente no país deu-se com o golpe de Estado em 1973, que derrubou de forma cruel o governo de Salvador Allende, quando a classe trabalhadora organizada em movimentos sociais, sindicais, estudantis e partidos políticos uniu-se na vitória eleitoral da coalizão Unidade Popular que propunha a via chilena ao socialismo. Conforme Naomi Klein:

O golpe no Chile, quando finalmente aconteceu, implementou três tipos diferentes de choque, criando uma fórmula que seria reproduzida nos países vizinhos e ressurgiria, três décadas depois, no Iraque. O choque do golpe, em si mesmo, seria seguido imediatamente de dois outros choques adicionais. Um era o "tratamento de choque" capitalista proposto por Milton Friedman, uma técnica na qual centenas de economistas latino-americanos tinham sido treinados, na Universidade de Chicago e nas suas várias franquias. O outro era baseado nas pesquisas de Ewen Cameron com choques, drogas e privação de sentidos, agora codificadas como técnicas de tortura no manual Kubarke disseminadas por meio de intensivos programas de treinamento para a polícia e os militares latino-americanos. (KLEIN, 2008, p. 88).

O choque do golpe de 11 de setembro de 1973 ressoou na América Latina e no mundo, assim como as técnicas de tortura utilizadas em larga escala nas ditaduras de nosso continente e nas prisões estadunidenses ao redor do globo, como as de Guantánamo, em território cubano, e as promovidas pela guerra do Iraque (KLEIN, 2008)²³. Durante ditadura chilena foi oficializada a Operação Condor, uma articulação entre as ditaduras do cone sul, com o apoio do setor de inteligência dos EUA, com vistas a perseguir conjuntamente aquelas pessoas que ousavam se opor aos regimes militares da região por meio da troca de informações e ações conjuntas que envolviam desde extradições ilegais até

²³ O golpe de Estado no Brasil antecedeu o chileno em nove anos, porém com características semelhantes: a burguesia, acuada com o avanço da classe trabalhadora pela via eleitoral, lançou mão de seu braço estatal militar e em aliança promoveu a retirada das forças progressistas com o uso da violência para promover um governo de transição que usa de meios cruéis como o assassinato e a tortura para neutralizar a "ameaça comunista" e só entregaram o poder depois de estabelecidas as condições de uma democracia ainda mais restrita que não coloque em risco as forças capitalistas e nem puna as forças militares.

assassinatos. O choque de neoliberalismo da Escola de Chicago também serviu como modelo para as reformas das políticas educacionais nas décadas seguintes na região, como veremos mais adiante.

Dreifuss (1986) descreve que em 1969 foi aprovado pelo Comitê dos 40, “[...] uma instância burocrática de alto nível da administração norte-americana, [...] responsável pela aprovação das operações mais sensíveis e delicadas da CIA [...]”, milhões de dólares em gastos no esforço propagandístico que ia desde a criação de rádios, panfletagens, livretos e até mesmo cinco mil pixações contra a candidatura presidencial de Allende, no contexto da operação “Track 1”. (DREIFUSS, 1986, p. 218). Em um esforço de última hora, “foram importados pela CIA 23 jornalistas, de pelo menos 10 países, para contribuir no esforço de propaganda anti-Allende, junto com diversas pessoas vinculadas à agência, em Santiago, produzindo mais de 700 artigos” (DREIFUSS, 1986, p. 220).

A “Track 1” compreendia uma campanha de propaganda anti-Allende e propostas de ação política votadas pelo “Comitê dos 40” e transmitidas ao embaixador Edward Korry e ao chefe da CIA no Chile, Hecksher. Além disso, o plano incluía o apoio diversificado a Frei e Alessandri e uma série de medidas a serem tomadas, passo a passo, dependendo do desdobramento da “campanha dos comunistas” ou da sua possível vitória. Utilizava-se para este fim a mídia e os grupos civis conservadores, com o intuito de criar um clima de histeria e pânico, associando a coalizão pró-Allende — a Unidade Popular — a imagens ditatoriais e igualando sua possível eleição à invasão soviética de Praga, em 1968. Já o futuro governo de Allende era ilustrado com os famosos “paredões” de fuzilamento, antes atribuídos a Cuba. Procurava-se, de certa forma, reeditar a violenta campanha propagandística que tanto sucesso obteve em 1964 [no Brasil]. (DREIFUSS, 1986, p. 218).

Sem conseguir impedir a vitória popular de Allende, o Departamento de Estado rapidamente deu ao embaixador dos EUA no Chile “[...] autoridade máxima para fazer todo o possível, menos uma situação do tipo República Dominicana, para evitar que Allende tomasse posse (Em 1965, 20 mil marines dos Estados Unidos invadiram a República Dominicana, ‘em defesa da democracia’).” (DREIFUSS, 1986, p. 220).

Em meados de 1971, um grupo de influentes empresários chilenos passou a se reunir regularmente para coordenar a reação burguesa contra o governo eleito. Conforme Dreifuss (1986, p. 228):

Um de seus membros apelidou o grupo de “Clube das Segundas-Feiras” (Club de los Lunes), já que inicialmente se reuniam nesse dia, nos escritórios de Hernán Cubillos, um ex-oficial da Marinha. Cubillos tinha sido incumbido de administrar os interesses de Agustín Edwards (“Doonie”, para os amigos), o magnata da imprensa e chefe de um império familiar, enquanto este estivesse no seu exílio político nos Estados Unidos. O oficial, que após o golpe seria nomeado para o Ministério das Relações Exteriores e presidiria uma empresa de armamentos para as Forças Armadas chilenas, também era conhecido como um dos contatos-chave que a CIA mantinha no Chile.

O Clube das Segundas-Feiras realizava a coordenação dos vários grupos e tendências golpistas, além de servir como um canal para o financiamento da manobra de desestabilização do regime de Allende, para planejar a campanha de meios de comunicação de massa, organizar e coordenar ações e distribuir o dinheiro proveniente de empresas multinacionais, “não só no Chile, mas especialmente da Venezuela, do Brasil, do México e dos Estados Unidos — e de fundos da CIA”. (DREIFUSS, 1986, p. 228).

Ainda que a ditadura tenha banido os partidos e movimentos opositores, caçado lideranças estudantis e sindicais, fragmentado a categoria dos professores, as contradições da sociedade chilena nas últimas décadas foram responsáveis por um terremoto no *establishment* chileno, a começar pelas massivas mobilizações estudantis de 2006, conhecida como a revolução dos pinguins – em referência ao uniforme tradicional dos estudantes chilenos –, seguidas pela jornada de lutas de 2011 e 2012, que arrastou tanto o movimento secundarista quanto os universitários, e a mais recente revolta popular de 2019 e 2020, por melhores condições de vida, que envolveu toda a sociedade chilena e desembocou na aprovação de uma assembleia constituinte.

A fundação Educación 2020 surge justamente entre um e outro ciclo de mobilizações estudantis e tem um papel destacado nas diversas mudanças das políticas educacionais que ocorreram até então. Por ora, apresentaremos as conexões de Mario Waissbluth, intelectual responsável por articular o APH chileno, um dos fundadores da Reduca.

Após realizar um PhD em Engenharia na Universidade de Wisconsin (EUA) em 1974, Mario Waissbluth exilou-se no México, onde desenvolveu estudos sobre a relação entre indústria e universidade. O apoio à candidatura de Salvador Allende e as críticas ao golpe de Estado feitas quando jovem o impediram de retornar ao Chile ditatorial. Lá Waissbluth filiou-se ao *Movimiento*

de *Acción Popular Unitaria*, organização política que surgiu de um racha interno do partido Democracia Cristã, com críticas à gestão de Eduardo Frei (DC, 1964-1970) por suas políticas pró-EUA. Nessa organização política, conheceu Adriana Delpiano, com a qual viria a fundar o APH Educación 2020 e que sob esta influência conquistou o cargo de Ministra da Educação do Chile (2015-2018).

Em 1989, Waissbluth retornou ao seu país de origem e assumiu o cargo de diretor executivo da INVERTEC IGT S.A., empresa de consultoria especializada em gestão administrativa que tem entre seus clientes o BID, o Banco Mundial²⁴, a USAID, governos do Chile, México, Panamá, além das maiores empresas chilenas, como a Codelco, correios do Chile, grupos empresariais, bancos etc. (VERA, 2005). Os projetos da empresa financiados por BID e Banco Mundial tinham como clientes:

Chile: Contraloría General de la República, Ministerio de Obras Públicas (Dirección de Vialidad – Dirección General de Aguas – Dirección de Arquitectura – Concesiones y Dirección de Planeamiento), Comisión Chilena de Energía Nuclear, Ministerio de Agricultura, Banco Estado (área de Auditoría Interna) Ministerio de Defensa y Poder Judicial de Chile, Extranjero: Servicio de Administración Tributaria de México, Ministerio de Economía y Finanzas de Perú, Municipalidad de Cuenca de Ecuador, Federación de Municipios del Istmo Centroamérica de Guatemala, Ministerio de Fomento Industrias y Comercio de Nicaragua, Cooperación Japonesa JAICA y Suprema Corte de Justicia de República Dominicana. (PARADA, online, 2021)

Entre 2002 e 2004, Waissbluth contribuiu com o BID na difusão de seu ideário de Estado ao conceder entrevistas para o portal de notícias do banco, que foram disponibilizadas em espanhol, português, inglês e francês:

“Ser um executivo no setor público chileno é exatamente como ser um executivo em uma empresa privada”, diz Mario Waissbluth, diretor executivo da Invertec IGT, empresa chilena de consultoria administrativa, “só que com uma das mãos amarrada atrás, pés descalços, salário bem menor e um enorme fardo nas costas.” (BID, online, 2021a).

“É praticamente impossível fazer mais do que melhorias superficiais no desempenho de uma instituição pública quando o funcionário tem certeza de que nada lhe acontecerá se ele não fizer o seu trabalho”, diz Waissbluth. Muitos especialistas em administração concordam com ele. (BID, online, 2021b).

²⁴ A INVERTEC S. A. consta em documentos do Banco Mundial como distribuidora de seus documentos de discussão no Chile (WINKLER, 1994).

“Uma das reformas mais democráticas é colocar à disposição dos cidadãos informações sólidas sobre o que está sendo feito”, declarou Mario Waissbluth, diretor-executivo da empresa de consultoria em gestão IGT, durante uma apresentação sobre o *ChileCompra* em um seminário sobre reforma do Estado na sede do BID. [...] A reforma do Estado que tornou o *ChileCompra* possível é o que se chama “transversal,” porque é um tipo de reforma que afeta todos os órgãos públicos. As reformas transversais são mais lentas e mais difíceis de ser implementadas do que as reformas institucionais, que afetam uma única instituição, mas podem produzir um impacto mais forte. De fato, freqüentemente elas geram maior resistência por parte dos partidos políticos e das próprias instituições públicas. Waissbluth observou que as reformas que criam sistemas transparentes de aquisições públicas pela Internet – caso do *ChileCompra* — podem ter um impacto especialmente importante na América Latina. (BID, *online* 2021c).

A atuação destacada da Invertec S. A. na privatização do citado sistema de compras públicas do Chile rendeu a um de seus consultores associados, Felipe Goya, os cargos de Diretor Gerente, Diretor da Divisão de Acordos Estruturais e Chefe do Departamento de Pesquisa da *ChileCompra*, e posteriormente um cargo na Secretaria-Geral da Presidência da República no Chile. Atualmente, Goya tornou-se gerente regional de aquisições da Região do Sul da Ásia do Banco Mundial (WORLD BANK, 2021).

A redemocratização dos anos 1990 desencadeou uma série de reformas no aparelho estatal, sem que se alterassem as bases construídas durante a ditadura, devido ao pacto conciliatório dos governos da *Concertación*, que governou por duas décadas seguidas aperfeiçoando o Estado aos interesses do capital. Dentre as mudanças, criou-se o *Consejo de Alta Dirección Pública* do Chile, em que Mario Waissbluth foi empossado e participou do processo de seleção dos mais altos cargos do país por três gestões seguidas, de 2004 a 2010.

Atualmente, Waissbluth dirige a EPAV S. A., empresa especializada em pavimentação e preside a direção da Morpet S. A., empresa que atua no ramo de polietilenos de alta densidade, principalmente para a indústria mineira, ambas empresas pertencentes ao grupo Emin (WAISSBLUTH, 2021).

Por fim, Mario Waissbluth, que defende a social-democracia (WAISSBLUTH, 2007) passou a dedicar-se à política partidária nos últimos anos, atuando contra a proposta da nova constituição chilena e fundando, em 2022, o partido político *Movimiento Amarillos por Chile*, que defende reformas políticas,

a democracia representativa e nega as experiências da esquerda latino-americana pois desembocariam no autoritarismo (WARNKEN, 2021).

Curiosamente, o partido seguiu a mesma fórmula usada por Waissbluth para lançar o APH *Educación 2020*: escolheu-se uma cor que não tivesse destaque na política nacional (o verde, e agora o amarelo), e, a partir da repercussão de uma coluna jornalística, se fez o chamado para as adesões.

—Verdes las poleras, porque azul, van a ser UDI y rojo, PC... era el único color políticamente disponible... además sonaba a esperanza y a ecología... y le ponemos Educación... mmm... a ver, a ver... 2030 suena muy lejos, 2015 muy cerca, pongámosle 2020, además suena como redondito. Hacemos un manifiesto de un par de páginas, le ponemos Manifiesto 2020, hacemos un sitio *web*, pobre pero honrado ¡y salimos todos en la tele con poleras echando la foca! (HINZPETER, 2013, online).

Em 2008, o apelo foi à tragédia do Transantiago, com a coluna de Mario Waissbluth chamada *El Estatuto Docente: una tragedia peor que el Transantiago* (WAISSBLUTH, 2008). Em 2022, o apelo geracional, com a *Carta amarilla a mis hijos*²⁵ (WARNKEN, 2022), escrita por Cristián Warnken, coincidentemente uma figura antes ligada à esquerda, por muitos anos apresentou programas televisivos e de rádio, e agora se lança à política partidária a partir da campanha contra a proposta de nova constituição chilena, movimento que desaguou nos *amarillos*. Vale ressaltar que o movimento tenta se descolar da extrema-direita – que defendeu continuidade da constituição de Pinochet –, ao defender uma nova constituição.

Em 2019, Mario Waissbluth deixou o comando da *Educación 2020* para seu ex-orientando, Matias Reeves (VÁSQUEZ, 2010), que alçou altos voos, como veremos na sessão dedicada ao APH *Educación 2020*.

²⁵ Na sua coluna de 27 de novembro de 2021 para a revista Pauta, Warnken conta que um dia em que passeava no litoral com seus filhos, um grupo de jovens começou a gritar em coro: *Miren, ahí va el amarillo, el vendido a los fachos*. Isso porque ele teria escrito dias antes uma coluna contra a violência no levante popular chileno de outubro de 2019. A partir deste episódio, passa a defender que a liberdade de expressão estava ameaçada no Chile *para quienes no participaron del relato maniqueo que quería hacernos creer que Piñera era un dictador y los treinta años de la Concertación los peores años de nuestra historia y que el pueblo se estaba levantando contra la dictadura "neoliberal"*. Defende que há um fascismo de esquerda, e que Lenin era um psicopata. Se define como socialdemocrata. (WARNKEN, 2021, online).

3.2 OS (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL CHILENA

O Chile tem suas políticas educacionais marcadas pela influência dos intelectuais estadunidenses da Escola de Chicago. O governo socialista de Allende (1970-1973) buscava a construção de uma ampla reforma educacional quando foi violentamente derrubado para a instauração de uma ditadura sangrenta fortemente ligada aos interesses burgueses. Nem mesmo as seguidas vitórias em eleições presidenciais pela *Concertación de Partidos por la Democracia*²⁶ após o processo de redemocratização, que lhes permitiram governar de 1990 a 2010, foram suficientes para superar as bases construídas no período ditatorial, como uma constituição de corte neoliberal e um sistema educacional altamente privatizado. Cada movimento na sociedade chilena, porém, tem sido sujeito às intervenções capital-imperialistas, com destaque para a atuação dos órgãos de inteligência dos EUA.

Tal qual aconteceu na Europa por ocasião da Revolução Bolchevique de 1917 na Rússia, a Revolução Cubana de 1959 acendeu o alerta máximo à principal potência imperialista do pós-guerras, os EUA. A década de 1960, portanto, foi marcada por uma esmagadora intervenção em toda a América Latina e Caribe, com dois objetivos complementares: abafar qualquer tentativa de insurreição dos trabalhadores contra a ordem do capital, além de garantir as condições especialíssimas de rapina dos recursos naturais da região pelas empresas estrangeiras.

A eleição presidencial chilena de 1964 era particularmente importante uma vez que havia uma ascensão dos movimentos de luta pela terra e sindicais, articulados em torno da candidatura de Salvador Allende. Os órgãos de inteligência dos EUA interviram fortemente no financiamento da candidatura de direita, representada por Eduardo Frei Montalva, representante da Democracia Cristã, com um programa governamental que, sustentado no “humanismo cristão”, propôs promover “[...] uma revolução na liberdade, para alcançar uma

²⁶ Coalizão partidária de centro-esquerda fundada em 1988 e que teve em sua composição inicial os seguintes partidos: *Partido Demócrata Cristiano*, *Partido por la Democracia*, *Partido Radical Social Demócrata*, *Partido Socialista*, *Partido Humanista*, *Partido Social Democracia de Chile* e *Partido Los Verdes*.

nova ordem alternativa social ao comunismo e capitalismo” (OLIVA, 2010, p. 312, tradução nossa)²⁷, tendo como eixo de sua política educacional uma reforma geral do sistema educacional, propondo gerar uma expansão da rede escolar, “[...] enquanto faz transformações democráticas modernizadoras na estrutura do sistema e nas práticas educacionais” (OLIVA, 2010, p. 312, tradução nossa)²⁸. Segundo Oliva (2010, p. 313),

Persiste el principio de libertad de enseñanza, expresado en la vigencia de los sistemas de educación pública y privada, y se respeta la autonomía universitaria. También se revitalizan las ideas de democratización, educación permanente, educación para la vida, responsabilidad socio-cultural de la educación, educación para la transformación social, participación en el sistema educacional, en fin, modernización de la educación (Castellón & Oliva et al., 1979).

Por trás do discurso conciliador necessário à conquista de parte dos votos do proletariado, estava uma aliança de classe entre os pequenos proprietários e representantes do grande capital nacional e forâneo para barrar a chegada da esquerda no poder (MARINI, 2019), em um momento de grande agitação no continente americano.

O que se viu, portanto, foi a implementação de uma reforma a partir do Plano Integral de Educação, com muitas contradições, a começar por seu financiamento, que parte foi feito pelos Estados Unidos da América (EUA), via Aliança para o Progresso. A intenção do governo estadunidense seria aumentar a cobertura escolar, diminuindo a desigualdade escolar e assim combater o impacto da revolução cubana no continente americano, sob a lógica da Teoria do Capital Humano. Oliva (2010) aponta que esta é uma antinomia entre o que foi declarado no programa de governo da Democracia Cristã e o que foi desenvolvido em sua prática, uma vez que marca a penetração do capitalismo na política educacional chilena, com o consequente perigo neocolonialista:

[...] constituye una expresión antinómica, la implantación de una política educativa impulsada por una potencia extranjera, Estados Unidos, en un país que ha detentado una condición colonial, Chile, y que recién, a comienzos del siglo XIX, desarrolla su proceso de emancipación, impulsando la institución de un Estado Nacional

²⁷ Do original “[...] una revolución en libertad, para lograr un nuevo orden social alternativo al comunismo y al capitalismo”.

²⁸ Do original: “al tiempo de realizar transformaciones democrático-modernizadoras en la estructura del sistema y las prácticas educativas”.

Republicano, fundado en una educación nacional. (OLIVA, 2010, p. 313).

O que se colocou em prática na educação chilena do governo Eduardo Frei Montalva (1964-1970) foi uma expansão quantitativa, juntamente com a introdução da pedagogia por objetivos, expressão do currículo técnico, sob o argumento da eficiência social, com ligações claras ao positivismo e utilitarismo funcional à reprodução social capitalista, sob inspiração da tradição disciplinar militar e industrial (OLIVA, 2010).

A aliança da classe burguesa não se repetiu em 1970, quando as diferentes frações se dividiram em duas candidaturas: enquanto a pequena burguesia manteve-se fiel ao partido da Democracia Cristã, o grande capital apoiou o candidato da direita. Ainda que o bloco de esquerda tenha mantido o nível de votação anterior, com cerca de 1/3 dos votos totais, desta vez foi suficiente para sua eleição, dado o racha na direita. Marini (2019) demonstra que o que levou a desagregação do bloco no poder tem origem na expansão do grande capital no Chile, que avançou sobre os pequenos proprietários em um movimento de centralização de capitais, motivo da desagregação intraburguesa.

A coalisão de movimentos e partidos de esquerda na Unidade Popular levou ao poder Salvador Allende (1970-1973), sob a promessa de construir a via chilena ao socialismo mediante a democratização da sociedade, planificação da economia e o resguardo da identidade nacional ante as potências estrangeiras. O eixo da sua política educacional, construído a partir de um grande ciclo de debates nos primeiros anos de governo, foi o da Escola Nacional Unificada. Com ela se pretendia aliviar a desigualdade social e, portanto, abolir o caráter elitista das instituições educativas. Para tanto, foi estabelecida a gratuidade da educação e criou-se programas de frequência escolar, alimentação, saúde e recreação, para grupos empobrecidos na sociedade; planejamento curricular; orientação escolar; uma integração da escola com a comunidade; e melhoria da carreira docente (OLIVA, 2010).

Planejou-se um Sistema Nacional de Educação Permanente, que incluía a formação de todos os indivíduos ao longo de suas vidas, que educa para a participação no processo revolucionário, abarcando a educação regular e a educação extraescolar. A primeira abarcava os níveis infantil, básico e médio e

destinava-se a fornecer formação geral, politécnica e profissional. A segunda priorizava os analfabetos e pessoas que não estavam na escola, trabalhadores, pessoas com necessidades especiais e comunidades locais, entre outras. O processo de aprendizagem ao longo da vida ainda contava com as universidades, que constituíam os centros superiores de pesquisa, criação e ensino (OLIVA, 2010).

A transição para uma escola de caráter socialista durou pouco e, no dia 11 de setembro de 1973, Salvador Allende é assassinado durante a tomada do *Palácio de la Moneda*, sede do governo chileno, e imediatamente uma junta militar golpista assume o poder e nomeia Augusto José Ramón Pinochet Ugarte como seu representante máximo. No ano seguinte, Pinochet assume a presidência, sendo nomeado Chefe Supremo da Nação (GARRIDO, 2000), permanecendo como chefe de Estado até o ano de 1990.

Mais uma vez a interferência do aparelho de Estado estadunidense foi crucial para a consecução de um golpe de Estado na América Latina. O que lhes deu senso de urgência foram tanto a incapacidade de articular uma vitória eleitoral quanto o avanço do governo socialista na expropriação da burguesia, com destaque para o controle da extração de matérias-primas, cobiçadas pelas empresas estrangeiras. Segundo Klein (2008, p. 88),

O choque do golpe preparou o terreno para a terapia de choque econômico; o choque das câmaras de tortura horrorizou qualquer um que pensasse em reagir contra os choques econômicos. De dentro desse laboratório vivo, surgiu o primeiro Estado da Escola de Chicago, e a primeira vitória de sua contrarrevolução global.

Os primeiros anos da ditadura chilena foram marcados pelo massacre de opositores ao golpe, torturas e exílio. Na educação se exerceu um rígido controle dos professores e o disciplinamento da cultura escolar, bem como, modificações no currículo de história e ciências sociais para se adequar à ideologia do regime ditatorial (COX, 2005). O BID foi um importante parceiro do governo de Pinochet em pelo menos cinco projetos na área da Educação, que iam da educação artística à formação para o trabalho, demonstrando uma legitimação deste processo (INZUNZA, 2014).

Oliva (2010, p. 315) aponta quatro aspectos fundamentais que marcam as mudanças efetuadas nas políticas educacionais, dando a elas um caráter neoliberal:

[...] primero, la transformación del papel del Estado en la educación, acorde al cambio de una democracia liberal con un Estado intervencionista, a una dictadura con un Estado subsidiario; segundo, la transformación en el sistema de financiamiento de la educación, de un modelo de subsidio a la oferta a un modelo de subsidio a la demanda; tercero, el traspaso de los establecimientos escolares, desde la tuición del Ministerio de Educación, hacia sostenedores municipales y particulares; y, finalmente, la modificación en la estructura del puesto laboral de los profesores por la pérdida de su estatus de funcionario público.

O princípio da subsidiariedade do Estado, segundo Oliva (2010), é o mecanismo articulador da reforma neoliberal chilena, sustenta-se no jusnaturalismo de inspiração cristã, fundado, portanto, no direito divino, para o qual [...] *el hombre es un ser trascendente cuya naturaleza espiritual le otorga primacía absoluta sobre todo lo creado, incluso respecto del Estado, porque los derechos de la persona humana son inherentes a su naturaleza que emana del propio Creador* (Chile, MINEDUC, 1975-1976, p. 14, *apud* OLIVA, 2010, p. 315). O Estado tem um papel subsidiário, isso significa que ele só deve assumir diretamente as funções que o setor privado não está em condições de cumprir adequadamente. A partir deste princípio a ditadura chilena promoveu a educação como um bem privado, uma vez que afirma que a família tem o direito preferencial e o dever de educar seus filhos e o Estado deve proteger esse direito (OLIVA, 2010).

O modelo de financiamento de subsídio à oferta, regido por critérios centralizados, baseado nos custos operacionais históricos de cada unidade educacional e na existência de uma carreira de professores do Estado, vigente até a gestão de Allende (1970-1973), foi modificado por um modelo que subsidia a demanda (COX, 2005). Tal modelo baseia-se no conceito elaborado por Milton Friedman de um *voucher* por aluno. O economista defende que o Estado seja responsável apenas por estabelecer um padrão mínimo de qualidade, tal qual faz com a inspeção de restaurantes para que mantenham padrões mínimos sanitários, e que as famílias recebam uma espécie de cheque (*voucher*), que poderia ser trocado por uma vaga em uma instituição de ensino privada ou sem

fins lucrativos de vários tipos. As famílias poderiam complementar este cheque para acessar as instituições mais caras (FRIEDMAN, 1955).

No entanto, no caso chileno, o subsídio não foi dado à família, como postula Friedman, mas a cada titular, seja este público (o município) ou uma empresa privada, calculado de acordo com a média mensal de frequência estudantil, e não com base no número de matrículas (OLIVA, 2010). Isso representa uma forma de privatização da educação pública, ao mesmo tempo em que a transforma em um negócio lucrativo cuja prática é permitida e incentivada por meio do uso do fundo público, em que políticas de incentivo são desenvolvidas para ampliar a participação do setor privado na abertura de novas escolas. Isso é funcional para o modelo de financiamento de subsídio à demanda, uma vez que "visa gerar um mercado educacional com os demandantes que podem escolher qual licitante 'comprar' seus serviços, com livre entrada e saída de fornecedores e livre concorrência entre setores público e privado, com fins lucrativos" (GONZÁLEZ, 2005, p. 622 *apud* OLIVA, 2010, p. 316, tradução nossa).

O incentivo governamental para a abertura de novas escolas privadas apoiadas por financiamento público fez com que o número destes estabelecimentos aumentasse em 50% durante a década de 1980, de pouco menos de 2.000 em 1980 para quase 3.000 em 1990. Em termos de matrículas, a reforma expandiu de forma radical a oferta privada de educação subsidiada, de 19,6 % de matrículas em 1982 para 51,26% em 2012 (INZUNZA, 2014), conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Matrículas escolares por categorias administrativas, 1982-2012

Ano	Tipo de Administração				
	Total	Escolas Municipais	Escolas Privadas Subvencionadas	Escolas Privadas	Escolas de Corporações Privadas
1982	2.682.142	75,30%	19,60%	5,10%	-
1990	2.742.743	58,40%	32,30%	7,20%	1,90%
1994	2.782.998	57,80%	32,30%	8,20%	1,80%
2000	3.231.148	54,20%	35,90%	8,20%	1,70%
2006	3.652.227	48,35%	43,19%	6,89%	1,5%
2010	2.940.665	42,08%	49,07%	7,08%	1,77%
2012	3.057.945	39,59%	51,26%	7,29%	1,68%
Fonte: Estadísticas de Educación 2005 e 2012, Ministerio de Educación de Chile					

Fonte: Inzunza, 2014.

Em consonância com essas mudanças, os estabelecimentos de ensino, até então dependentes do Ministério da Educação, foram transferidos para os municípios, que além de administrar as escolas, também passam a ser responsáveis pela contratação e demissão dos professores. Esse fenômeno, conhecido no Chile como municipalização, corresponde a um dos pilares da “modernização” do Estado, segundo os postulados de Friedman (1982), intelectual inspirador do projeto capitalista de corte neoliberal desenvolvido pela ditadura chilena. Tal política seguiu como modelo para outros países, conforme podemos conferir no quadro a seguir:

Quadro 3 – Modelos de gestão dos sistemas de educação por país, 2015

País	Modelo de gestión	Nombre y cantidad de entidades subnacionales	Año de última gran descentralización
Argentina	Federal, descentralizado a nivel provincial	23 provincias, 1 ciudad autónoma	1993
Brasil	Federal, descentralizado a nivel municipal (educación básica) y estadual (educación media)	26 estados, 1 distrito federal, 5564 municipios	1995
Chile	Descentralizado (municipalizado)	15 regiones, 54 provincias, 346 comunas	1986
Colombia	Descentralizado (municipalizado)	32 departamentos, 1 distrito capital	1993
México	Descentralizado (federalismo educativo)	32 entidades federativas, 1 distrito federal	1992
Perú	Descentralizado	24 departamentos + 1 Provincia Constitucional del Callao (todos con gobierno regional propio); 195 provincias (gobiernos locales)	2002
Uruguay	Centralizado	19 departamentos, 89 municipios	s.d.

Fonte: Rivas, 2015, p. 57.

Embora os municípios sejam responsáveis pela administração dos estabelecimentos de ensino no Chile, o Ministério da Educação manteve controle sobre as questões curriculares e de controle da frequência estudantil, esta última fundamental na determinação do subsídio (COX, 2005).

Junto à municipalização, foi criado o *Sistema de Medición de la Calidad de la Educación* (SIMCE), cujo *Uno de sus primeros efectos fue seleccionar escuelas con bajos rendimientos para la entrada en programas compensatorios, así como premiar con pequeños incentivos económicos a las de altos resultados* (RIVAS, 2015, p. 91).

Por sua vez, os professores perderam o seu status de servidores públicos federais e passaram a ser contratados diretamente pelos municípios ou pelo setor privado. Com isso, foram privados de um conjunto de benefícios econômicos, previdenciários e profissionais, amargando uma redução real de em média um terço de sua remuneração na década de 1980 (COX, 2005). As

principais razões declaradas para essa transferência de responsabilidade foi aproximar a educação das famílias e do controle local, aumentar a participação do cidadão e tornar as escolas mais sensíveis às necessidades das comunidades locais, o que na prática não ocorreu, uma vez que a população não tinha o direito de escolher seus representantes municipais, que eram todos indicados por Pinochet. Qualquer voz dissonante poderia ser duramente reprimida (COX, 2005).

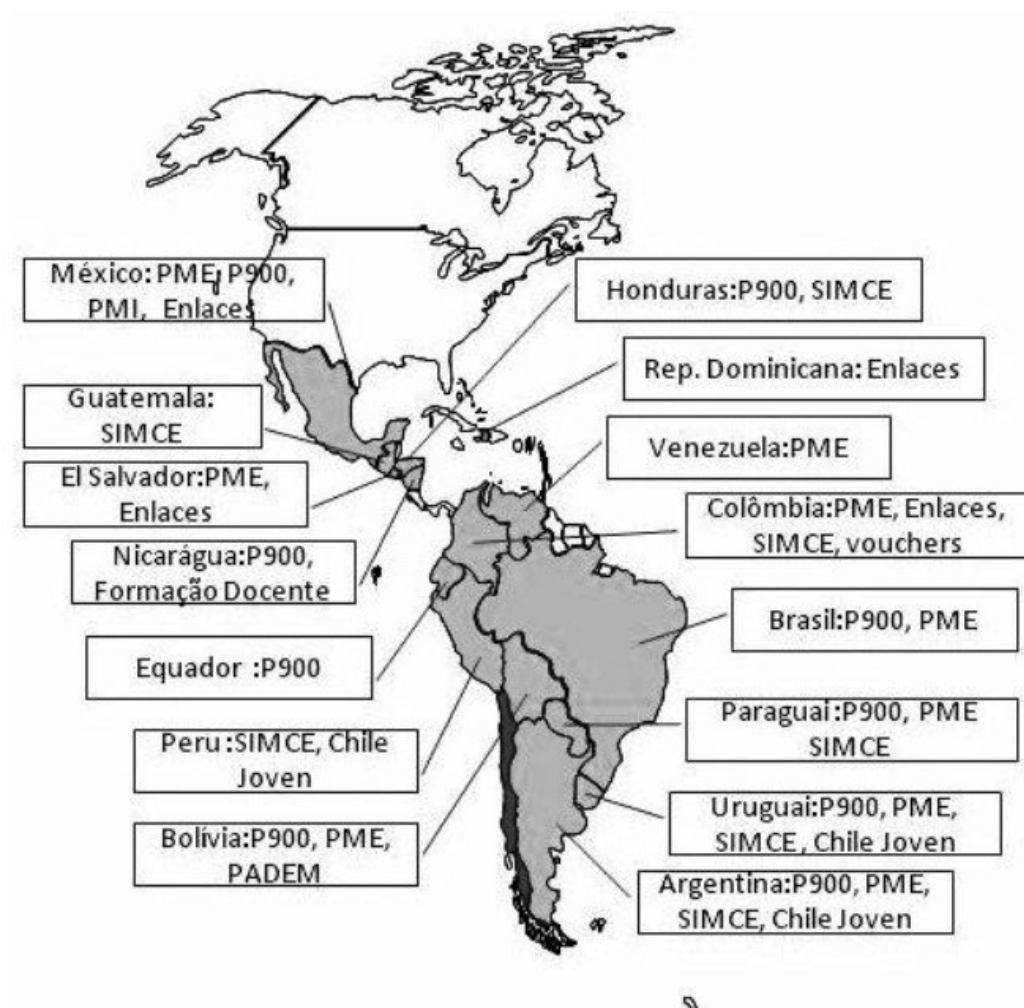
No último dia de governo ditatorial, em 10 de março de 1990, foi promulgada a *Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza* (CHILE, 1990), que estabeleceu uma mudança importante no que diz respeito ao controle do currículo: a descentralização do currículo para os estabelecimentos de ensino, por um lado, e a transição do controle das dimensões nacionais do currículo, do Ministério da Educação para um novo órgão, o Conselho de Educação Superior, cuja composição garantiu que as mudanças no currículo escolar não pudessem ser objeto apenas de uma decisão do governo de plantão. Por ser uma lei constitucional, exige-se maioria qualificada para estabelecer mudanças, o que não ocorreu em nenhum de seus aspectos centrais na década seguinte (COX, 2005).

Desgastado pelo crescente repúdio aos crimes cometidos contra a população chilena e pelas denúncias de crimes contra os direitos humanos nos tribunais internacionais, Pinochet organiza um referendo em que os chilenos decidiriam se o ditador poderia ficar mais oito anos no cargo. Se organizou então uma frente ampla pelo “não”, que defendia o fim da ditadura e o estabelecimento de eleições civis. Esta frente, composta por movimentos sociais, partidos de centro e de esquerda, *Concertación*, vence o plebiscito e na sequência dos acontecimentos elege os próximos presidentes, governando de 1990 a 2010.

A restauração do regime democrático liberal, entretanto, foi insuficiente para que mudanças substanciais fossem aplicadas nas políticas educacionais. A mudança na forma política não alterou as bases da política econômica e educacional. Como aponta Oliva (2010), tanto a *Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza*, (CHILE, 1990), quanto a *Ley General de Educación* (CHILE, 2009), de julho de 2009, mantiveram inalterado o papel do Estado subsidiário, a pedra angular da grande ofensiva neoliberal.

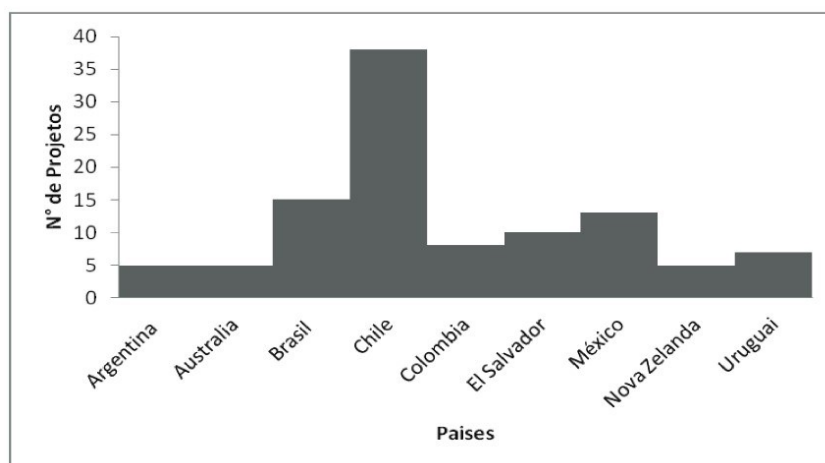
A partir da década de 1990 o Chile se tornou a grande referência no âmbito das políticas educacionais para o Banco Mundial, o que fez a sua experiência ser a mais citada nos documentos da área e serviu como parâmetro para projetos de países de toda a América Latina, conforme levantamento de Inzunza (2014) sintetizados nas figuras a seguir. As políticas mais disseminadas foram os programas de ensino infantil; ensino rural e multisseriado; materiais pedagógicos; avaliações externas; participação das famílias na gestão; descentralização e saúde escolar (INZUNZA, 2014).

Figura 2 – Circulação das políticas educacionais chilenas na América Latina na década de 1990



Fonte: Inzunza, 2014, p. 125.

Gráfico 1 – Distribuição de referências dos projetos do Banco Mundial segundo países nos anos 1990



Fonte: Inzunza, 2014, p. 125.

Tello e Mainardes (2014) observam uma “[...] continuidade argumentativa e ideológica dos documentos emanados dos dois organismos nos últimos 20 anos” (TELLO; MAINARDES, 2014, p. 158). Esta característica é apresentada pelos seguintes eixos: a) a descentralização com ênfase na necessidade de incrementar os níveis de autonomia escolar; b) os mecanismos de avaliação do rendimento acadêmico; c) a profissionalização docente em termos de “accountability” e d) a otimização da qualidade educativa em uma perspectiva gerencial.

A Reduca busca dar continuidade a esta agenda que vem sendo construída e implementada nos países latino-americanos ao menos desde a década de 1980, com o pioneirismo das políticas educacionais chilenas, escritas por cima do sangue daqueles que deram a vida por um país livre do imperialismo.

4 A REDUCA: INSTRUMENTO DA HEGEMONIA BURGUESA

Talvez seja útil utilizar duas noções para acompanhar o raciocínio sobre o caráter deliberado e planejado da ação política: a noção de *córtex político*, um órgão capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis, e a noção de *estado-maior*, um órgão capaz de operacionalizá-los, modificando com sua ação as relações de forças. Trata-se, por conseguinte, de um núcleo de vanguarda político-intelectual e de um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração. Trata-se de uma elite, diríamos. (DREIFUSS, 1986, p. 24).

A Reduca é expressão de um movimento muito mais amplo que a educação escolar em si, pois é fruto da articulação das classes dirigentes em torno da manutenção e atualização da hegemonia burguesa em nossa sociedade, articulado por grupos de intelectuais orgânicos que atingiram tal grau de homogeneidade, consciência e organização que atuam como *elites orgânicas*. Neste capítulo apresentaremos primeiramente as características mais relevantes desta rede de APHs, para então apresentar uma análise dos principais documentos norteadores das políticas educacionais por eles defendidas.

4.1 ASPECTOS GERAIS DA REDE

Em sua atuação como verdadeiro “estado-maior” da classe dominante, a elite orgânica se ocupa não só do preparo e do planejamento estratégico de classe — a partir de uma apreciação sintético-analítica das relações de poder entre os diversos sujeitos coletivos num momento/movimento em particular — mas da formulação dos principais lineamentos de ação, frente às outras forças sociais, além da direção de toda esta ação. (DREIFUSS, 1986, p. 27).

A Reduca caracteriza-se como uma *frente móvel de poder* transnacional, que se organiza baseada em APHs de 14 países, que atuam em confluência com as diretrizes do seu *córtex político*, que identificamos como as elites orgânicas que formulam as políticas do BID e da Comissão Europeia. Desta forma, carrega em si um projeto de classe, ainda que floreado e ocultado em suas publicações.

A rede insere-se na agenda educacional capitaneada pelos maiores organismos supranacionais, em interlocução constante com estes.

[...] uma frente móvel de poder [...] [funciona] como central de informações, como laboratório de idéias e como foro para os grandes conglomerados empresariais, em questões relacionadas à propaganda ideológica e política; desenvolve meios de mobilização popular e assegura a consecução da hegemonia ideológica da estrutura de poder capitalista, através da legitimação da ordem empresarial, definindo os parâmetros do permissível e do rejeitável e os pontos de referência do debate público, carimbando e separando “realismo” de “utopia”. (DREIFUSS, 1986, p. 26).

Os documentos internacionais de referência da Reduca, segundo seu posicionamento público, são aqueles ditados pelos organismos supranacionais legitimadores da ideologia burguesa:

Educación para Todos [UNESCO], as Metas 2021 [OEI, em parceria com CEPAL] e o processo para o direito à Educação que se desenvolve em torno das Metas post-2015 [...], o conceito de Educação como direito fundamental de acordo com a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959. (REDUCA, 2016, p. 5).

Identificamos que os membros da Reduca possuem projetos, assistência financeira, parcerias ou alianças diretas com o aparelho de Estado dos EUA, principalmente via USAID e embaixadas nos respectivos países. A Fundação Omar Dengo, Educación 2020 e o grupo Faro possuem alianças diretas com a Embaixada dos EUA. Já o Unidos por la Educación, do Paraguai, apresenta aliança com os Peace Corps²⁹. Os APHs mais antigos, que foram criados nas décadas de 1980 e 1990, contaram inclusive com dinheiro da USAID desde a sua fundação ou nos primeiros anos, a exemplo da Fepade (MALDONADO, 2015), Fundação Omar Dengo (SAXE, 1991), Eduquemos (USAID, 2013), Educa (EDUCA, 2023b), Ferema (USAID, 2012). Outros APHs mais recentes também possuem patrocínio ou parcerias com a USAID, a exemplo do Grupo Faro (Equador) (FARO, [2023]), Empresarios por la Educación (Colômbia) (EMPRESARIOS POR LA EDUCACION, 2023), Empresarios por la Educación

²⁹ Em seu site oficial, o Peace Corps, agência de Estado dos EUA, afirma que sua missão seria: “1) Ajudar os países interessados em suprir suas necessidades de pessoal capacitado. 2) Ajudar a promover uma melhor compreensão dos americanos por parte dos povos servidos. 3) Ajudar a promover uma melhor compreensão de outros povos por parte dos americanos”. (PEACE CORPS, 2023, online).

(Guatemala) (EMPRESARIOS POR LA EDUCACION, 2023). A USAID, segundo Nogueira (1998, p. 50):

[...] constituiu-se em todas as condições jurídico-políticas e econômicas para ordenar, regular e materializar parte da retórica da “Aliança para o Progresso”, tendo todas as condições de arbitrar às doações e os empréstimos em favor dos países periféricos e efetivando um novo pacto entre os “países livres”. Dessa forma a USAID conquistou a primazia, nos anos 50 e 60, frente a outros Organismos Internacionais Bilaterais e Multilaterais, ao se impor como o instrumento de interlocução mais importante entre os países doadores e os países usuários.

Os princípios apregoados pela Reduca são apontados primeiramente em seu documento constitutivo, a Carta de Brasília, que a define como

una asamblea de organizaciones de diversos países de Latinoamérica, que sostiene un compromiso público y común para participar y contribuir activamente a que los niños, niñas y jóvenes ejerzan en plenitud su derecho a una educación inclusiva y de calidad, en cada uno de nuestros países y en la región entera (REDUCA, 2011, p. 1).

Em relação à sua organização interna, a Reduca opera em duas instâncias, a Assembleia de Membros e o Conselho de Governança, conforme explica Martins (2019):

As Assembleias se configuram como o espaço operativo da rede, dela, participam todos os integrantes da REDUCA. O Conselho de Governança tem a tarefa de liderar as ações da REDUCA. Este Conselho é considerado uma instância técnica cuja função é traçar as diretrizes de ação e encaminhar questões que viabilizam a rede, como a busca por financiamento junto aos organismos internacionais, por exemplo. Do Conselho de Governança participam os representantes de 6 integrantes da REDUCA, eleitos em Assembleia. Este Conselho é coordenado por um Secretário Geral, também eleito dentre os integrantes para um mandato de 1 ano. (MARTINS, 2019, p. 114).

Outros princípios anunciados na ocasião de seu lançamento foram: a disposição a aprender, pelo intercâmbio de experiências; trabalho colaborativo na busca das ditas “melhores práticas”; “Estado e educação”, em que pregam o *accountability*; corresponsabilidade, defendendo que os cidadãos devem participar ativamente da formulação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais; e a participação, que se resume em propor uma relação “construtiva” entre setor público e privado (REDUCA, 2011).

No documento *Posicionamento: Reduca* (2016), são listados os seguintes princípios da rede:

- O entendimento de que a Educação é um direito humano fundamental, pois se trata de condição para o exercício de outros direitos. A compreensão de que o direito à Educação é exercido quando se asseguram as condições de aprendizagem para todos, independentemente de sua origem e situação.
- A responsabilidade do Estado em garantir que tal direito se exerça mediante uma Educação pública de qualidade e promovendo a participação de todos os setores e atores.
- O entendimento de que a qualidade da Educação é um componente sem o qual não se cumpre o exercício do direito à Educação, seja em sua oferta ou em seus resultados, entendendo a qualidade em sentido integral.
- O foco da Educação na sua contribuição para reduzir a desigualdade e a pobreza e para promover a equidade e a inclusão, fatores que constituem o maior desafio ao progresso social na região. (REDUCA, 2016, p. 4).

Em outras palavras, a Reduca se posiciona a favor da participação do setor privado na oferta pública de educação, fenômeno que tem se alastrado na América Latina sob diversas formas. Elevam a educação ao patamar milagroso de solução de todos os problemas econômicos, defendendo que “os problemas psicossociais, os comportamentos de risco e os níveis de emprego e renda estão relacionados com a qualidade educacional” (REDUCA, 2016, p. 3), numa perversa tentativa de imputar à educação pública a responsabilidade pelas mazelas crônicas que tem origem na exploração das classes subalternas dentro da lógica totalizante da valorização do capital.

A rede participou dos seguintes eventos nos últimos anos, em que pôde influenciar tanto os ministros dos países que atua quanto outros sujeitos envolvidos no grande projeto de reforma educacional:

- Cúpula Ibero-americana – OEI (Cidade do México/México, 2014);
- Cúpula das Américas – OEA (Cidade do Panamá/Panamá, 2014);
- Encontro dos Ministros da Educação da OEA (Lima/Peru, 2014);
- Fórum Mundial de Educação para Metas de 2030 – UNESCO, Grupo Banco Mundial etc. (Icheon/Coreia do Sul, 2015);
- Encontro sobre docentes da Educação para a primeira infância na América Latina e Caribe - UNESCO (São Paulo/Brasil, 2015);

- Workshop de elaboração da agenda regional para a primeira infância – Diálogo Interamericano, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e TPE (São Paulo/Brasil, 2015);
- Cúpula Empresarial Ibero-americana no marco da Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado (Cartagena/Colômbia, 2015);
- VII Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Educação - OEA (Washington, D.C./EUA, 2016);
- Reunião Técnica Regional “Docentes e Aprendizagem” – UNESCO (Santiago/Chile, 2016);
- Métricas do Desenvolvimento Infantil na América Latina – Diálogo Interamericano, GRADE e Banco Mundial (Lima/Peru, 2016). (REDUCA, 2016);
- Primeiro Encontro de Alianças Multisetoriais em Educação – BID, Reduca, Educar 2050 (Buenos Aires/Argentina, 2018).
- Encontro Regional de Ministros da Educação – Reduca, OEI e BID (Colômbia, 2019);
- Segundo Encontro de Alianças Multisetoriais em Educação – BID, Reduca (Cidade do Panamá/Panamá, 2019).

Martins (2013, p. 115) destaca que os membros da Reduca possuem muito em comum, haja vista que “geram propostas de programas educativos e tentam construir ‘agendas’ em longo prazo”.

Apoiam, sobretudo, os programas que envolvem parcerias entre os setores público e privado, ressaltando, em alguns casos, o trabalho voluntário. No entanto, tais organizações almejam, prioritariamente, incidir em políticas públicas, e, mesmo quando implementam projetos pontuais, o fazem com este foco. É importante destacar que esses grupos utilizam como estratégia de atuação a autonomia e independência em relação aos governos, procurando, geralmente, estabelecer com estes boas relações para que possam construir intervenções em conjunto. Quando não possuem boas relações com os governos, buscam estratégias para se aproximar de ministros e técnicos do aparelho estatal (MARTINS, 2013, p. 115-116).

Lamosa (2017, p. 8), ao analisar a composição da Reduca, destaca as seguintes semelhanças entre os Aparelho Privados de Hegemonia que dela participam:

1) uma organização administrativa muito similar (assembleia geral que reúne os sócios, uma junta diretiva, um conselho superior, um conselho assessor, além de comitês para assuntos específicos); 2) Produção de agendas de longo prazo (No Brasil, por exemplo, a data de 2022 foi eleita como marco histórico, no Chile este marco foi definido para 2020 e na Argentina para 2050); 3) Apoio às Parcerias Público-Privadas; 4) Valorização de programas de inserção do trabalho voluntário em políticas de garantia do direito à educação; 5) Demarcam sua separação com o governo e com o mercado, definindo-se como parte de um “Terceiro setor” ou de uma “Sociedade Civil” que é a expressão da cidadania, enunciam uma origem “apartidária”; 6) Trabalho estreito com a imprensa, incluindo entre seus associados grandes empresas de comunicação (como por exemplo no Brasil em relação as empresas do grupo Roberto Marinho e no México, onde a Televisa é um dos associados do movimento “Mexicanos Primeiro”); 7) Assumem estatuto de especialistas (“*Think Thanks*”), apresentando-se como especialistas nas reformas educacionais em seus países.

Desperta atenção a articulação internacional promovida pelo BID para financiar a Reduca. Utilizando-se da cota de empréstimos disponível para o Brasil, em outubro de 2012, o banco firmou dois contratos de cooperação técnica com o Todos Pela Educação, em fundo não reembolsável. O contrato *BR-T1246: All for Education Movement: New Educational Practices and Policy Agenda* teve um custo total de 639 mil dólares, enquanto o *BR-X1027: All for Education Movement: New educational practices and policy agenda* custou um milhão e 700 mil dólares (ALFARO *et al*, 2012). Ambos os contratos contaram com a participação do banco Itaú BBA, Instituto Natura, Fundação Telefônica, instituições que participam do TPE, e a sul coreana Samsung, líder mundial em venda de *smartphones*. Por parte do BID, foi utilizado o fundo de *Doações Específicas para Projetos* e o *Korean Poverty Reduction Fund*. O Banco Itaú firmou o acordo por meio de sua sucursal em Nassau Branch, em Bahamas, famoso paraíso fiscal³⁰. Quanto à Reduca, o que propõe no acordo de cooperação técnica entre o BID e o TPE resume-se ao seguinte:

Este componente apoiará o trabalho do TPE no intercâmbio de experiências bem sucedidas entre as organizações da REDUCA, para maximizar a sua capacidade de incidência nas políticas públicas. Com os recursos do KPR alocados a este componente serão financiadas as seguintes atividades para consolidação da rede: i) estabelecer uma rede de intercâmbio de boas práticas na criação e gestão de movimentos sociais pela educação na América Latina no que tange aos seus objetivos, programas, financiamento, estratégias de

³⁰ A Receita Federal do Brasil inclui Bahamas na sua lista de países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados, conforme Instrução Normativa RFB nº 1037, de 04 de junho de 2010 (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2010).

comunicação, mobilização social, estratégias de incidência nas políticas públicas, e de promoção da participação da sociedade civil no diálogo e controle social das políticas educativas; ii) apoiar a implantação de processos de acompanhamento das políticas e metas educativas ao nível regional ou em outros países; e iii) organização de encontros regionais ou nacionais com os principais atores da política pública, da sociedade civil e dos setores público e privado (ALFARO *et al.*, 2012, p. 6).

Vê-se que o TPE ocupa lugar de destaque na Reduca, ao ser escolhido como beneficiário de mais de dois milhões de dólares, não reembolsáveis, para articular e implementar os interesses do projeto educacional do BID articulado aos governos nacionais, ao articular seu projeto educacional aos chamados “atores da política pública”, que nada mais são do que as elites orgânicas atuantes em cada país que a Reduca põe seus tentáculos. O apoio do BID à Reduca “[...] não se limitou à seleção dos membros da rede ou ao seu subsídio, neste caso, o financiamento também é orientador das ações e da ‘prestação de contas’” (MARTINS, 2019, p. 122).

Assim, a REDUCA também definiu seus objetivos e apresentou os resultados de seus projetos na sede do BID em Washington. Por exemplo, em 2016, o Conselho de Governança da rede, se reuniu durante 3 dias com o vice-presidente e com representantes da Gerência do Setor Social do BID (incluindo a Divisão de Educação e a Unidade de Alianças Estratégicas). O objetivo deste evento foi o de definir as orientações estratégicas futuras da REDUCA e fortalecer a aliança entre a rede e o BID. (MARTINS, 2019, p. 122).

A utilização do fundo sul coreano e a participação da Samsung podem ser explicados pelo interesse comum em promover a ampliação do mercado consumidor de novas tecnologias, uma vez que no acordo de cooperação é dado destaque para a introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na sala de aula. No documento de cooperação técnica entre TPE e BID apresentam o que seria o ensino através de meios eletrônicos:

O *e-learning* (ensino através de meios eletrônicos) e os ambientes personalizados de aprendizagem nasceram das exigências do século XXI de manter o aprendizado ao longo da vida e do desafio de evitar que jovens continuem abandonando prematuramente o sistema educacional por apresentarem dificuldades significativas em sua vida escolar – para que eles tenham oportunidades de reintegrarem-se ao sistema escolar e alcançar os resultados de aprendizagem esperados. Nos ambientes personalizados, os estudantes podem explorar e criar de acordo com seus próprios interesses e objetivos, interagindo com a comunidade e com seus pares. É uma metodologia que permite reconhecer e trabalhar as diferenças de desempenho de cada aluno e

identificá-los como gestores de seu próprio aprendizado. (ALFARO *et al.*, 2012, p. 21).

Com isto buscam promover um esvaziamento do papel do professor como responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que preparam as novas gerações para o consumo de eletrônicos e os capacitam para o trabalho mediado e controlado por aparelhos eletrônicos. Americo Teixeira Mattar Junior, presidente da Fundação Telefônica, afirma no informe social de 20 anos:

Assim, criamos projetos que têm como base o potencial humano e que utilizam a tecnologia para gerar novas metodologias de ensino-aprendizagem, estimular o desenvolvimento social e o exercício da cidadania. E, desta forma, desenhamos nossos pilares de atuação: Educação, Empreendedorismo e Voluntariado (FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO, 2019, p. 3).

Tais elementos são sintetizados nas proposições da Reduca e ressoam na elaboração dos interesses de frações burguesas que atuam no campo educacional, seja para fomentar sua realização de mercadorias, seja na transformação de setores educacionais em espaços de realização de suas mercadorias.

Há uma confluência, entre os APHs estudados, na forma de construir seus quadros de intelectuais: convidam nomes influentes na política, como ex-presidentes e ex-ministros da Educação; buscam quadros populares na sociedade, seja nos esportes ou na mídia; e montam uma rede de empresários dispostos a financiar a organização de uma agenda comum consensuada na rede para ação política em seus países.

Dentre as centenas de intelectuais que compõem as elites orgânicas presentes nos APHs participantes da Reduca, destacam-se aqueles ligados diretamente à fração financeira da classe burguesa. Como exemplos, temos o Citibank como membro fundador da Fepade (El Salvador), o Itaú e Bradesco no Todos Pela Educação (Brasil), Banco Proamerica no Eduquemos (Nicarágua), Bancolombia no Empresarios por la Educación (Colômbia), Santander e Citi, no Proyecto Educar 2050 (Argentina), além de intelectuais ligados ao Banamex e Bancomer no Mexicanos Primero (México), ao Banco de Credito del Peru, no Empresarios por la Educación (Peru).

Também há um modelo de ação em comum: campanhas de mídia em conjunto com as corporações de mídia locais, concursos, medalhas e premiações de “melhores práticas”, *lobby* parlamentar para influenciar diretamente na elaboração, proposição e aprovação das leis e normas educacionais, além de uma miríade de projetos com empresas e aliados que garantem o financiamento de suas estruturas. A grande mídia é uma aliada imprescindível para os membros da Reduca. Todos eles possuem estreitas relações com os maiores detentores de meios de comunicação de massa de seus países.

4.2 O DISCURSO UNÍSSONO DA REDUCA

A fusão de ideologia político-econômica e análise político-estratégica permite que todo o seu argumento “lógico” apareça não como demanda e reflexão sobre sua própria classe, mas como expressão da consciência nacional e exigência societária. (DREIFUSS, 1986, p. 27).

Na essência, as políticas defendidas pela Reduca não se diferem do que encontramos nas recomendações do BID e do Banco Mundial para a Educação ao longo das últimas décadas. O discurso presente nos documentos publicados pelos APHs em estudo apontam com muita eloquência os resultados de cada país no exame PISA, organizado pela OCDE, sempre abaixo do esperado e demandando ações urgentes; assinalam a necessidade de um cuidado maior na primeira infância; trajetórias completas de aprendizagem; clamam por gestores mais eficazes; defendem a valorização dos professores via políticas meritocráticas; apontam como solução para os currículos o desenvolvimento das habilidades para o século XXI e as habilidades socioemocionais. Martins (2019, p. 118) aponta que

[...] os integrantes da REDUCA, ao se associarem em rede, buscam a ‘utilidade das conexões da rede’ através do seu fortalecimento no sentido de aprimorarem sua capacidade de incidência nas políticas públicas. Esta foi a principal tática traçada desde os primórdios da R EDUCU, quando o BID coordenou uma sessão de trabalho denominada “A rede em ação” para definir as diretrizes e traçar o “Plano de Ação” da rede recém-criada, onde se discutiu a tática de incidência política da rede; as alianças público-privadas; formas de comunicação e mobilização, dentre outros temas. Aí também foi

delineado o planejamento das ações para os próximos 12 meses, com base nos projetos já desenvolvidos pelos membros (PAVISICH, 2011). Como metas comuns, foram propostas para o ano de 2024, trajetórias completas de 12 anos de escolaridade para os estudantes e o alcance da média da OCDE no teste padronizado PISA nos países da América Latina.

O discurso presente desde os primeiros documentos da Reduca (2011) já apontava para a responsabilidade dos professores nos péssimos resultados em avaliações de larga escala, a todo momento afirmando como seriam melhores os resultados educacionais com suas políticas docentes, apelando-se para um influente intelectual contemporâneo para o BID e Banco Mundial, Eric Hanushek³¹:

Existen evidencias de que un mejor docente aumenta el desempeño de los estudiantes, por lo que las apuestas que se hagan por mejor formación y mejores condiciones para los docentes y directivos tendrán impactos directos en los resultados de aprendizaje de los estudiantes: “Tener un buen maestro implica más de un año escolar en diferencias de aprendizaje para un estudiante, así como tener un maestro de bajo desempeño implica dominar en promedio un 50% o menos del currículo escolar.” (Hanushek et al, 2010). (REDUCA, 2011, p. 39).

Há um consenso na rede em torno dos princípios gerais que regem a concepção de educação defendida pela Reduca. Todos os APHs envolvidos utilizam a mesma abordagem, com diferentes nuances: a) diagnóstico catastrófico via resultados de avaliações em larga escala organizadas pela UNESCO e OCDE; b) culpabilização dos professores, que seriam os responsáveis pelo atraso da educação; c) defesa da profissionalização docente, que se materializa em diversas políticas meritocráticas para ingresso e permanência, controle e ascensão na carreira; d) defesa das reformas curriculares de todos os níveis para se adaptar às “habilidades do século XXI”, com ênfase no uso de tecnologias e nas habilidades socioemocionais; e) apoio às mais diversas formas de privatização da educação.

Dentre os temas abordados como prioritários para a Reduca em 2014, destacamos: a) desenvolvimento da primeira infância; b) formação e carreira

³¹ Hanushek é professor na universidade de Stanford e desde 1973 soma ao menos vinte passagens pelas mais diferentes áreas do governo dos EUA, desde a força aérea até o Departamento de Educação. Hoje atua no *National Assessment Governing Board*, setor responsável pela avaliação em larga escala do sistema educacional estadunidense. Foi consultor do Banco Mundial entre 1984 e 1995. Atua no setor privado como consultor econômico global, para a Learn Capital. (HANUSHEK, 2023).

docente; c) políticas para diretores escolares; d) deserção e retenção escolar (REDUCA, 2013). Com base nestes eixos a Reduca assinou um Projeto de Cooperação Regional com a União Europeia, que também contava com a criação de um observatório educacional, o que garantiu o financiamento da rede em seus primeiros anos. O Observatório foi lançado em 2015 (EBC, 2015).

Em seu manifesto de 2019, a Reduca elencou cinco eixos, como prioritários: garantir trajetórias escolares completas; garantia de aprendizagem com sentido; potencializar o papel dos professores e diretores; somar esforços por meio de alianças e ir além dos testes padronizados (REDUCA, 2019).

Durante a pandemia de COVID-19, que vitimou mais de um milhão e setecentos mil pessoas na América Latina e Caribe, (REUTERS, 2022) a Reduca encontrou grandes oportunidades para o futuro:

Aproveitar os esforços e as ferramentas online, além de um acompanhamento pedagógico e gestão de crise serão fundamentais para fazer a diferença em cada escola. Estamos diante de um possível legado para repensar processos de aprendizagem, de inovação, fortalecer as relações nas comunidades escolares, introduzir o uso de múltiplas plataformas e recursos digitais que ajudarão na continuidade da aprendizagem nesta etapa de confinamento, mas também deve-se acelerar o investimento em infraestrutura para a conectividade das famílias mais vulneráveis e marginalizadas. É um momento de nos unirmos e potencializar as alianças multisetoriais, a qual temos muitas evidências na Reduca do seu grande potencial. (REDUCA, 2020, p. 3).

Em seu posicionamento mais recente, datado de dezembro de 2022, a Reduca apontou para três focos de urgência devido à pandemia: em primeiro lugar a busca e retorno de estudantes que estão fora da escola ou não voltaram devido à pandemia. O segundo ponto foi colocado na aprendizagem socioemocional “como elemento fundamental da experiência formativa” (REDUCA, 2022, p. 1), discurso que ganhou muita força devido às consequências devastadoras da pandemia para a saúde mental de escolares³². A terceira prioridade da rede seria a reativação e reforço das aprendizagens, “[...] não procurando concluir nominalmente cada atividade e conteúdo dos

³² Em levantamento feito com “[...] estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em escolas públicas estaduais e municipais, localizadas nas periferias dos municípios de São Paulo e Guarulhos, apresentaram triagem positiva em 10,5% para sintomas depressivos graves e 47,5% para sintomas ansiosos graves. Revisões sistemáticas forneceram evidências de que tais prevalências tenham aumentado significativamente durante a pandemia”. (VAZQUEZ et al, 2022, p. 312).

programas de disciplinas e do currículo, mas gerando oportunidades de aprendizagem inovadoras para todos e todas” (REDUCA, 2022, p. 2, tradução nossa).

5 AS REDES INTERNAS À REDUCA

A Reduca possui representantes de quase todos os países latino-americanos e caribenhos de língua espanhola, com a ausência gritante de representantes dos países que mais se distanciaram das garras do imperialismo: Cuba, Venezuela e Bolívia. Este último, segundo Bittencourt (2021), é o único da região a diminuir a presença da educação privada no ensino básico nos últimos anos.

Apresentamos a seguir dados de nossa pesquisa empírica mediante os quais cada APH pertencente à Reduca será apresentado com base nas descrições em suas páginas na internet, suas características principais, patrocinadores, apoios e projetos, além de uma apresentação dos seus principais intelectuais³³. Foram levantados os tipos de alianças e parcerias divulgados pelos APHs, assim como a lista de empresas envolvidas com cada um. Conforme Martins (2019, p. 111-112),

[...] as organizações variam em tamanho, financiamento, estrutura e, de certa forma, escopo de atividade. A maioria das organizações possui um staff mínimo, a partir de uma estrutura operativa simples, apoiada, entretanto, por fortes e explícitas conexões com mundo empresarial. Por ora, estes grupos podem ser divididos entre os que foram fundados antes dos anos 2000 e os posteriores: usualmente, os mais antigos podem ser caracterizados como grupos explicitamente empresariais, vinculadores a grandes ou médias empresas de capital nacional ou estrangeiro cuja tradição de atuação na educação era o desenvolvimento de ações de Responsabilidade Social Empresarial, permitindo a melhoria da sua própria imagem e a obtenção de benefícios fiscais; os grupos cuja fundação é mais recente, tendem a caracterizar-se como coalizões da sociedade civil ou organizações multisetoriais. São novas organizações, cuja tática principal é apresentar-se como representantes da sociedade civil e não como representantes ou pertencentes a uma empresa ou grupos empresariais. Dedicam-se exclusivamente ao tratamento da política educacional (*education policy*), e, como sintetiza, Castellani (2019), se apresentam, publicamente, como uma voz “universal e desinteressada” dedicada a “melhorar a qualidade da educação” buscando influenciar a orientação políticas públicas e na conscientização sobre os atuais problemas educacionais.

Privilegiou-se nesta exposição, para que não seja demasiadamente exaustiva, a apresentação dos intelectuais mais proeminentes em cada país e

³³ Há um desequilíbrio entre a apresentação de dados de pesquisa mais detalhados de países com maior economia comparados a outros menores, devido à ausência de informações disponíveis sobre muitas empresas e intelectuais envolvidos nos APHs estudados. Trata-se, portanto, de uma limitação das fontes primárias devido às restrições que as fontes de busca possíveis neste trabalho de pesquisa impuseram, e não uma escolha do autor.

organismos supranacionais que possuem vínculo com o maior número de membros na rede e as principais empresas patrocinadoras. Informações complementares de intelectuais, empresas e alianças de cada APH, além de dados gerais e estatísticas sobre a educação de cada país, pode ser conferida nos Apêndices A ao P. Serão apresentados por ordem cronológica, dos mais antigos para os criados mais recentemente.

5.1 EL SALVADOR – FUNDACIÓN EMPRESARIAL PARA EL DESARROLLO EDUCATIVO

Em 1986, em El Salvador, surgiu a *Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo* (Fepade), que viria décadas depois a fazer parte da Reduca. Seu impulso inicial, porém, não veio somente do empresariado salvadorenho, mas do financiamento direto do governo dos EUA, via *United States Agency for International Development* (USAID), sob a justificativa de desenvolver a educação técnica (MALDONADO, 2015), em parceria que dura até os dias atuais³⁴.

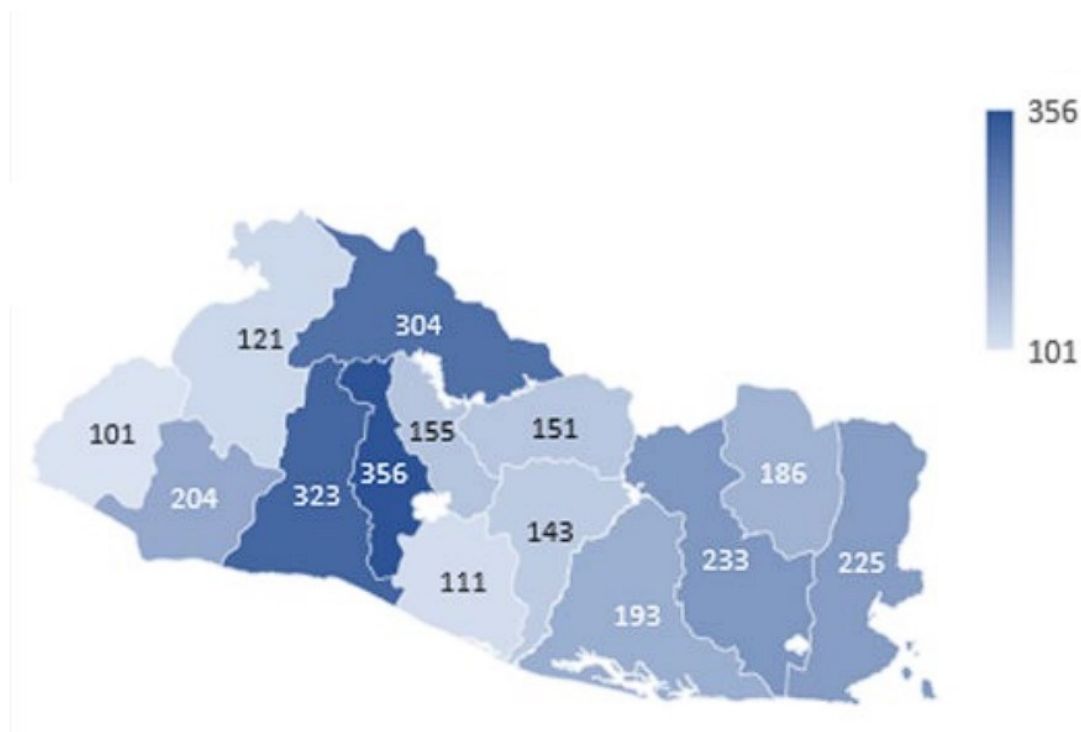
Em sua página oficial, o APH lista as seguintes empresas fundadoras: Fundación Poma; Industrias Unisola; La Constancia S.A.; Lima Zablah S.A. de C.V.; Cemento de El Salvador; Fabrica Molinera Salvadorenha; Fundación Molsa; H. de Sola S.A. de C.V.; Productos de Café; Taca Internacional Airlines; ADOC; Fundación Dueñas Herrera. (FEPADE, 2023a).

Ao analisar seus arquivos, porém, percebemos que alguns dos membros patrocinadores de 1986, registrados em sua *Memoria de Labores 1986* (FEPADE, [1987]), não são mais listados atualmente. São eles: ESSO STANDARD OIL, S.A., LTDA.; REFINERIA PETROLERA ACAJUTLA, S.A.; LA CENTRO AMERICANA, S.A.; CITIBANK.

³⁴ Con la llegada del Presidente Nayib Bukele, el Gobierno de Estados Unidos, a través de la Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID) —en alianza con la Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo (FEPADE)—, creó el proyecto “Educar y Convivir”, el cual, junto a socios de la empresa privada, como la Fundación Toruño Steiner (Indufoam), transforma las escuelas en centros integrales para la prevención de la violencia dentro de la comunidad y para reducir la migración irregular a Estados Unidos. (EL SALVADOR, 2022, online).

Entre 1998 e 2021, a Fepade acumulava projetos em 2806 escolas³⁵. A figura a seguir ilustra a distribuição destes entre as 14 regiões de El Salvador:

Figura 3 – Distribuição dos projetos da Fepade por departamentos (1998-2021)



Fonte: Fepade (2021).

A Fepade ainda conta com uma extensa rede de alianças. Em sua página oficial apenas algumas delas contam com uma explicação sobre o conteúdo destas ações conjuntas, que apresentamos no quadro a seguir:

Quadro 5 – Alianças da Fepade (2021)

USAID	Desde sus inicios, USAID ha sido un socio estratégico para desarrollar proyectos orientados a mejorar el sistema educativo nacional, como elemento clave para el desarrollo económico y la cohesión social.
Food for the Poor	Food for the Poor ha establecido un convenio con FEPADE para apoyar la mejora de comunidades educativas mediante 80 centros escolares a nivel nacional, incluyendo el fortalecimiento de capacidades, liderazgo, valores y habilidades sociales, en el marco del proyecto Educar y Convivir.

³⁵ De acordo com o Censo Escolar de El Salvador (MINED, 2023), em 2018, existiam em torno de seis mil centros escolares no país.

Ministerio de Educación	Todas las iniciativas de FEPADE han sido coordinadas oportunamente con el MINEDUCYT, tanto a nivel nacional como local. Además, FEPADE ha ejecutado importantes contratos con el MINEDUCYT.
Fundación Sura (Colombia)	En alianza con la Fundación Sura (Colombia), FEPADE ha ejecutado desde 2015 el programa “Félix y Susana”, enfocado en promover la sana convivencia en la educación preescolar y básica.
Insaforp	Dentro del Sistema de Formación Profesional, FEPADE ha desarrollado actividades financiadas por el INSAFORP en materia de diseño y ejecución de programas de capacitación y formación laboral.
Partnership for Children	Bajo licencia con Partnership for Children, FEPADE ha implementado desde 2012 el programa “Amigos de Zippy”, para fomentar el desarrollo de habilidades socioemocionales de niños y niñas de los primeros grados de educación básica.
Reduca	FEPADE es miembro fundador de REDUCA (2011), red de organizaciones de la sociedad y centros de investigación con presencia en 15 países de América Latina y el Caribe.
Otras alianças	
COOPERANTES INTERNACIONAIS	BID, FOMILENIO, Comisión Europea, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), GTZ/GIZ, OIT
SETOR PÚBLICO	Banco Central de Reserva, Secretaría Nacional de Reconstrucción, Corte Suprema de Justicia, Ministerio de Trabajo, Unidad de Programa de Apoyo a la Reforma del Sistema de Justicia (UPARSJ), Comisión Presidencial para la Modernización del Sector Público (CPMSP), ISSS, Ministerio de Turismo, CORSATUR, Ministerio de Salud, ANDA, Ministerio de Hacienda, CONNA, otros.
REDES INTERNACIONAIS	Diálogo Interamericano, PREAL.
CONTRATANTES	Universidad Pedagógica Nacional Francisco Morazán (UPNFM, Honduras), Harvard Institute for International Development (HIID), FEDISAL, Research Triangle Institute (RTI), CREA Internacional, Corporación Carana, otros.
SUBCONTRATANTES	FUNPRES, FUSADES, FUNDE, FUSAL, Glasswing International.

Elaboração própria. Dados: Fepade (2023b).

Em 1993 a Fepade assumiu a gestão de quatro Institutos Tecnológicos dos mais importantes do país, em um modelo de administração mista, que outorga um subsídio anual para cobrir os seus gastos de operação (NOCHEZ, 2001).

Nochez (2001) afirma que a Fepade canaliza os aportes das empresas privadas para a capacitação de trabalhadores, programas de pós-graduação e projetos como a *Campaña Nacional del Libro e Escuela Integrada a la Comunidad*. Em seu relato temos uma dimensão destes projetos:

Ambos proyectos surgen con el fin de apoyar el proceso de Reforma Educativa. El primero nace en 1998, para motivar a que los salvadoreños donen libros nuevos y usados, para distribuirlos creando y fortaleciendo las mini-bibliotecas de escuelas rurales del MINED, la respuesta ha sido favorable en 1999 se recolectaron 78,470 libros. El segundo de los proyectos se está implementando en tres escuelas de los municipios de Colón y Opico en el Depto. de la Libertad con el objetivo de gestar un nuevo estilo de gestión educativa, donde participen activamente alumnos, padres de familia, docentes y empresa privada. Busca implementar modelos de gestión escolar que den respuesta a las necesidades e intereses de los niños, jóvenes y padres de familia para ampliar conocimientos, desarrollar habilidades y destrezas que les permita incorporarse de una manera más digna al trabajo y a la sociedad. También en Apoyo a la Reforma educativa ha ejecutado proyectos de investigación en las escuelas y de aula (NOCHEZ, 2001, p. 20).

Martínez-Peñate (2017) desenvolve o conceito de *familia elite*, baseado em Engels (2012), enquadrando a oligarquia salvadorenha em uma só família, constituída por vinte e seis clãs, que controlam aproximadamente 800 empresas, no comércio, serviços, indústria e setor financeiro, com enorme poder econômico e capacidade de influência no sistema político do país por meio de partidos políticos por ela financiados, organizações e câmaras empresariais, meios de comunicação, instituições de educação, entre outros.

La familia élite [...] ha evolucionado y adquirido más poder a través del tiempo. En cambio, los diferentes partidos políticos sirvientes de los intereses de la familia élite han pasado, más con pena que con gloria, como institutos políticos que han servido de vasos comunicantes Gobierno-familia élite; han hecho coincidir las relaciones internacionales, el comercio exterior, la economía nacional y el ordenamiento jurídico interno con los intereses y beneficios de la familia élite. (MARTÍNEZ-PEÑATE, 2017, p. 244).

Rivera (2017, p. 101-102) busca captar as alterações no padrão de acumulação do capitalismo de El Salvador, mostrando que houve mudanças no que ele designa de elite, “*aquellos individuos cuyo capital económico los ubica en una posición de privilegio en la sociedad salvadoreña, el cual, a su vez, se traduce en otros recursos políticos, sociales e ideológicos (Bull, 2014; Durand, 2003; Scott, 2008)*”.

En la actualidad, las élites salvadoreñas distan mucho de ser aquellas 14 familias oligárquicas, terratenientes, altamente cohesionadas, cafetaleras y agroexportadoras con gran poder político y control sobre las fuerzas armadas del siglo XIX y XX y son, por el contrario, grupos diversificados bajo el control de una o más familias con intereses mucho más diversificados y en algunos casos con intereses regionales (Bull et al., 2014).

Em sua *Memoria de Labores 1986* (FEPADE, 1987), a Fepade apresenta uma extensa lista de membros fundadores, com 221 participantes (Apêndice A), cuja grande parte leva o sobrenome das famílias caracterizadas por Rivera (2017) e Martínez-Peñate (2017), como a elite de El Salvador, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Membros fundadores da Fepade (1986)

Alvarez Meza, Arturo	Salaverría, José Antonio
Baldochi Dueñas, Archie	Salaverría, Juan Federico
Belismelis, José Gustavo	Schildknecht, Alfredo
Calleja M., Francisco	Schildknecht, Rodolfo
Cristiani, Alfredo	Simán Dada, Guillermo J.
De Sola, Francisco R. R.	Simán Dada, Miguel Angel
Dutriz, Alex	Simán Dada, Salvador J.
Dutriz, José Alfredo	Simán Dada, Silvia Inés
Dutriz, José Roberto	Simán de Saca, Rosa María
Dutriz, Rodolfo	Simán Mario Alberto
Esterski, Boris	Simán, Abraham José
Hill A., Ricardo	Simán, Félix
Hill, Harold	Simán, José Eduardo
Hill, Jaime A.	Simán, Ricardo
Hill, Roberto	Simán, Salvador José
Kriete Avila, Ricardo H.	Simán, Teófilo
Kriete Avila, Roberto	Simán, Teófilo José
Meza Hill, Arturo	Sol Meza, Enrique Alberto
Murray Meza, Roberto H.	Yaffar Chedraui, Eduardo
Murray, Roberto H.	Yarhi, David
Poma, Luis	Yarhi, Nassin
Poma, Ricardo	Zablah Touché, Eduardo A.
Quiñónez Meza, Roberto	Zablah Touché, Jorge.
Salaverría A., Miguel Angel	Zablah, José Luis
Salaverría P., Miguel Angel	

Elaboração própria. Fonte: Fepade, 2023.

As famílias Meza, Quiñónez, Dueñas, Simán e Sola destacam-se entre os principais investidores no ramo imobiliário salvadorenho (RIVERA, 2017). Muitas dessas famílias controlam, dentre outros ramos, os maiores bancos do país, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Famílias que controlam os principais bancos de El Salvador (2017)

Banco	Família
Salvadoreño	Simán
Agrícola	Baldochi
Cuscatlán	Samayoa-Cristiani
Desarrollo	Salaverria
Bancor	Roberto Hill
Bancasa	Zablah
Credisa	Dutiriz
Credomatic	Murray Meza-Pellas
Ahorromet	Poma

Fonte: Rivera (2017).

A gestão de 2021 a 2023 da junta diretiva da Fepade é composta por:

Tabela 2 – Junta diretiva da Fepade (2021-2023)

Nome	Cargo
Ricardo Max Freund Waidergorn	Presidente
Daniel Roberto Cohen Rosenberg	Vice-presidente
César Catani Papini	Secretário
Oscar René Toruño Contreras	Diretor
Gustavo Herodier	Diretor
Ricardo Ernesto Augspurg Meza	Diretor
Fernando González Paz	Diretor
Salvador José Gadala María Issa	Diretor
Carlos Quintanilla Schmidt	Diretor

Fonte: Fepade (2022).

Como vemos, o APH Fepade é composto e dirigido por intelectuais que compõem as elites orgânicas do país, que sintetizam o interesse das distintas frações de classe na área da Educação, em uma proposta unificada de reforma educacional, que busca transformar a educação pública em uma mercadoria em prol dos interesses burgueses hegemônicos. De quebra, trabalham na contenção do lumpemproletariado, que tenta desesperadamente imigrar ao centro do capitalismo na falsa esperança de uma vida melhor.

5.2 COSTA RICA – FUNDACIÓN OMAR DENGÓ

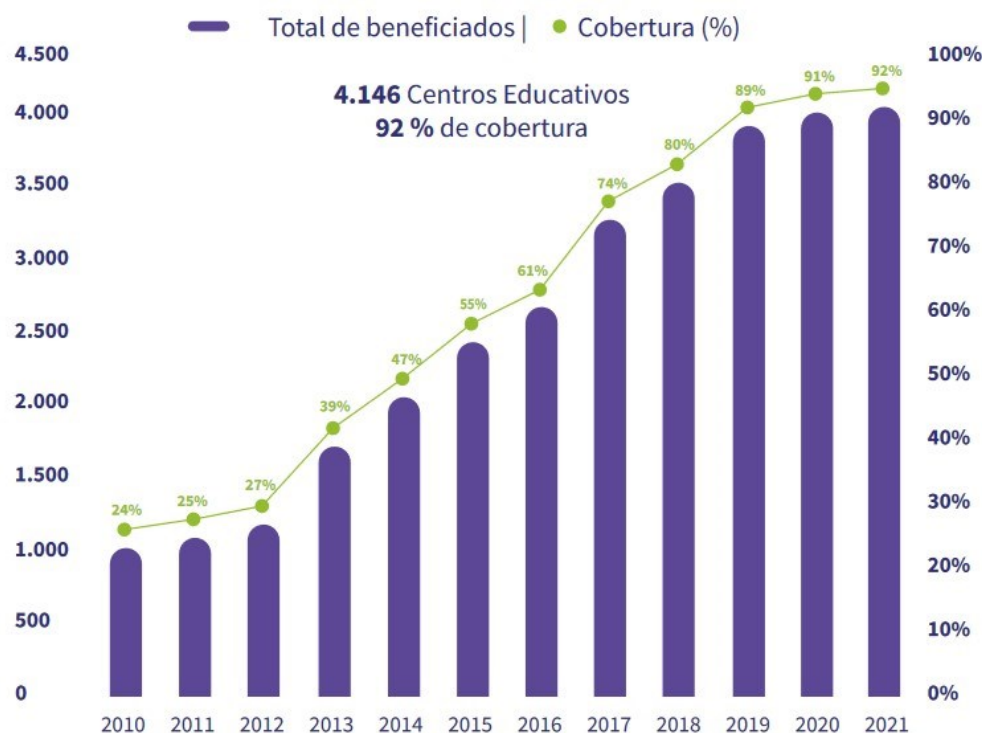
A *Fundación Omar Dengo* foi o mais recente APH a entrar na Reduca, em 2021. (FUNDACIÓN OMAR DENGÓ, 2021). Foi criada durante o primeiro governo de Oscar Arias Sánchez (1986-1990) com o objetivo de servir como

impulsionadora de um programa de introdução de computadores em escolas da Costa Rica, em um projeto que envolvia o Ministério da Educação do país com a IBM e o Instituto Tecnológico de Massachussets, sob financiamento da USAID e PNUD e de empresas costarriquenses (SAXE, 1991).

Além da estreita articulação com o Ministério da Educação Pública, a Fundação Omar Dengo trabalhou arduamente para manter parcerias sólidas com diversos públicos de interesse para ampliar os programas de impacto. A Fundação mantém relacionamentos de longa data com doadores internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Mundial e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Outras agências, como Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (IDRC/CANADÁ), Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (IDRC) foram fortes aliadas nos primeiros anos. Parcerias com empresas privadas como IBM, Intel, Microsoft, Motorola, CISCO Systems e Sun Microsystems possibilitaram que a maioria das iniciativas superasse seus objetivos iniciais e expandisse seu alcance. Apoiando o crescimento de seus programas, a Fundação Omar Dengo colaborou com muitas instituições acadêmicas e de pesquisa de prestígio, tanto em nível nacional quanto internacional. (IGLESIAS, 2016, p. 6, tradução nossa).

Em 2021 o seu *Programa Nacional de Informática Educativa* alcançava a impressionante marca de 759 mil crianças e jovens atendidos, em 4146 estabelecimentos de educação básica, o que corresponde a 92% da cobertura, conforme a figura a seguir.

Figura 4 – Alcance do Programa Nacional de Informática Educativa (2010-2021)



Fonte: Fundación Omar Dengo, 2022.

Atualmente estes são os membros do APH Omar Dengo:

Quadro 7 – Membros da Fundación Omar Dengo (2023)

JUNTA ADMINISTRATIVA	
Gabriel Macaya	Presidente
Otto Silesky	Vicepresidente
Ernesto Arias	Secretario
Alexánder Rojas	Tesorero
Fernando Bogantes	Vocal
EQUIPO DIRECTIVO	
Leda M. Muñoz García	Directora ejecutiva
Marcelo Carvajal	Gerencia General
Cristina Arévalo	Dirección de Extensión y Desarrollo
Alejandro Rivas	Dirección Comercial
Susanne Müller-Using	Dirección Académica
Elena Carreras	Dirección de Desarrollos Educativos Innov@
Rebeca Marín	Dirección de Talento Humano
Ana Marcela Alí	Dirección Financiera
Minor Alfaro	Dirección de Operaciones

Fonte: Fundación Omar Dengo (2023).

5.3 REPÚBLICA DOMINICANA – EDUCA

O APH dominicano Educa, um dos fundadores da Reduca, foi criado em 1988 por um grupo de empresários liderados por Gustavo Tavares Espaillat, que compunham a *Acción pro Educación y Cultura* (APEC), e se diziam preocupados perante a *alarmante realidad del sistema educativo dominicano* (EDUCA, 2023a, *online*):

El Estado dedicaba a la educación menos del uno por ciento del Producto Interno Bruto (PIB) y menos del 10 por ciento del presupuesto del Gobierno. El magisterio ya no era una profesión de prestigio, el salario promedio de los docentes de escuela primaria equivalía al de un trabajador doméstico. Había prolongadas huelgas de maestros y un estudio reciente demostraba que los estudiantes de nuevo ingreso en la universidad estatal tenían un nivel de educación equivalente a un séptimo grado de primaria. Ese era el panorama del sistema educativo. (EDUCA, 2023a, *online*).

Gustavo Tavares Espaillat é oriundo de uma família que convive nos círculos de poder da República Dominicana ao menos desde a Proclamação da Independência do país, como podemos notar em sua biografia:

Por línea materna, don Gustavo estaba emparentado con familias presidenciales: su madre, Felicia Altagracia Espaillat González (1900-1933), era bisnieta del presidente Ulises Francisco Espaillat (1823-1878), sobrina nieta de los presidentes Ignacio María González y Adolfo Alejandro Nouel y Bobadilla, también Arzobispo de Santo Domingo, y tataranieta de Tomás Bobadilla y Briones, primer presidente de la Junta Central Gubernativa en 1844. Su hermano Manuel Enrique Tavares Espaillat se inscribiría en esa tradición ejecutiva, pues fue miembro del Triunvirato en 1963. (HOY, 2009, *online*).

Assim como os demais APHs que se criaram nas décadas de 1980 e 1990, o Educa contou com o providencial financiamento da USAID para garantir o seu funcionamento. Em 1990 foi fechado um acordo de doação de 5,5 milhões de dólares para o projeto *Iniciativas privadas para la educación primaria* (P.I.P.E.). Este programa *perseguía el mejoramiento de la calidad de la docencia en escuelas públicas y colegios de bajos recursos de Santo Domingo. Otro objetivo del proyecto fue fortalecer a EDUCa ya que, por su escasa trayectoria en ese entonces, se requería capacitar el personal de la institución y adecuar un espacio físico*. (EDUCA, 2023a, *online*).

Em sua página na web, o EDUCA se apresenta como [...] *la institución que representa al sector privado en materia de educación, y que trabaja para que todo niño, niña y adolescente cuente con el derecho humano fundamental a recibir una educación de calidad.* (EDUCA, 2023b, *online*).

Apresentam como missão

Promover esquemas múltiples de participación público-privada para impulsar los cambios que requiere el Sistema Educativo, en procura de alcanzar niveles de excelencia en los aprendizajes con el propósito de responder eficazmente a los requerimientos del contexto nacional en un escenario competitivo y global. (EDUCA, 2023a, *online*).

Almejam Ser la institución que representa al sector empresarial en temas de educación y que por su calidad, profesionalismo e independencia de opinión es referente nacional e internacional en estos temas. (EDUCA, 2023a, *online*).

Nos primeiros anos, o EDUCA encabeçou um programa de cursos especiais para diretores de escolas públicas. Cerca de 700 diretores receberam capacitação em áreas de gestão escolar, financiado com doações de empresas como a Shell e o Grupo León Jimenes³⁶. Na mesma época lançou uma campanha midiática que levou o nome *Educación Básica: una obsesión nacional*, que buscava dar destaque ao tema da educação na sociedade dominicana. Esta campanha contou com o apoio do setor privado e da *Liga de Asociaciones de Publicidad* (LIDAP). (EDUCA, 2023b).

Em um balanço sobre os 25 anos de atuação ininterrupta do EDUCA, foi levantada a seguinte lista de ações relevantes:

- Concienciación sobre la importancia de la educación básica a través de campañas mediáticas.
- Promoción de la Reforma Educativa.
- Prestación de servicios a escuelas de bajos ingresos.
- Fomentarla participación de los padres y las comunidades en las escuelas.
- Desarrollo de modelos educativos de atención a grupos vulnerables como la franquicia “Listos para Aprender”, de educación preescolar no formal, y la estrategia “Espacios para Crecer”.
- Programas patrocinados por el sector privado tales como el programa de apadrinamiento de escuelas, capacitación para directores y el programa educativo “Yo tengo V.A.L.O.R.”, con el apoyo del Grupo León Jimenes.
- Combate al trabajo infantil a través de la educación.

³⁶ A empresa começou seus trabalhos no ramo dos cigarros e depois ficou mais conhecida por sua atuação na indústria da cerveja. Hoje administra um amplo leque de investimentos em diversas áreas.

- Investigaciones.
- Difusión de estudios y documentos sobre el tema educativo. Editó durante tres años, periódicamente, el boletín “EducAcción” con una tirada de 24 ediciones sobre temas educativos de interés.
- Mantener durante 15 años consecutivos la celebración del evento educativo más importante del país: Seminario Internacional “Aprendo”.
- Participó de forma activa en todos los espacios de diálogo de la sociedad civil para el tema educativo y ha sido actor de todos los procesos de reforma educativa y de elaboración de los planes decenales que a la fecha se han realizado en el país. (EDUCA, 2023b, online).

Ao longo de suas mais de três décadas de existência, o Educa realizou uma alternância maior em sua presidência, comparada aos demais APHs estudados. Foram onze presidentes, sendo apenas uma mulher, conforme quadro a seguir.

Quadro 8 - Presidentes do Educa (1989, 2022)

Intelectual	Vínculo	Ano
Gustavo Tavares Espaillat	Fundador e Primeiro Presidente de EDUCA	1989 – 1994
Luis Heredia Bonetti	Presidente de Russin-Vecchi & Heredia Bonetti	1994 – 1996
Luis Sánchez Noble	Presidente de Empresas Unidas	1996 – 1998
George Arzeno Brugal	Presidente de Brugal y Co., Fundación Brugal	1998 – 2000 2000 – 2001
Celso Marranzini	Presidente de Multiquímica	2001 – 2002 2002 – 2004 2008 – 2009
Juan Thomás Tavares	Vice-presidente de marítima Dominicana	2004 – 2006 2006 – 2008
Mario Cabrera Morín	Presidente de Agrifeed	2009 – 2010
Georges Santoni Recio	Associado de Russin-Vecchi & Heredia Bonetti	2010 – 2012
Elena Viyella De Paliza	Presidente de Inter-Química S.A, Membro de Dialogo Interamericano	2012 – 2014 2014 – 2016
José Marmol	Vice-presidente Ejecutivo Relaciones Públicas y Comunicaciones	2016- 2018
Samuel Conde	Presidente da Zona Franca Multimodal Caucedo.	2018- 2020 2020-2022

Elaboração própria. Fonte: Educa (2023b).

Na disputa pelas políticas públicas da República Dominicana, a Educa se opõe frequentemente ao direito de organização sindical dos professores (EDUCA, 2018; 2019; CARABALLO, 2023), que se organizam na *Asociación Dominicana de Profesores* (ADP), chegando ao cúmulo de sugerir que, ao invés

de se organizarem em assembleias para discutir seus direitos durante o horário escolar, que se encontrassem nas férias ou depois do expediente para discutir os resultados do PISA (EDUCA, 2019). Recentemente, em posicionamento da Educa assinado pelo diretor executivo Darwin Caraballo, o autor apelou para a história de um destacado sindicalista anarquista, Buenaventura Durruti, que na guerra civil espanhola supostamente teria morrido com um tiro pela culatra, em tom de ameaça: *Por eso la ADP haría bien en contemplar las lecciones que deja el caso Durruti. Cuando se dispone de un fusil hay que ser muy cuidadoso con su manejo porque el tiro bien pudiera salir por la culata* (CARABALLO, 2023, *online*).

5.4 HONDURAS – FUNDAÇÃO ERNESTO MADURO AMADEU (FEREMA)

A Fundação Ernesto Maduro Amadeu (Ferema) foi criada em 22 de janeiro de 1998 pelo grupo *Inversiones La Paz*. O grupo é formado por sua principal empresa, a *Jetstereo S. A.*, líder entre as empresas de venda de eletrônicos em Honduras, com algumas 18 filiais no país. Também faziam parte do grupo empresarial a *Ultramotor*, *Motomundo* e *Motor Link*. (JETSTEREO, 2013). Desta forma, configura-se como o único entre os APhs estudados que se vincula diretamente a apenas um grupo empresarial.

Em vídeo apresentado por ocasião de seu aniversário de 25 anos de existência em 2023, a Ferema apresenta um balanço de três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta pessoas atendidas, em 18 projetos que atenderam estudantes da educação infantil e básica, familiares e líderes comunitários, professores, autoridades educativas e governos municipais, em todos os 298 municípios de Honduras, que tem pouco mais de 10 milhões de habitantes. Ainda segundo o vídeo, foram lançados ao longo da sua história 52 documentos, estudos e investigações. Formou alianças com 37 entidades, entre ONGs, representações diplomáticas e organismos internacionais e com 13 empresas, fundações e universidades. (FEREMA, 2023).

A Ferema é presidida por Michael Dieckmann, que é diretor comercial da Jetstereo. Michael é membro do conselho da *Hondufuturo Foundation* e membro da *Young Presidents Organization*. (AGLN, 2022).

5.5 NICARÁGUA - FORO EDUCATIVO NICARAGUENSE EDUQUEMOS

Em 2014 a Reduca aprovou a entrada do *Foro Educativo Nicaraguense Eduquemos* como seu décimo quarto membro (MARTINS, 2019). Em sua página na internet assim se definem:

El Foro Educativo Nicaragüense Eduquemos es una organización que nació en 1998 gracias a la iniciativa de un grupo de empresarios y educadores preocupados por la situación de pobreza del país. Motivados por la convicción de que solo la educación es el verdadero componente para el desarrollo económico y social de la Nicaragua. Eduquemos está dirigido a sensibilizar y motivar tanto al sector privado, la sociedad civil y el estado para apuntar a la promoción de una educación equitativa y de calidad. Eduquemos se distingue por su responsabilidad y ética. Nuestro sello distintivo se debe a que contamos con un equipo de miembros y directivos con vasta experiencia profesional y humanista. (EDUQUEMOS, 2019).

Como os demais, um grupo de empresários tenta sinalizar que o problema da pobreza só poderá ser resolvido pela educação. Discurso que elide as contradições sociais e desloca para a educação problemas próprios à reprodução ampliada das desigualdades sociais, componente insolúvel do modo de produção capitalista.

O APH Eduquemos conta com uma *Comisión de Trabajo de Ex Ministros de Educación* composta conforme quadro a seguir, cuja missão seria a busca de um *Sistema Educativo Nacional de Calidad*. A comissão atuaria como um “*Generador de Opinión Calificado*”, para *presentar iniciativas y hacer propuestas que fortalezcan el sistema educativo como prioridad de nación y compromiso de la sociedad*. (EDUQUEMOS, 2011, online).

Quadro 9 – Membros da Comisión de Trabajo de Ex Ministros do Eduquemos (2011)

Lic. Mary Cocó Maltéz de Callejas	1967-1972
Dr. Leandro Marín Abaunza	1974-1976
Dr. Carlos Tünnermann Berheim	1979-1984
Padre Fernando Cardenal	1984-1990
Dr. Humberto Belli Pereira	1991-1998
Dr. José Antonio Alvarado	1998-1999

Lic. Fernando Robleto	1999-2001
Dr. Silvio De Franco	2001-2004
Ing. Miguel Ángel García	2004-2006

Fonte: Eduquemos (2011).

Hoje em dia o APH Eduquemos está composto pelos seguintes intelectuais:

Quadro 10 – Membros da Junta Directiva do Eduquemos (2023)

Nome	Cargo
Dr. Ernesto Medina Sandino	Presidente
Ing. Mario Sebastián Rappaccioli McGregor	Vice Presidente
Lic. Eduardo Duque Estrada Ortiz	Tesorero
Mba. Alejandro Vogel	Fiscal
Dra. Glenda Marcia Reyes Alvarez.	Secretaria
Lic. Aurora Gurdian de Lacayo	Vocal
Lic. María Hurtado de Vigil	Vocal

Fonte: Eduquemos (2023).

Dentre suas linhas de ação, o APH Eduquemos apresenta:

- 1) Contribuir al desarrollo pleno de un Sistema Educativo de calidad, equidad, cobertura y pertinencia,
- 2) Establecer un sistema de continuidad en la gestión ministerial del Sistema Educativo,
- 3) Fomentar la Educación en todos sus niveles: Pre-escolar, primaria, secundaria, universitaria, educación especial, así como también impulsar la educación técnica, que es piedra angular en toda sociedad y economía emergente. (EDUQUEMOS, 2011, *online*).

Os patrocinadores anunciados pelo APH Eduquemos são o COSEP, Fundación Uno, Dale Carnegie, Plasencia Cigars, CEA, Universidad Americana, Banpro, Grupo Proamerica, Banco de la Producción, S.A., Hispamer, Funides, Aurora (EDUQUEMOS, 2023).

5.6 URUGUAI – REACHINGU E EDUY21

O APH *ReachingU* foi a décima quinta a entrar na Reduca, em 2018 (MARTINS, 2019), porém ficou pouco tempo vinculada e foi trocada por outra representante uruguaia, a *Eduy21*, que, por sua vez, fechou as portas em dezembro de 2022 (MIR *et al*, 2022). O *ReachingU* foi definido por Martinis (2023, p. 113) como “una organización conformada por uruguayos residentes en los Estados Unidos de Norteamérica que se dedica a recoger donaciones a los efectos de dirigirlos a emprendimientos educativos radicados en Uruguay”.

[...] donaciones que gestiona esta organización se dirigen hacia la formación de docentes o directivos de la educación pública a través de instituciones privadas. Un par de ejemplos de esto los encontramos en su apoyo al Posgrado de “Especialización en Liderazgo, Gestión e Innovación educativa” que desarrolla la Universidad de Montevideo, institución dependiente de la organización Opus Dei de la Iglesia Católica; y el “Diploma em Competencias docentes para la inclusión educativa”, ofrecido por la Universidad Católica del Uruguay. La organización trabaja fuertemente desde un marco de Psicología Positiva, financiado, entre muchas otras, propuestas en “Formación en educación del carácter para directores y líderes educativos” y “Formación docente en Educación emocional”, a cargo de diversas instituciones privadas aliadas. (MARTINS, 2023, p. 113-114).

Moschetti, Fontdevila e Verger (2019) realizaram uma revisão e sistematização de 169 estudos sobre os processos de privatização da educação na América Latina. Apontam que no Uruguai apenas 10 a 15% das matrículas são em escolas privadas ao longo de todo o século XX. Apontam algumas explicações possíveis sobre a pouca penetração da agenda neoliberal nas políticas do país:

La literatura revisada apunta a explicaciones de naturaleza variada, entre las cuales destacan: 1) las preferencias ideológicas personales de los impulsores y gestores de la reforma educativa, que optaron por una reforma liberal amortiguada, a pesar del signo conservador del gobierno de la época (BETANCUR, 2008); 2) el papel clave de la escuela pública en el proceso de construcción del Estado moderno uruguayo y su asociación a un proyecto democratizador (BETANCUR, 2008; BORDOLI; CONDE, 2016); 3) ciertas especificidades de la tradición y arquitectura institucional del sistema político-administrativo uruguayo (especialmente su carácter gradualista, pluralista y centralista) (BETANCUR, 2012; BORDOLI; CONDE, 2016; LANZARO, 2004); 4) la oposición por parte de organizaciones sociales a la agenda neoliberal (MOREIRA, 2001); y 5) la limitada influencia del BID y del Banco Mundial en materia de asesoramiento técnico. (MOSCHETTI; FONTDEVILA; VERGER, 2019, p. 18).

Apesar disso, nos últimos anos ganhou força o discurso de que a provisão educativa privada lograria maiores níveis de eficiência, questionando o vínculo entre educação pública e mobilidade social, se expandindo a percepção de *crise educativa*. (MOSCHETTI, FONTDEVILA e VERGER, 2019; MARTINEZ, 2023).

O debate contribui para a criação do clima propício a uma reforma política de corte privatizante. Desde o ano 2000 cresceram os setores que defendem a privatização da gestão de escolas públicas, principalmente pelo Partido Colorado e pela Igreja Católica, sendo progressivamente assumida por facções do governo de centro-esquerda *Frente Amplio* que governou o país de 2005 a 2019 (MOSCHETTI, FONTDEVILA e VERGER, 2019).

Em 2016 foi criada o Eduy21, um APH composto por intelectuais orgânicos da sociedade uruguaia:

Figuras destacadas de la derecha empresarial y política forman parte de la organización. Además de la Cce [Confederación de Cámaras Empresariales de Uruguay], son socios de Eduy21 Robert Silva, el compañero de fórmula de Talvi, y Pablo da Silveira, el anunciado ministro de Educación en un posible Gobierno de Lacalle Pou. Está la Universidad de Montevideo, del Opus Dei. Está Adolfo Garcé, consejero académico de Cadal, que forma parte de la Red Atlas, principal red del neoliberalismo global, ala cual también pertenece Ceres, la institución de Ernesto Talvi y Nicolás Herrera, otro Eduy boy, que, a su vez, es presidente de la Fundación Impulso, integra Desem-Jóvenes Emprendedores (miembro de Junior Achievement, fundación de origen estadounidense dedicada a fomentar los valores del libre mercado y el espíritu empresarial) y forma parte de la exclusiva Mont Pelerin Society, la meca neoliberal mundial. También es “socio académico” de Eduy21 la organización Reaching U, nodo uruguayo de Reduca, la red que exportó el paquete de reforma de la Educación media que, con asesoramiento en terreno incluido, se está aplicando en Brasil a partir del golpe de Temer. (MENONI, 2019, p. 4).

A chegada de Luis Alberto Lacalle Pou (Partido Nacional, 2020-) à presidência da República Oriental do Uruguai significou uma maior abertura para as políticas privatizantes. Já na campanha, em seu *Programa de Gobierno 2020-2025* (PARTIDO NACIONAL, 2019) a candidatura se apoiou nas propostas do APH Eduy21 para a Educação. Dentre as propostas, estavam modificações na *Ley General de Educación* do Uruguai como a eliminação da exigência de dez anos de experiência na Educação para integrar órgãos deliberativos nacionais, a exclusão das representações de professores nestas instâncias, a

desobrigação de se convocar o *Congreso Nacional de Educación*, a reformulação do conceito de liberdade de cátedra, vários mecanismos que facilitam a privatização da educação.

Ao tomar posse, muitos dos intelectuais do Eduy21 foram convidados a participar do governo, auxiliando na aplicação das propostas que dão maior espaço para o setor privado e retiram os professores dos órgãos decisórios.

Entre as principais mudanças está a inclusão da cooperação internacional como ator principal na política educacional nacional, a eliminação de participação dos professores na ANEP, a desregulamentação da formação de professores e a educação on-line, desregulamentação que permite a participação privada em ambos os processos, a introdução de cláusulas que permitiriam posteriormente o reconhecimento de formação de professores ministrada por entidades privadas não universitárias, entre outras. (IEAL, 2023b)

5.7 COLÔMBIA – EMPRESARIOS POR LA EDUCACIÓN

A fundação colombiana *Empresarios por la Educación* (ExE) foi criada em 2002, em um importante movimento que precedeu a formação da Reduca. Com vistas a expandir a ação dos Aparelhos Privados de Hegemonia para a área da Educação, foi realizado o *Latin American Basic Education Summit*, em março de 2001, na cidade de Miami, EUA, evento convocado por um grupo de empresas estadunidenses e multinacionais formado, entre outros, por IBM, Motorola, AT&T, Bank of America, MasterCard, Citigroup, Discovery Communications Latin America/Iberia e The Miami Herald, para “promover um vínculo mais ativo entre os setores privado e educacional e, assim, maneira de contribuir para a melhoria da educação na América Latina” (FUNDACIÓN EXE, *online*, 2023, tradução nossa). Tal evento foi responsável por lançar vários APHs que em 2011 formariam a Reduca, como veremos ao longo do capítulo, e foi balizador das diretrizes da rede que vimos no capítulo anterior. Com o intuito de ir além das ações filantrópicas pontuais, o grupo de empresas, articulado ao PREAL e ao BID, buscou ampliar sua rede de relações:

En este esfuerzo se les han unido grandes compañías latinoamericanas de alcance nacional algunas y regional otras como Suramericana de Inversiones S.A., Promon Tecnología, Banco Mercantil, CANTV y otras. También han recibido el estímulo y apoyo de personalidades como Enrique Iglesias, Presidente del BID,

Rosabeth Kanter Universidad de Harvard, Gustavo Bell Lemus vicepresidente de la República de Colombia, Paulo Renato y Hugo Juri Ministros de Educación de Brasil y Argentina respectivamente y Rafael Rangel Presidente del Sistema Tecnológico de Monterrey.

Durante o evento, ocorreu a exposição de Fernando Léniz, que além de ser empresário no ramo do agronegócio, e um dos maiores executivos do jornal El Mercurio, considerado um dos principais *Chicago Boys* da ditadura chilena, na qual exerceu o cargo de Ministro da Economia (RESENDE, 2020). Na ocasião, Léniz atacou o *Colegio de Profesores* chileno por defender a estabilidade no emprego, que para ele seria um entrave para se realizar políticas de remuneração em bases meritocráticas, com incentivos para os melhores professores e a demissão dos que tivessem piores resultados nas avaliações. Curiosamente, Léniz apontou o ano de 2020 como meta para que a reforma pretendida cumprisse com seus objetivos (CEPAL, 2001).

Maria Helena Guimarães de Castro, participou à época na condição de presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil), com uma análise focada nos *standards* educacionais, defendendo que a padronização dos objetivos de aprendizagem, aferidos pelas avaliações em larga escala, serviria como base para a execução de políticas focais visando maior equidade. (CEPAL, 2001).

A avaliação do estado da educação na América Latina, publicada pela CEPAL ao final do evento, apontava como grande problema as notas baixas nas avaliações de larga escala. Ironicamente, o único país que se saiu bem na prova da UNESCO foi Cuba, que “[...] superó por un gran margen al resto de la región en las pruebas de rendimiento de matematica y lenguaje de tercer y cuarto grados” (CEPAL, 2001, p. 5).

Os empresários colombianos Nicanor Restrepo e José Alejandro Cortés, participantes do evento, foram encorajados a criar sua própria organização na Colômbia para incidir sobre as políticas públicas em Educação. Convocaram empresários e dirigentes de sindicatos patronais para conformar um espaço que “convidaria à reflexão sobre como contribuir para o setor da educação do país, para que as crianças e os jovens tenham acesso a um ensino de qualidade” (FUNDACIÓN EXE, *online*, 2023, tradução nossa). Como não poderia faltar, estabeleceram suas metas a partir de uma data:

Em 2030, a Fundação Empresários pela Educação será reconhecida como a rede de conhecimento em educação que analisa a gestão das entidades territoriais e do governo nacional, tornando visíveis os seus desafios, conquistas e boas práticas para promover a melhoria da qualidade da educação e das condições de vida das crianças e dos jovens no país (FUNDACIÓN EXE, 2023, *online*, tradução nossa).

Nicanor Restrepo é um intelectual de grande porte na política colombiana. Na década de 1970 foi presidente da *Corporación Financiera Suramericana*. No início da década de 1980 atuou como vice-presidente executivo da *Compañía Suramericana de Seguros* e como presidente da *Corporación Financiera Nacional*. Entre 1983 e 1984 foi governador do departamento de Antioquia. De 1984 a 2004 foi presidente do Grupo Suramericana, considerado o maior grupo econômico privado da Colômbia, que representa cerca de 7% do PIB do país. No mesmo período fundou e presidiu o Grupo Empresarial Antioqueño (GEA), que reunia 177 empresas e representava cerca de 10% do PIB colombiano. (BOJANINI *et al*, 2017).

Segundo Correa e Betancour (2006), foi criada uma comissão coordenadora formada por sete empresários de diversas regiões do país, com o apoio da Fundação Corona, entidade especializada em educação criada pela família Echevarría Olózaga³⁷. Durante um ano a comissão estudou a situação da educação na Colômbia, identificou opções para vincular os empresários ao setor da educação e formulou o Manifesto do Empresariado Colombiano sobre a Educação Básica (2002), documento no qual expressam seus objetivos. O andamento do comitê foi compartilhado com empresários, autoridades, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, por meio de reuniões de trabalho realizadas em diversas regiões do país. Assim, o Manifesto foi endossado por cerca de 4 mil pessoas, entre empresários, funcionários e dirigentes de sindicatos patronais, e depois foi lançado nos meios midiáticos. A fundação sem fins lucrativos foi criada com centenas de empresários (CORREA; BETANCOUR, 2006).

Ao longo de seus 20 anos de existência, este APH criou importantes alianças com governos nacionais e locais e diferentes organizações internacionais para incidir sobre as políticas educacionais, e auxiliou a replicar

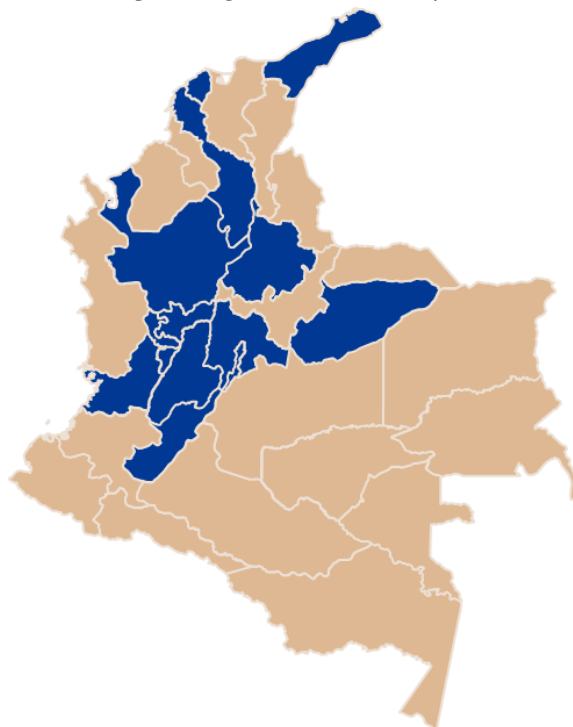
³⁷ Família pertencente aos mais altos círculos de poder da Colômbia.

esta iniciativa na Guatemala, Peru, Equador, México e Honduras. Apresentam como parceiros internacionais o BID, a UNESCO, a União Europeia, a fundação Ford, a *Interamerican Youth Foundation*, *Red Propone*, *Red América*, o *British Council* e *La Comunidad de Madrid* (FUNDACIÓN EXE, 2023).

Apresentam-se como uma rede independente criada por uma aliança empresarial, para influenciar o setor de educação por meio da análise e produção de informações, geração de espaços de debate, diálogo e formação que contribuam para a gestão e monitoramento de políticas públicas em educação, conectando iniciativas entre o setor privado e público para fechar lacunas em nível territorial e nacional (FUNDACIÓN EXE, 2023).

A fundação, além de sua atuação em nível nacional influenciando nas políticas educacionais, possuía 14 sedes regionais localizados em Antioquia, Atlântico, Bogotá, Bolívar, Caldas, Casanare, Cundinamarca, Guajira, Huila, Quindío, Risaralda, Santander, Tolima e Valle del Cauca (CORREA; BETANCOUR, 2006).

Figura 5 – Atuação regional da ExE (Colômbia, 2006)



Fonte: elaboração própria.

Em sua página na web, a fundação alega que “[...] ha sido reconocida internacionalmente [...] como una buena práctica en América Latina llegando a apoyar a distintos países como Guatemala, Perú, Ecuador, México y Honduras a replicar esta iniciativa” (DIARIO OCCIDENTE, 2021, *online*).

Entre 2011 e 2015, no início da Reduca, a direção executiva do APH Empresarios por la Educación estava a cargo de María Victoria Angulo Gonzáles. Trabalhou por 15 anos no setor público colombiano em entidades como o Departamento de Planejamento Nacional, o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério da Educação Nacional, onde atuou como Diretora de Promoção da Educação Superior e Subdiretora de Apoio a Instituições. Em 2016, tornou-se secretária de educação do distrito de Bogotá e em 2018 assumiu o cargo de ministra da Educação da Colômbia.

5.8 GUATEMALA – EMPRESARIOS POR LA EDUCACIÓN

O APH Empresarios por la Educación enviou uma lista de de propostas chamada “Prioridades en Educación”, para 16 candidatos das eleições de 2019, com os seguintes eixos:

(1) Inversión en el desarrollo de la primera infancia, (2) Fortalecimiento de la profesión docente, (3) Mejoramiento de los aprendizajes y desarrollo de competencias, (4) Formación relevante para jóvenes en la secundaria y (5) Fortalecimiento de la gestión del Ministerio de Educación. A partir del año 2002, a instancias del Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina y el Caribe - PREAL-, un grupo de empresarios guatemaltecos se unieron con el objetivo de incidir y lograr cambios en el sistema educativo nacional. (EMPRESARIOS POR LA EDUCACION, 2020, p. 2).

No caso da valorização docente, a proposta é implementar um sistema de aumento salarial com fundamentos meritocráticos. Nos convênios e parcerias,

Existen convenios de cooperación con PREAL, REDUCA, el Consejo Empresarial de la Publicidad -CEP-, la Unión Guatemalteca de Agencias de Publicidad -UGAP-, Cámara de Industria, Agexport, Centrarse, Centro de Investigaciones Económicas Nacionales -CIEN-, Asociación de Gerentes de Guatemala -AGG-, Empresarios Juveniles, Fundación Citi, GCNE-ASIES, FUNDESA y cooperamos con organizaciones internacionales como UNESCO, UNICEF y USAID y sus programas como Alianzas, Leer y Aprender, HEPP y GIZ. En los proyectos se trabaja con fundaciones, universidades y entidades de servicio. (EMPRESARIOS POR LA EDUCACION, 2023, *online*).

*Quadro 11 - Junta Directiva do Empresarios por la Educacion
(Guatemala, 2021-2022)*

Nome	Cargo
Diana Canella	Presidente
Emmanuel Seidner	Vicepresidente
Rodrigo Cordón	Tesorero
Inés Torrebiarte de Bolaños	Secretaria
Gabriel Biguria	Vocal
Jaime Camhi	Vocal
Enrique Novella H	Vocal
Cristiana de Amenábar	Vocal
María del Carmen de Batres	Vocal
Salvador Paiz	Vocal
Carolina Roca	Vocal
Juan Carlos Paiz	Vocal
Lucía Martínez-Sobral de Bueso	Vocal
Antonio Ralda	Vocal

Fonte: Empresarios por la Educación (2023).

5.9 EQUADOR – GRUPO FARO

Em 2021, durante a assembleia geral da Reduca, em Peru, o Grupo Faro foi eleito para assumir a Secretaria Geral da rede. O grupo Faro conta com 85% de seu financiamento vindo de sócios e doadores internacionais, em que se destacam (FARO, 2022):

- BID;
- Corporação Andina de Fomento (CAF);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- UNICEF;
- United Nations Office for South-South Cooperation;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Fondo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF);
- União Europeia;

- Embaixada do Canadá;
- Embaixada dos Estados Unidos;
- USAID;
- Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA);
- Cooperación Técnica Alemana GIZ- Ecuador;
- Counterpart International;
- Fundación CRISFE;
- DVV International;
- Fundación Hilton;
- Grupo de Análisis para el Desarrollo (GRADE);
- International Budget Partnership (IBP);
- Instituto Nacional Demócrata (NDI);
- Jóvenes Contra la Violencia (JVC);
- PARIS21;
- Red Argentina para la Cooperación Internacional (RACI);
- Rendir Cuentas;
- Tides Foundation;
- Tinker;
- Unidos por la Educación.

Declaram ter uma vasta lista de alianças, em que se destacam o Facebook; ONU Mujeres; Conejo Nacional Electoral (CNE); Ministerio de Educación; Instituto Natura; FLACSO Ecuador; Oxfam; Consorcio de Gobiernos Autónomos Provinciales del Ecuador (CONGOPE); Corporación de Promoción Económica (ConQuito); Fundación Futuro Larinoamericano (FFLLA); Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC); Corporación de Estudios para el Desarrollo (CORDES); Fundación Ciudadanía e Desarrollo (FCD); Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos (CDH); Centro de Estudios y promoción del Desarrollo (DESCO); Escuela Superior Politécnica del Litoral (ESPOL); Instituto Brasileiro-Ecuatoriano de Cultura (IBEC); Centro Ecuménico de Promoción y Acción Social (CEDEPAS); Red Argentina para la Cooperación Internacional (RACI); TECHO Caribe; Fundación CONNECTAS; Fundación ARU; I LEAD; Social Progress Imperative; Alianza ONG; Jóvenes contra la Violencia; Innovación para el Cambio (I4C); On Think Tanks; CREA;

Ouishare; Fundación Tierra Nueva; Gobierno Autónomo Descentralizado Municipal de Loja; Paz y Desarrollo; Universidad Estatal Amazónica (UEA) (FARO, 2022).

O Grupo Faro ainda atua em 21 redes nacionais e internacionais, sendo elas:

- Action For Sustainable Development (A4SD);
- Agenda Nacional de Investigación Educativa (ANIE);
- Alianza para el Desarrollo Urbano Sostenible (ADUS);
- Red del Centro Regional para América Latina y el Caribe (COMUNIDAS);
- Confederación Ecuatoriana de Organizaciones de la Sociedad Civil (CEOSC);
- Federación de Organizaciones de la Sociedad Civil de Pichincha;
- Global Partnership for Sustainable Development Data (GPSDD);
- Grupo Latinoamericano de Financiamiento Climático (GFLAC);
- International Budget Partnership (IBP);
- Innovación para el Cambio (I4C);
- Iniciativa Latinoamericana de Investigación para las políticas Públicas (ILAIPP);
- Iniciativa de Transparencia en la Industria Extractiva (EITI);
- Red Anticorrupción Latinoamericana (ReAL);
- Red de Investigadoras en Ciencias Sociales (RICS);
- Red Internacional de Debates
- Red Latinoamericana de Comunidades de Aprendizaje
- Red Latinoamericana de Industrias Extractivas (RLIE);
- Red Latinoamericana de Organizaciones de la Sociedad Civil para la Educación (Reduca);
- Rendir Cuentas;
- Southern Voice;
- Sustainable Development Solutions Network (SDSN). (FARO, 2022).

5.10 ARGENTINA – PROYECTO EDUCAR 2050

O APH Proyecto Educar 2050 foi criado em 2006. Apresenta sua visão em página na internet “Colocar a la Argentina entre los países de más alta calidad educativa del mundo. Pretendemos que la educación nacional sea reconocida entre las cinco mejores antes del 2050” (EDUCAR 2050, 2023). O membros da sua diretoria em 2023 são:

Quadro 12 – Membros da Diretoria do Educar 2050 (2023)

Nome	Cargo
Manuel Álvarez Trongé	Presidente
Mario Eduardo Vázquez	Vice-presidente
Florencia Ruiz Morosini	Diretora Executiva
Maria Sofía Antonini	Assistente de programas e investigação
María Ivoskevich	Administrativo
Guadalupe Rodríguez Muñiz	Comunicação
Catalina Smart	Assessoria de imprensa
Kaisa Ausmaa	Voluntária Finlândia

Fonte: Educar 2050 (2023).

Trongé é diretor da *Telefónica*, foi vice-presidente da *Aerolíneas Argentinas* e preside o APH *Proyecto Educar 2050* desde 2007 (TRONGÉ, 2023). Foi secretário geral da Reduca e é membro da Coalizão para as habilidades do século 21³⁸, do BID (IDB, 2023).

Quadro 13 – Membros do Conselho Assessor do Educar 2050 (2023)

Belisario Álvarez de Toledo
Inés Aguerrondo
Agustín Berro
Diego Bunge
Federico Carenzo
Eduardo Caride
Jorge Colombatti
María Julia Díaz Ardaya
Enrique Federico

³⁸ A Coalizão “[...] apoia a implementação de uma nova geração de políticas de educação e treinamento na América Latina e no Caribe. Esta Coalizão é uma associação multissetorial que promove o desenvolvimento e fortalecimento de competências transversais na América Latina e no Caribe.” (BID, 2023, online, tradução nossa) e tem como membros empresas como a SURA, IBM, Santillana, Google etc.

Irene Kit
Julia Manzini
Matías Peire
Juan Marcos Pueyrredón
Ángel Rossi
Karina Stocovaz
Beltrán Tailhade

Fonte: Educar 2050 (2023).

A equipe de trabalho do *Proyecto Educar 2050* conta com a participação de María Elena Álvarez Trongé; Sofía Antonini; Angeles Crivelli; Liliana Coca; María Ivoskevich; Silvia Munt; Anahí Pissinis; Guadalupe Rodríguez Muñiz; Catalina Smart.

Assim como os demais membros da Reduca, o Proyecto Educar 2050 promove campanhas durante períodos eleitorais para que todos os candidatos se comprometam com as suas pautas.

5.11 BRASIL – TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Todos pela Educação foi criado em 2006, “[...] por um grupo de líderes empresariais, verdadeiros intelectuais orgânicos, que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo”. (MARTINS, 2009, p. 22). Apresenta-se como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, nem vínculos partidários ou com o governo e dizem não receber nenhuma verba pública (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2023).

O grupo verificou que a baixa qualidade da educação brasileira vinha trazendo sérios problemas para a capacidade competitiva do país, comprometendo também o nível de coesão social dos cidadãos. O grupo concluiu que a “incapacidade” técnica e política dos governos na realização de políticas educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para os interesses do capital. Diante dessas constatações, os empresários criaram o TPE com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere à qualidade da educação. O projeto elaborado para impulsionar as ações do organismo foi denominado de “Compromisso Todos pela Educação”. (MARTINS, 2009, p. 22).

A articulação em torno do Compromisso Todos pela Educação foi um sucesso extraordinário. Uniram-se os maiores empresários do país,

representantes das três esferas de governo, dirigentes da CONSED e UNDIME, em um pacto para promover as mudanças articuladas por esse APH que surgia.

O governo federal, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sob a gestão de Fernando Haddad como Ministro da Educação, elevou, em 2007, o pacto da burguesia em meta para o governo, ao assumir o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que foi a incorporação das pautas ao plano de governo, via decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). Não por acaso, o exemplo do Todos pela Educação se tornou referência para o BID e a Reduca o replicarem nos demais países:

[...] o TPE foi tomado como modelo de referência para os outros integrantes da REDUCA por sua “alta capacidade de liderança e influência na região pela pluralidade de atores que consegue mobilizar e envolver [...], e pela capacidade de articular as demais organizações latino-americanas para a consolidação de uma voz de mobilização regional” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011a, p. 150). Ademais, o TPE representa um dos mais destacados países na América Latina e, até meados da década de 2010, uma das maiores economias do mundo (salvaguardando suas profundas desigualdades). Diante das suas dimensões continentais, de sua dotação de recursos, e sua projeção internacional, concordamos com Avelar (2018, p. 52), que o Brasil não seria um mero “emulador” de tendências globais, mas, antes disso, é um participante ativo de mobilidades globais de políticas, fato que ajuda a explicar a liderança do grupo brasileiro. (MARTINS, 2019, p. 119).

Ao longo dos anos os intelectuais ligados ao Todos pela Educação se espraíram por todo o aparelho de Estado brasileiro. Martins (2019) traz alguns exemplos importantes:

Na alta burocracia estatal vários membros do TPE ocupam ou ocuparam importantes cargos: por exemplo, Fernando Haddad (ex-Ministro da Educação, ex-prefeito do município de São Paulo); José Francisco Soares (ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)); Reynaldo Fernandes (ex-presidente do INEP); Marcelo Neri (ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)); Mozart Ramos Neves (Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED); e Maria do Pilar Lacerda (União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)). Os membros do TPE também exercem ou exerceram funções na Secretarias de Educação Estaduais e municipais, Conselho Nacional de Educação (CNE), Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Câmara dos Deputados.

Para se ter uma ideia de como um APH recém-formado conseguiu de forma imediata se tornar o maior interlocutor de diferentes governos na área da Educação, precisamos conhecer a sua composição. Foram 113 intelectuais que assinaram a sua carta de fundação³⁹, dentre esportistas, filósofos, políticos de diferentes matizes, grandes industriais, empresários das telecomunicações, do setor financeiro etc., dos quais destacamos alguns:

Quadro 14 – Membros fundadores do Todos pela Educação (Brasil, 2006)

Ana Beatriz Moser	Marcelo Cortes Neri
Beatriz Johannpeter	Maria Alice Setúbal
Carlos Alberto Libânio Christo – Frei Betto	Maria Helena Guimarães de Castro
Cesar Callegari	Mario Sergio Cortella
Cláudia Costin	Milú Villela
Cláudio de Moura Castro	Mozart Neves Ramos
Cristovam Buarque	Nelson Pacheco Sirotsky
Emílio Alves Odebrecht	Nizan Guanaes
Fernando Haddad	Paulo Renato Souza
Fernando Rossetti Ferreira	Pedro Moreira Salles
Gilberto Dimenstein	Priscila Fonseca da Cruz
Gustavo Berg Ioschpe	Ricardo Kotscho
Jayme Sirotsky	Roberto Civita
Jorge Gerdau Johannpeter	Ruth Corrêa Leite Cardoso
Jorge Paulo Lemann	Simon Schwartzman
José Roberto Marinho	Viviane Senna
Klaus Gerdau Johannpeter	Zilda Arns Neumann

Fonte: Todos pela Educação (s.d.).

Dentre os principais patrocinadores estão o maior banco privado em atividade no país, Itaú, a maior multinacional brasileira produtora de aço, Gerdau, a maior rede de televisão, Rede Globo, a maior produtora de celulose do mundo, Suzano S/A, além de muitas outras grandes empresas que se encontram no Apêndice K.

A Reduca, cujos membros têm estreito envolvimento com o setor das telecomunicações, tem dado ênfase nas soluções tecnológicas para mitigar os efeitos da crise na educação. No Brasil, o Todos Pela Educação realizou um seminário com o Banco Mundial e o Conselho Nacional de Educação (CNE), logo nos primeiros meses de pandemia, em 8 de abril de 2020, para articular seus

³⁹ A lista completa encontra-se no apêndice K.

interesses diante da nova situação conjuntural (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020a; 2020b). Vinte dias depois, o CNE aprovou as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus (ESTRELLA; LIMA, 2020).

Os intelectuais ligados ao Todos Pela Educação foram sondados para o Ministério da Educação durante a transição do governo de Temer para Bolsonaro, em que apresentaram um diagnóstico da educação para Bolsonaro, Paulo Guedes e sua equipe (TOKARNIA, 2018), porém perderam espaço para a ala olavista e passaram a fazer críticas ao governo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019; 2021).

O golpe foi para a educação, portanto, a estratégia nos marcos da autocracia burguesa e na conjuntura de ascensão fascista para recalibrar a formação dos trabalhadores, ajustando essa formação aos processos de uberização do trabalho que exigem: conformismo, adaptabilidade, empatia, cooperação e um conjunto de competências socioemocionais que devem ser a base da elaboração de um trabalhador despossuído de tudo, inclusive de sua consciência de classe. (LAMOSA, 2020, p. 18).

Para contornar a perda de espaço no primeiro escalão do governo Bolsonaro (2019-2022) concentraram suas articulações nas políticas educacionais via Conselho Nacional de Educação, presidido por Maria Helena Guimarães de Castro, ligada ao TPE, além de governos estaduais e municipais, em sua longa teia de relações via Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

5.12 MÉXICO – MEXICANOS PRIMERO

O APH Mexicanos Primero surge em 2005, “[...] foi organizado, dentre outros, pelos empresários Alejandro Ramírez Magaña (Cinépolis) e Claudio X. González (Televisa, dentre outros), cujas famílias têm uma longa história de envolvimento na política mexicana”. (MARTINS, 2019, p. 81).

Um dos seus principais fundadores, Alejandro Ramírez Magaña (organização Ramírez-Cinépolis), foi secretário técnico do Gabinete de ‘Desarrollo Humano en la Secretaría de Desarrollo Social’ (Sedeso),

quando sua titular era Josefina Vázquez Mota. Navarro (2011, p. 421) conta, que o lançamento de MP [Mexicanos Primero] coincide com a nomeação de Vázquez Mota como Secretária de Educação. De fato, na história do surgimento de MP existem outras implicações político-partidárias. Exemplo disso é o fato de que antes de David Calderón assumir a direção do grupo MP, um de seus presidentes foi o ex-subsecretario de Educación Básica do governo Fox, Lorenzo Gómez Morín. Gómez Morín também é um dos fundadores do Partido Acción Nacional (PAN), um partido conservador que tradicionalmente esteve aliado com o empresariado mexicano. (MARTINS, 2019, p. 187).

Quadro 15 – Membros do Mexicanos Primero (2023)

David E. Calderón Martín del Campo	Presidente Ejecutivo de abr. 2017 - abr. 2023
Laura María Ramírez Mejía	Directora de Activación de Agentes
Norma Angélica Montes García	Coordinadora de Agentes Educativos y Comunidades Escolares
Luz Romano Echavarría	Directora de Comunicación
Fernando Ruiz Ruiz	Director de Investigación
Fernando Alcázar Ibarra	Director de Judicialización
Jeny Farías García	Directora de Proyectos
Francisco Meléndez García	Coordinador de Operaciones
Patricia Vázquez del Mercado	Executive President
Viviana Rodríguez Lorenzo	Coordinadora de activación ciudadana
Katia Natalia Carranza Velázquez	Investigadora de Presidenci Ejecutiva
Kenya Ramírez Karam	Coordinadora de Medios de Comunicación
Ma. del Pilar Gómez V.	Coordinadora del Diplomado de Líderes Educativos Transformadores
Begoña Suárez Carús	Coordinadora de Judicialización de feb. 2023 - actualidad
Cintya Martínez Villanueva	Oficial de Sustentabilidad
Guadalupe Trujillo Flores	Auxiliar de Operaciones
Alejandra Arvizu	Coordinadora Especialista del Área de Activación de Agentes
Alejandra Diaz Corona Villa	Coordinadora de Relaciones Interinstitucionales y Comunidad
Juan Alfonso Rangel Terrazas	Especialista en Comunicación Gráfica

Marimar Martínez	Auxiliar de Servicios Generales
Luz Martínez	Investigadora
Angélica Montes García	Coordinadora de Activación de Agentes y Comunidades Escolares
Alicia Calderón Ramos	Analista de Operaciones
Antonio Villalpando Acuña	Investigador
María Teresa Gutiérrez	Coordinadora Especialista del Área de Proyectos Especiales

Fonte: Mexicanos Primero (2023).

O APH Mexicanos Primero não apresenta patrocínios, e assim como os demais, se declara independente de qualquer interesse partidário. Porém, ao analisar quem são os seus membros, que o financiam, podemos perceber a quais interesses respondem.

[...] os grupos cuja fundação é mais recente, tendem a caracterizar-se como coalizões da sociedade civil ou organizações multisetoriais⁴⁰. São novas organizações, cuja tática principal é apresentar-se como representantes da sociedade civil e não como representantes ou pertencentes a uma empresa ou grupos empresariais. Dedicam-se exclusivamente ao tratamento da política educacional (*education policy*), e, como sintetiza, Castellani (2019), se apresentam, publicamente, como uma voz “universal e desinteressada” dedicada a “melhorar a qualidade da educação” buscando influenciar a orientação políticas públicas e na conscientização sobre os atuais problemas educacionais. (MARTINS, 2019, p. 112).

Rosas (2016) afirma que a maioria dos integrantes do Mexicanos Primero são empresários e não figuram como especialistas em matéria educativa. A autora destaca Carlos Slim Domit, presidente do Conselho de Administração da Telmex e conselheiro das empresas América Móvil, América Telecom, Grupo Carso, U.S. Commercial Corp – CompUSA. Outro intelectual de destaque é Agustín Coopel Luken, presidente e Diretor Geral da Tiendas Coppel. Há também Emilio Azcárraga Jean, presidente do Grupo Televisa e membro das fundações Teletón México A.C e Bécalos A.C. Outro empresário importante é Daniel Servitje, diretor geral do Grupo Bimbo.

Hay empresarios con materia de inversiones, acciones e instituciones bancarias. Un claro ejemplo: Alejandro Legorreta González. Integrante del Consejo de Administración de casa de bolsa de acciones y valores

⁴⁰ Martins (2019) considera nesta categoria o Educar 2050, Mexicanos Primero, Educación 2020 e o Todos pela Educação.

de Banamex (ACCIVAL), una de las principales casas de bolsa en México, Afore Banamex, el segundo fondo de pensiones más grande del país por tamaño de activos, y sus respectivos comités de inversión. Otro ejemplo es Ignacio Deschamps González. Tercero en la jerarquía de BBVA Bancomer. A partir del año 2012 ambos integrantes han sido colaboradores de fundación Mexicanos Primero, desempeñándose en su patronato. Así también, Carlos Hank González Presidente del Grupo Financiero Banorte. (ROSAS, 2016, p. 74).

Em sua estrutura o APH Mexicanos Primero possui um Comitê Acadêmico, em que figuram intelectuais de grande destaque no México, como Harry Anthony Patriños, ex-consultor do Banco Mundial na função de economista principal em Educação. Faz parte do comitê Lucrecia Santibáñez, ex-consultora e assessora em projetos do BID, Banco Mundial, OCDE, entre outros. Entre intelectuais que passaram por diferentes governos, temos Lorenzo Gómez Morín, ex-subsecretário de educação básica; Gustavo Iaies, ex-secretário de educação básica; Silvia Schmelkes del Valle, no *Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación*, órgão que foi planejado em conjunto pelo Mexicanos Primero e Banco Mundial (ROSAS, 2016).

David Calderón foi o primeiro secretário geral da Reduca, eleito em 2016. (MARTINS, 2019). No Mexicanos Primero, foi Diretor Geral entre 2008 e 2017, quando assumiu o cargo de Presidente Executivo, entre 2017 e abril de 2023. Calderón foi diretor de projetos especiais na *Fundación Teletón* e atuava como consultor da UNESCO.

Martins (2019, p. 193) demonstra que em 2007 o APH Mexicanos Primero firmou um convênio com a *Secretaria de Educación Pública*, com validade indefinida e cláusulas de confidencialidade:

O acordo dispõe de “diretrizes para a preparação e apresentação de projetos específicos, bem como [estabelece] os meios que permitem sua implementação”. A SEP, através da Unidade de Políticas e Planejamento Educacional, se compromete “facilitar documentação, audiovisual ou qualquer outra informação, sem prejuízo das disposições das leis, o que contribui para cumprir o objeto deste acordo de colaboração”, fornecendo informações privilegiadas ao Mexicanos Primero. As partes também se comprometem a “concordar com as diretrizes para a preparação e apresentação de projetos específicos, bem como estabelecer os meios para implementá-las”. (CAMACHO, 2016). (MARTINS, 2019, p. 193).

Martins (2019, p. 193) expõe como a reforma educativa realizada no governo de Peña Nieto, a partir de 2012, consensuada entre os três maiores

partidos mexicanos, Partido Revolucionario Institucional (PRI), Partido Acción Nacional (PAN) e Partido de la Revolución Democrática (PRD), foi apoiada pela OCDE e “[...] pela liderança empresarial representada por Mexicanos Primero”. Martins (2019, p. 194) afirma que “o texto apresentado pelo governo pode ser considerado uma ‘versão adaptada’ do documento ‘Ahora es Cuando 2012-2024’ (MEXICANOS PRIMERO, 2012)”.

5.13 PERU – EMPRESARIOS POR LA EDUCACIÓN

O representante peruano na Reduca, Empresarios por la Educación (ExE), se autodenomina uma associação civil sem fins lucrativos formada por empresários, empresas e formadores de opinião comprometidos com a educação pública no país. Em suas publicações na internet, afirma oportunizar a qualquer empresa ou empreendedor a possibilidade de exercer a responsabilidade social corporativa, e anunciam em tom comemorativo as empresas que aderiram recentemente à rede.

Se orgulham por reunir organizações de destaque e gerir, entre os diferentes atores relacionados - as iniciativas do setor privado, público e das organizações da sociedade civil, o propósito de impactar a vida das crianças e jovens. Atua desde 2007 com o propósito de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para que todos os alunos atinjam todo o seu potencial e participem do desenvolvimento do país. Assim como os demais membros da rede, declaram como objetivo alcançar a equidade econômica, social e política no seu país, além de orientá-lo para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 16 – Sócios fundadores do APH Empresarios por la Educación (Peru, 2007)

Enrique Angulo Borja	Johnny Robinson Lindley Suárez
Ismael Benavides Ferreyros	Reynaldo Llosa Barber
Raúl Benavides Ganoza	Julio Luque Badenes
Fortunato Brescia Moreyra	Andrés Marsano Conroy
Ricardo Briceño Villena	Silvia Miró Quesada de Lira
Alfonso Bustamante y Bustamante	José Miguel Morales Dasso
Alberto José Cabello Ortega	Juan Mulder Panas

Jaime Cáceres Sayán	Félix Navarro Grau
Alvaro Carulla Marchena	José Antonio Olaechea Alvarez-Calderón
José Chlimper Ackerman	Gabriel Ortiz de Zevallos Madueño
María Caridad De la Puente Wiese	Ricardo Rizo Patrón de la Piedra
Frida Delgado Nachtigall	Bernardo Roca Rey Miró Quesada
Michael Duncan Cary-Bernard	Ofelia Rodríguez Larraín S. de Harten
Graciela Fernández Baca	Manuel José Salazar Corvetto
Hans Flury Royle	Carlos Santa Cruz Bendeزú
José Luis Gabliardi Wakeham	Luis Guillermo Vega Monteferri
Carmen Rosa Graham Ayllón	Fernando Villarán de la Puente
Claudio Herzka Buchdahl	Andreas Von Wedemeyer Knigge
Eduardo Hochschild Beeck	Abraham Zavala Falcón
Juan Incháustegui Vargas	Fernando Marín Zavala Lombardi
Pedro Pablo Kuczynski Godard	

Fonte: Elaboração própria. Dados: EXE, 2023.

Quadro 17 – Ligações do APH Empresarios por la Educación (Peru, 2023)

Sócios corporativos	Aliados Estratégicos	Aliados Institucionais
AFP Integra (SURA)	EMEFIN	Bigmond Group
AngloAmerican	Buenaventura	Certus
Apoyo	Cerro Verde	CONFIEP
BCP	Cia Minera Coimolache S. A.	Consulado Britanico
Cbelcorp	El Brocal	Enseña Peru
CFI Holdings	ElectroDunas	Instituto Apoyo
Corporacion Cervesur	Fonadation Eleni	IPAE
Corporacion Farm Enterprises		Latina
Falabella		Ministerio de Educación (Peru)
Fundación BBVA		Osmia
Fundación Romero		Perú Sostenible
Fundación Wiese		Reduca
GrupoMéxico minería		Uaiki
Kallpa		UCSS
Lindcorp		UNESCO
Motaengil Peru		UNICEF
Newlink		Universidad de Lima
QSI		Universidad Peruana Cayetano Heredia
Scotiabank		
SGS		
Textil del Valle		
UNACEM		

Fonte: Elaboração própria. Dados: EXE, 2023.

5.14 CHILE – EDUCACIÓN 2020

As revoltas populares que colocaram em xeque o modelo chileno de educação demandaram da burguesia uma atuação firme para não perder o controle da situação. Se a revolta dos pinguins gerou o primeiro abalo no sistema, as mobilizações estudantis contra as mensalidades no ensino superior acenderam mais um sinal de alerta para a classe dominante, interessada na manutenção das vagas privadas e na lucratividade do sistema. Entre os dois picos de contestação social, no ano de 2008, surge a Fundação *Educación 2020*, sob o *slogan* de que lutaria para que os 20% mais pobres tivessem a mesma qualidade de educação dos 20% mais ricos da sociedade chilena até o ano de 2020. Ainda que irrealizável nos marcos do capitalismo, a chamada cumpriu seu objetivo de aglutinar milhares de pessoas para legitimar as ações da fundação. Em *apresentação para o TEDx Talks* (2013, n.p.), Waissbluth afirma que a fundação "*nació por casualidad, de manera imprevista e no planificada*" a partir da reação pública a uma coluna de opinião que escreveu na revista *Qué Pasa* sobre a crise que vivia a educação chilena. Assim, supostamente por acaso, nascia um poderoso aparelho privado de hegemonia que iria influenciar diretamente as políticas educacionais chilenas na próxima década.

Ainda que irrealizável nos marcos do capitalismo, a chamada cumpriu seu objetivo de aglutinar milhares de pessoas para legitimar as ações da fundação. Em entrevista para o diário *La Segunda online* Waissbluth afirma que "*Fue un encadenamiento de eventos fortuitos*" a partir da publicação de uma coluna de opinião sua na revista *Qué Pasa* sobre a crise que vivia a educação chilena. Assim, como que por acaso, nascia um poderoso aparelho privado de hegemonia que iria influenciar diretamente nas políticas educacionais chilenas na próxima década.

Com a repercussão da coluna de Waissbluth, rapidamente surgiu um *site* e uma página na rede social Facebook, coletando assinaturas de adesão às medidas que o professor da Universidade do Chile iria apresentar ao congresso em alguns dias. Posteriormente, as adesões passaram a ser ao APH *Educación 2020* e, como em um passe de mágica, uniram-se à causa dezenas de empresas

e entidades do país, que promoveram a sustentação financeira deste aparelho hegemônico que nascia. Mario Waissbluth revela, em entrevista a Hinzpeter (2013), que financiamento não foi problema para a fundação nos seus primeiros dias. Bastou um telefonema para que conseguisse todo o dinheiro necessário para iniciar os trabalhos. Nas suas palavras:

¿Y de dónde sacamos plata? Se me ocurrió llamar a un conocido empresario, que ha pedido hasta ahora mantener su nombre en reserva. ¡Mario, leí la revista y eres lo máximo! ...y me tuvo veinte minutos al teléfono, hablándome él a mí y al final ¿qué querís? Parece que voy a tener que armar una fundación y llamaba para ver si me ayudarías a juntar un grupo, para ir a presentarles... ¿Y cuánta plata querís? No sé... yo me imagino, oye, que pa' partir esta cuestión —imposta voz de huaso— con... con... con estudios, con prensa... no sé... unos 200 mil dólares... ¿Y pa' esa cagá de plata querís que te junte gente? Te la doy yo, me dice.

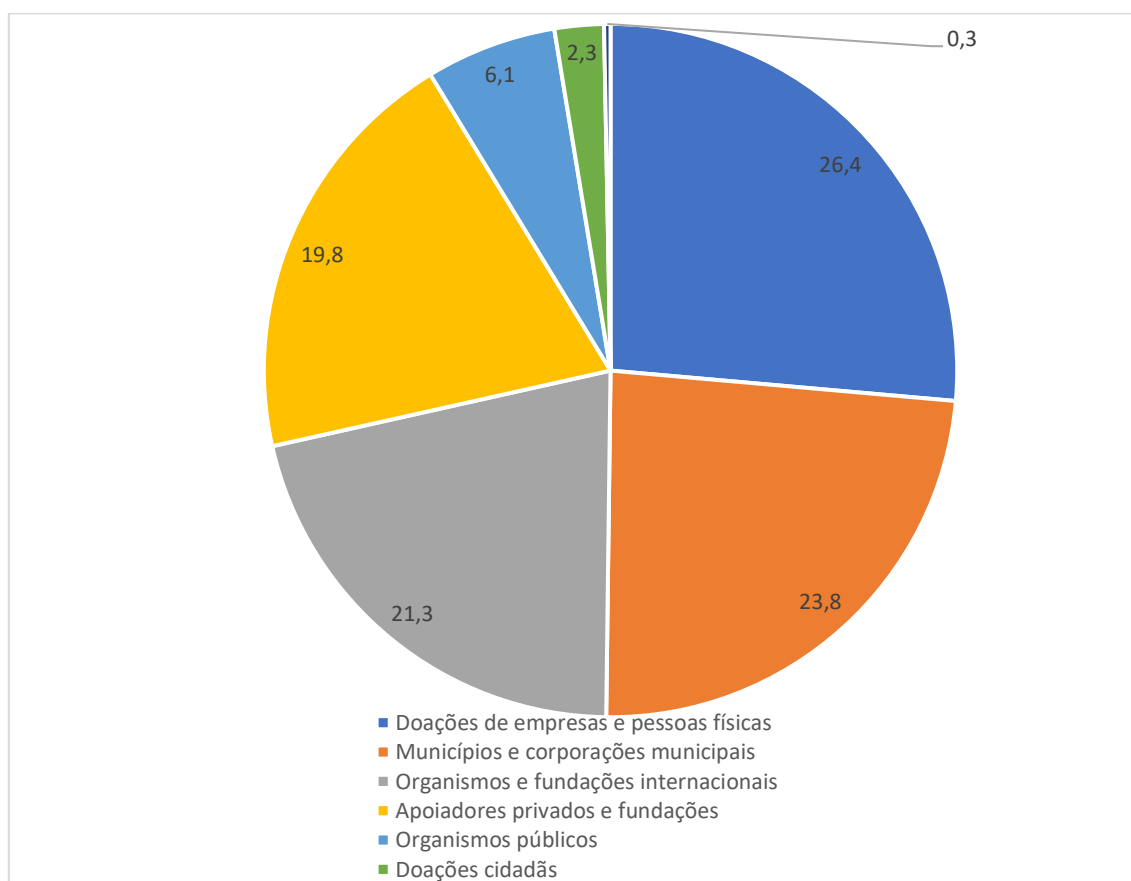
Se por um lado o nome do empresário que fez esta primeira doação não foi revelado, muitas outras relações com o empresariado foram explicitadas posteriormente, como o Grupo Matte, Lucksic, CMPC Florestal, Volcán S. A., Entel Telecomunicaciones, Banco de Chile, Instituto Libertad y Desarrollo, entre outros.

Com a entrada do APH Educación 2020 na Reduca como membro fundador, foi articulado um financiamento junto à União Europeia:

No marco do “Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento - Objetivos do Milênio”, desde 2014, a REDUCA passou a ser financiada pela União Europeia para desenvolver um ‘Projeto de Cooperação Conjunta’ (REDUCA, 2013) com seus membros. O convênio, no valor foi de € 2.515 milhões, foi elaborado e assinado pelo representante chileno da REDUCA: Fundación Educación 2020 (UNIÃO EUROPEIA, 2014, 2015) e foi fundamental para a consolidação e viabilização da rede. (MARTINS, 2019, p. 123-124).

A fundação divulgou em 2020 um balanço de seus 12 anos de existência em que apresentou uma arrecadação média de US\$ 1.180.034,40 por ano (EDUCACION 2020, 2021). Em relação ao período de 2018 a 2020, a arrecadação distribuiu-se nas seguintes fontes:

Gráfico 2 – Distribuição da arrecadação do Educación 2020 de acordo com a categoria dos doadores (2018-2020)



Fonte: Elaboração própria. Dados: Educación 2020 (2021).

O número de empresas e fundações empresariais que se relacionaram com o *Educación 2020* é bastante extenso. A seguir apresentamos algumas, as demais estão no Apêndice N:

Quadro 18 – Empresas e fundações que se relacionam com o Educación 2020 (2021)

Empresa	Ramo	País de origem
Alstom	Energia/transportes	França
Angloamerican	Mineração	Reino Unido
Antofagasta Minerals	Mineração	Chile
Asenav	Naval	Chile
Boeing	Aéreo	E.U.A.
Carey Abogados	Advocacia	Chile

CGE	Energia	Chile
Chilquinta	Energia	Chile
Davis Graphics	Gráfica	Chile
Kidzania	Entretenimento	México
Embotelladora Andina	Bebidas	Chile
Flesan	Construção civil	Chile
INVENIO	Serviços	Chile
Inversiones CG	Financeiro	Chile
Inversiones La Ronda	Financeiro	Guatemala
Kitchen Center	Varejo	Chile
Lipigas	Energia	Chile
Lucksic	Mineração	Chile
Minera Los Pelambres	Mineração	Chile
Natura Cosméticos	Varejo	Brasil
Procobre	Mineração	Chile
Samsung	Eletrônicos	Coreia do Sul
Seminarium	Palestras	Chile
Vivocorp	Imobiliário	Chile
Canal de Panamá	Transportes	Panamá

Elaboração própria. Fonte: Educacion 2020 (2021).

A fundação divulgou também a seguinte lista de patrocinadores entre 2008 e 2020:

Quadro 19 – Patrocinadores do Educación 2020 (2008 a 2020)

Agencia Grey	Marketing	E.U.A.
Aprender con Interés	Educação	
Confederación de la Producción y del Comercio (CPC)		
Escuela BeCoach	Educação	Chile
Facultad de Ciencias Físicas y Matemáticas de la Universidad de Chile	Educação	Chile
Fundación País Digital	Filantropia	Chile
Fundación para la Superación de la Pobreza	Filantropia	Chile
Global Giving	Filantropia	E.U.A.
Grupo Educativo		
IPSOS	Pesquisas	França
Museo de la Educación		
Orelworks	Marketing	Chile

Prolam		
SAP	Tecnologia	Alemanha
Silicon Valley Community Foundation	Tecnologia	E.U.A.
Simple	Marketing	Chile
University of Leeds	Educação	Reino Unido
Visualógica	Marketing	Chile
Universidad Católica del Norte	Educação	Chile

Fonte: Elaboração própria. Dados: Educación 2020 (2021).

Em 2022, a fundação Educación 2020 ostentava em seu *site* as alianças com a Embaixada dos E.U.A.; IPSOS; UNICEF; Banco Central do Chile; América Solidaria; Fundación VTR; Friedrich Ebert Stiftung; Fe y Alegría; Contexto; Angloamerican; Los Pelambres; Acción Colectiva. (EDUCACIÓN 2020, 2022).

Concluimos que aproximadamente 30% dos recursos orçamentários da fundação foram provenientes de entes públicos, 49% de entes privados e outros 21% de organismos e fundações internacionais.

Em entrevista para a jornalista Ximena Hinzpeter, em 2013, para o diário *El Mostrador*, Mario Weissbluth ficou bastante à vontade para contar um pouco dos bastidores da E2020, conforme trechos a seguir:

¿Qué hace? [...] Tiene además una abogada presente en todas las sesiones de Educación del Congreso (Cámara y Senado). Ella ha recibido la indicación de llamarlo de inmediato, desde Valparaíso, desde la sala, si ocurre algo interesante. Así él puede referirse con propiedad al tema cuando lo llama la radio o la televisión. Y también tiene una experta en comunicaciones que le lleva la agenda, una experta que antes trabajó con Enrique Correa y podía encontrarse con Alan García en el ascensor. Una experta “que no es la periodista jovencita que escribe cosas” —dice él con voz melosa— “sino que conoce” —la voz se le pone ronca— “por el nombre y apellido a los editores, a los periodistas, a la gente de la radio, de la televisión, que sabe quién y cuándo”. (HINZPETER, 2013, online).

—Ahí es donde se me cruzó una neurona... —dice él y ahí es donde empiezo a pensar que parece que no, que no se trata de “coincidencias de la vida” . “Y” —continúa— “para darle un poco en el gusto a los cabros, les pregunté ¿qué tal si en vez de que aparezca yo solo en mi cubículo universitario nos mandamos a hacer unas poleras verdes y salimos todos?”

Ahí está, me digo. Es el origen, el nacimiento, la concepción del hombre al que debieran envidiar Tironi, Correa, la Bitar, las Velasco y los demás.

—Nosotros somos el punto focal de discusión y construcción de consenso más...más, más... —tarda unos segundos en terminar la frase, como dudando si decir lo que está pensando— ...más importante de Chile —termina antes de darse un respiro hondo, como diciéndose ya está, ya lo dije. (HINZPETER, 2013, online).

Em 2013 Matias Reeves participou de um programa de jovens lideranças nos EUA, o que lhe rendeu um financiamento de 100 mil dólares em novembro de 2020, conforme informou em seu *site* a Embaixada dos EUA no Chile:

Matías Reeves, uno de los fundadores de Educación 2020, desarrollará un proyecto destinado a promover el bienestar socioemocional de escolares de grupos vulnerables afectados por los efectos de la pandemia. Reeves, quien participó en el programa de visitantes internacionales (IVLP), en 2013, basó su iniciativa en el modelo de la organización estadounidense CASEL (Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning), entidad líder a nivel mundial por su enfoque en la educación socioemocional. Los fondos serán destinados al diseño y ejecución de una campaña comunicacional, dirigida a profesores, equipos psicosociales de las escuelas, y a las familias. (U.S. MISSION CHILE, online, 2020).

Desde 2018 Matias Reeves coordena a área de mobilização de recursos para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), concomitante ao cargo de presidente da Educación 2020. (REEVES, 2022). Também atua como tesoureiro na *Corporación Cultural Balmaceda* (SALAS, 2021).

Uma intelectual em especial desperta muitas interrogações. Trata-se de Brittany Brown, que foi coordenadora de alianças internacionais da E2020. Estadunidense, apresenta em seu currículo na plataforma *Linkedin* bastante curioso: informa que atuou para o Departamento de Estado dos EUA, mais especificamente na Embaixada dos EUA no Chile, no período de março a junho de 2009, e de 2011 a 2012. Neste intervalo, foi diretora executiva da Chamber of the Americas Foundation em Denver, Colorado (EUA, junho de 2009 a agosto de 2010), e como analista de mercado internacional (2010 a 2011), em Santiago do Chile. De janeiro de 2013 a agosto de 2014 atuou como diretora legislativa para um político do partido democrata chamado Scott Drury, em seu mandato como representante do estado de Illinois, cargo equivalente à Câmara dos Deputados no Brasil.). Com toda esta bagagem, tornou-se Coordenadora de Alianças Internacionais do APH Educación 2020, em 2015 (BROWN, 2022). Seu currículo aparenta estar desatualizado, uma vez que não há nenhum registro do seu nome no site da fundação chilena. Recorrendo ao portal WebArchive, que salva parte das páginas da internet e as disponibiliza mesmo depois de serem tiradas do ar, encontramos uma última menção a Brown em abril de 2018, junto a um breve currículo:

Licenciada en Literatura de Boston College. MBA Internacional y Magíster en Estudios Internacionales de la Universidad de Denver. Trabajó en la oficina Política y Económica de la Embajada de los Estados Unidos en Chile, como Directora Legislativa para un diputado del estado de Illinois y para la campaña 2012 del Presidente Barack Obama. Participa activamente en la Comisión de Alianzas Estratégicas de la Fundación Iguales y es miembro del Directorio de Democrats Abroad Chile. (WEBARCHIVE, 2022).

Porém, em 2020, ao analisarmos o balanço de 12 anos da fundação Educación 2020, constatamos que nenhuma menção é feita a Brittany Brown, diferente de outros diretores e ex-diretores que foram citados (EDUCACIÓN 2020, 2020).

No twitter (@1_brown) Brown postou sobre a Fundação Educación 2020 de março de 2017 até janeiro de 2019. Passou dez meses sem postar conteúdo na rede e em outubro retomou as postagens, agora predominantemente em inglês, e voltou -se para política estadunidense, participando ativamente de uma campanha contra as armas chamada “*moms demands action*” e da campanha presidencial de Joe Biden. (TWITTER, 2022). Há somente uma menção à fundação *Iguales*, em 2015.

5.15 PARAGUAI – JUNTOS POR LA EDUCACIÓN

O representante do Paraguai na Reduca, Juntos por la Educación, foi criado no mesmo ano que a rede, 2011, mas entrou nela um ano depois. Assim como os demais, encontramos forte presença de intelectuais orgânicos vinculados ao setor empresarial, capital financeiro e meios de comunicação, conforme quadro a seguir, elaborado pela IEAL (2023):

Quadro 20 – Membros do Juntos por la Educación (Paraguai, 2023)

Setor empresarial	Setor financeiro	Meios de comunicação
Aldo Zuccolillo por ABC Color	Raúl Gauto por AVINA	Gustavo Cubilla por Canal 13
Javier Zuccolillo por ACISA	Santiago Llano por Banco Atlas	Ernesto García por Ernesto García Comunicación Integral

Edgar Insfrán por Auto-piezas C.E.I.S.A.	Rafael González Moya por BBVA Paraguay	Alejandro Peralta Vieri por Grupo A.J. Vieri - Multimedios
Oscar Sosa por Cappro	Alberto Acosta por Banco Familiar S.A.E.C.A.	Pedro Moreira L. por Grupo Editorial Atlas
Andrés Campos Cervera por Casa Boller S.A. N	Viviana Varas por Banco Itau	Diane Espinoza por Librería Books S.R.L.
Federico Robinson por El Corral S.A.	Carlos Heisecke por Financiera El Comercio S.A.E.C.A.	José Pablo Jiménez por Radio Montecarlo 100.9 FM y La 970 AM
Pedro Zuccolillo por Forestal y Ganadera Don Pedro	Dario Arce Gutierrez por Interfisa Financiera	Ezequiel García Rubín por Radio Ñanduti
Antonio J. Vieri por Fundación Santa Librada	Dario Colmán por Visión Banco S.A.E.C.A.	Angel Aguilera por Radio Venus / Radio Aspen Classic
Elias Saba Rodríguez por Gambling S.A.	Eduard Rempel por Inverfin S.A.E.C.A.	Marcelo Fleitas por Sistema Nacional de Televisión
Margarita Kelly por Ganadera Vista Alegre S.A.		Paraguay TV
Francisco A. Giménez Calvo por Gical S.A.		Unión de Radiodifusores del Paraguay
Aureliano González por Grupo de Empresas Línea Panchita G S.A.		
Rubén Mujica por Grupo Luminotecnia		
Luis Zanotti Cavazzoni por La Felsina A.I.C.S.A.		
Gustavo Koo por Las Tacuaras S.A.		
Guillermo Caballero Vargas por Manufactura		
Andrea Zucolillo por Nueva		

Fonte: IEAL, 2023.

Apresentam em sua página na internet a missão de “Fortalecer os objetivos do sistema educacional nacional e fazer da educação uma causa

nacional”, tendo como visão “Contribuir para que todas as crianças e jovens do Paraguai recebam uma educação pública de qualidade que lhes permita ter acesso ao desenvolvimento integral e ao trabalho decente”. (JUNTOS POR LA EDUCACION, 2023, online). Elencam cinco objetivos para a educação no Paraguai: transformar a educação em uma causa nacional; ter professores, diretores e supervisores bem capacitados; promover a aprendizagem de qualidade em espanhol, matemática e ciências; instalar um sistema de avaliação da aprendizagem; melhorar a infraestrutura e aumentar os investimentos. (JUNTOS POR LA EDUCACION, 2023).

Assim como os demais APHs, o Juntos por la Educación atua em relação estreita com o aparelho de Estado, compondo mesas, discussões, realizando eventos e gerando documentos que embasam as políticas públicas do país. Em sua página na internet dispõem de três publicações que sintetizam suas propostas de políticas: *Propuesta para la Agenda Educativa 2013* (JUNTOS POR LA EDUCACIÓN; MINISTERIO DE EDUCACION Y CULTURA; OEI, 2013), *Propuesta para la Agenda Educativa 2018* (JUNTOS POR LA EDUCACIÓN, 2018) e *Propuesta para la Agenda Educativa 2023-2028* (JUNTOS POR LA EDUCACIÓN, 2023). Nos três documentos temos a defesa da participação no PISA; da profissionalização docente; de políticas meritocráticas para pagamento dos professores; das alianças público-privadas, entre outros elementos da agenda de reforma educacional.

5.16 PANAMÁ – UNIDOS POR LA EDUCACIÓN

O principal objetivo do APH Unidos por la Educación é influenciar e direcionar a opinião pública na educação. O grupo tem apostado em campanhas de mídia, que inclui o lobby para que o Panamá participe das provas do PISA. Sua ênfase em campanhas de mídia se dá pela participação de diretores do jornal nacional La Prensa em seu próprio conselho de administração. As políticas defendidas por este APH reproduzem o esquema de culpabilização de professores pela situação da educação, incluindo todas as lacunas de desigualdade e exclusão que se expressam dentro da sala de aula. (IEAL, 2020).

As informações sobre o Unidos por la Educación é escassa, não há registro de patrocinadores em sua página na internet, não há documentos

próprios, e as informações mais recentes da sua página oficial datam de 2016, apesar de manterem atividade nas redes sociais Twitter até julho de 2022 (UNIDOS POR LA EDUCACIÓN, 2022a) e Facebook até dezembro de 2022 (UNIDOS POR LA EDUCACIÓN, 2022b)⁴¹. Os membros são relacionados conforme quadro a seguir.

Quadro 21 – Membros do Unidos por la Educación (Panamá, 2023)

Conselho Fundacional
Paulina Franceschi
Marelisa Tribaldos
Nicolás Ardito Barletta
Rubén Castillo
José Chen Barría
Francisco De Ycaza
Antonio Fletcher
Juan Planells
Modaldo Tuñón
Guillermo Villareal
Junta Directiva
Nivia Rossana Castrellón
Víctor Fernández Miranda
Gaspar García de Paredes
Irvin Halman
César Tribaldos

Fonte: Unidos por la Educación (2023).

A seguir reproduzimos um levantamento realizado pela Oficina Regional de San José, Costa Rica, da Internacional de la Educación América Latina (IEAL, 2020), em que fizeram um esforço de pesquisa para mapear os intelectuais orgânicos que fazem parte do APH Unidos por la Educación:

- Nivia Rossana Castrellón (Junta Directiva): a julio 2019, coordinadora de funciones del Consejo Permanente Multisectorial para la

⁴¹ Informação referente a junho de 2023.

Implementación del Compromiso Nacional por la Educación (COPEME)

- Paulina Franceschi (según su cuenta de LinkedIn): entre 2015 y 2018 Embajadora y Representante Permanente ante Naciones Unidas en Viena, Austria, y entre 2017 y 2018 Presidenta del Consejo de Desarrollo Industrial para Naciones Unidas.

- Marelisa Tribaldos (según su cuenta de LinkedIn): entre 2014 y 2019 aparece como Consultora para MEDUCA, entre otros puestos, como Coordinadora del Compromiso Nacional por la Educación; representante de Panamá ante la Junta Directiva de PISA (PGB) y miembro del Grupo Asesor Internacional de PISA para el Desarrollo (PISA-D); Comisión Interamericana de Educación (CIE); y Consejo Nacional de Asesores para la Educación (CONASED).

- Nicolás Ardito Barletta: expresidente de Panamá entre octubre 1984 y septiembre 1985 y Vicepresidente para América Latina y el Caribe del Banco Mundial entre 1978-84. Actualmente aparece como Presidente de Asesores Estratégicos, Presidente Junta Directiva de Panam Development Corporation, Director General, (ad-honoren) del Centro Nacional de Competitividad.

- Rubén Castillo: fundador, socio director de Mendoza, Arias, Valle & Castillo; consultor empresarial en materia de negocios y relaciones laborales; enfoque en Derecho laboral y regularmente asesora empresas en negociaciones de convenciones colectivas y litigios laborales en defensa del sector privado.

- José Chen Barría: Profesor regular en la Universidad de Panamá en la Facultad de Administración de Empresas y Contabilidad; anteriormente Miembro del equipo negociador de la deuda pública en el "Club de París" y Comité de Bancos.

- Antonio Fletcher (aparentemente Antonio Fletcher Calipolitti): político; a 2014, presidente de AF Consultores Especializados; anteriormente, dos veces presidente del Conep (2011-2012) y también fue presidente de la Asociación de la Empresa Privada (Apede) (2006-2007) (según publicación de Telemetro).

- Juan Planells: actualmente rector de la Universidad Católica Santa María la Antigua (Usma); exdirector del Instituto Nacional para la Formación Profesional y Capacitación para el Desarrollo Humano (Inadeh) (según publicación de La Estrella de Panamá).

- Modaldo Tuñón: profesor en el Departamento de Computación y Simulación de Sistemas de la Universidad Tecnológica de Panamá. (IEAL, 2020, p. 42-43).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China tornou-se o principal parceiro comercial da maioria dos países da América Latina e Caribe. Excetuando-se o México⁴², que tem um acordo de livre comércio e cifras comerciais vultosas com os EUA, “os fluxos comerciais totais – importações e exportações – entre a América Latina e a China atingiram quase US\$ 247 bilhões no ano passado [2021], segundo os últimos dados disponíveis, bem acima dos US\$ 174 bilhões com os Estados Unidos.” (JOURDAN *et al*, 2022, *online*). Até mesmo o Chile, que como vimos tem historicamente uma política voltada para o ocidente, tem hoje a China como principal parceiro comercial.⁴³

O novo bloco histórico que vem se formando em torno do eixo China-Rússia-Índia, porém, ainda tem um longo caminho para se afirmar como poder hegemônico e só o desenvolvimento das lutas de classes ao redor do globo é que dirá se será bem-sucedido.. Cabe aos trabalhadores de todo o mundo unirem-se para que sejam sujeitos da sua história e, portanto, da sua libertação. A categoria dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação, uma das maiores da América Latina e Caribe, tem mostrado em diversas ocasiões que pode contribuir para o necessário processo de mobilizações populares na disputa hegemônica.

A educação escolar latino-americana foi duramente afetada pela pandemia do Covid-19, uma vez que as aulas precisaram ser suspensas, em diferentes momentos e intensidades, para combater o coronavírus, que por suas

⁴² “Exceção na América Latina, os fluxos comerciais do México com os Estados Unidos foram de US\$ 607 bilhões no ano passado [2021], acima dos US\$ 496 bilhões em 2015. Seu comércio com a China foi de US\$ 110 bilhões, acima dos US\$ 75 bilhões seis anos antes”. (JOURDAN *et al*, 2022, *online*).

⁴³ Conforme Ribeiro (2022, p. 1-2), “No comércio exterior chileno, a China rivaliza diretamente com os Estados Unidos, que desde 2005 ocupa o primeiro lugar no ranking das importações chilenas (à exceção dos anos 2017 e 2018, onde a China ficou em primeiro lugar). A China já em 2010 liderava a participação no ranking das exportações chilenas com um índice de 25% e valor total de US\$ 17.8 bilhões. Em 2019, o país asiático permanece líder e com um índice já de 32%, com um valor total de US\$ 21.6 bilhões. A principal pauta de exportação chilena para o país asiático é marcada pelo cobre refinado e pelo minério de cobre, ambos respondendo por 71% das exportações (39,8% cobre refinado e 32% minério de cobre), para um valor total somado de US\$ 194,9 bilhões. Em relação às importações realizadas da China, a principal pauta, na série histórica (2000-2020), corresponde à de máquinas e componentes eletrônicos, sobretudo computadores (16,8% das importações) e equipamentos de transmissão (14,4 % das importações)”.

características epidemiológicas encontrou na escola, e na sala de aula em especial, ambientes propícios para a sua propagação. A preocupação com as vidas prevaleceu em um primeiro momento da pandemia, em que foram tomadas medidas sanitárias como o controle de fronteiras, a testagem da população, medidas de afastamento social e conscientização em relação aos hábitos de higiene adequados para diminuir os riscos de contaminação, e a suspensão das aulas presenciais. A pressão por parte da burguesia e pequeno burguesia, porém, prevaleceu na falsa dicotomia entre “salvar vidas ou salvar a economia”, propagada aos ventos como justificativa para que os interesses relativos à produção capitalista prevalecessem em relação às medidas de restrição da circulação de pessoas para combate ao vírus, o que contribuiu para o número elevado de óbitos.

No Brasil foram cerca de 700 mil óbitos até dezembro de 2022, muitos dos quais evitáveis, uma vez que as políticas negacionistas do governo Bolsonaro (2019-2022) resultaram no atraso e o boicote ao processo de vacinação da população, falta de insumos básicos como o oxigênio para pacientes graves e remédios usados no procedimento de intubação, superlotação de hospitais e disseminação de tratamentos sem o devido respaldo científico, além de suspeitas de corrupção na compra de vacinas. Soma-se ainda a baixa testagem da população para rastrear os casos, mesmo com estoque de materiais para tal; a campanha de desinformação sobre a segurança das vacinas; o investimento e propaganda de tratamentos sem eficácia para a doença; os tresloucados⁴⁴ embates diplomáticos que atrasam ainda mais a vacinação; as mudanças no Ministério da Saúde; os eventos oficiais e extraoficiais estimulando a aglomeração e o não uso de máscaras; e o triste colapso do Sistema Único de Saúde, em que pessoas morreram à espera de vagas em Unidades de Tratamento Intensivo. Uma triste página da nossa história, que ceifou a vida de muitos trabalhadores da educação, estudantes e seus familiares.

A sede por lucro tem levado os setores mais afetados pela crise e suas entidades representativas a pressionar os governos para que não fossem tomadas medidas de controle da circulação de pessoas para mitigar o vírus,

⁴⁴ O ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, está sendo processado do Supremo Tribunal Federal por xenofobia perante os chineses, maiores produtores das vacinas para COVID-19 usadas até abril de 2021 no Brasil.

mesmo nos momentos de recordes de casos e de óbitos. A argumentação dos sindicatos patronais, de que a economia precisava funcionar apesar das mortes, não convenceu a categoria dos professores, que articulou inúmeras greves como forma de luta pela vida. Enquanto isso, os grandes *players* do mercado educacional aproveitam-se da situação financeiramente complicada para muitas redes privadas menores, e realizaram seguidas compras de escolas, em um processo de centralização de capitais (CAMARGO, 2021).

As medidas tomadas para viabilizar formas remotas de interação escolar, favoreceram outros setores, como o das telecomunicações para viabilizar a transmissão de aulas via rádio e televisão, além da compra de chips para acesso à internet, de soluções para o ambiente virtual de aprendizagem, com destaque para as soluções da empresa estadunidense *Google*, que faturou contratos volumosos com o poder público. Enquanto isso, os trabalhadores da educação tiveram que se adaptar a uma situação ainda mais precária de trabalho, com a sua jornada intensificada pelas demandas do trabalho híbrido. Uma acentuação do assalto ao fundo público ocorreu, sob a égide da necessidade emergencial de formas de educação à distância na educação básica, com o bônus da intensificação do trabalho docente (TRICONTINENTAL, 2021).

Uma característica marcante que encontramos entre os APHs que atuam na Reduca é de que todos possuem em sua composição representantes de variadas empresas, dos mais distintos ramos (com presença marcante de intelectuais ligados ao capital financeiro e grande mídia), além de políticos e outros intelectuais, com ampla exposição na grande mídia e diferentes laços com o aparelho de estado, atuando de forma coordenada num longo processo de reforma educacional em toda a América Latina.

As reformas, aqui entendidas como expressão do movimento de contra tendência da queda da taxa de lucro, estão focadas na intensificação do trabalho pelo aumento da jornada, redução dos salários e redução dos custos da força de trabalho pela retirada de direitos, utilização do fundo público pelo setor privado, expansão e aprofundamento da mercantilização da educação, formação humana voltada exclusivamente para as necessidades do mercado de trabalho, traduzidas pela rede como *habilidades para o século XXI*.

Para os trabalhadores da educação, significa a perda de setores inteiros do serviço público para as políticas de terceirização da força de trabalho; a

precarização das relações de trabalho de professores; o fim da hora-atividade em razão de contratos de horistas; a contínua fragmentação da categoria docente; a desintelectualização do professor em um processo de reconversão docente. Travestidas de flexibilização e modernização das relações de trabalho e modernização da gestão dos recursos públicos, difundidas sob o *slogan* da melhoria da qualidade da educação, tais reformas exigem um enfrentamento à altura por parte da classe trabalhadora organizada em partidos, sindicatos e movimentos sociais.

Como vimos, as políticas educacionais estão intrinsicamente ligadas aos movimentos do capital, em dois eixos complementares: de um lado, pela necessidade da classe burguesa de garantir desde o berço o mais alto grau de consentimento ativo das demais classes, ou seja, que acatem sua condição social e assumam individualmente a responsabilidade pelo seu fracasso ou êxito; de outro lado, pela necessidade de valorização do valor que impõe aos capitalistas a necessidade de expandir seus mercados, vendo na educação pública grandes oportunidades de expansão dos negócios.

A dimensão ideológica tem seu papel destacado desde a passagem massiva das populações do campo para a cidade, em que a escola operava como uma adaptação psicofísica para o trabalho fabril. Na década de 1960 ganha impulso com a difusão da ideologia do capital humano, em que o esforço individual do estudante valorizaria o seu “capital” (leia-se melhores condições de venda da força de trabalho) e mais recentemente ganha nova roupagem para adequar a futura força de trabalho a uma realidade de desemprego estrutural. Também entraram em cena as noções de empregabilidade e empreendedorismo, como forma de amenizar os conflitos pela falta de postos de trabalho.

A dimensão que trata da expansão de mercados também acompanha a história do capitalismo na América Latina e Caribe, onde a presença de escolas e universidades privadas é uma realidade secular. O processo chileno tornou-se exemplar e serviu de modelo para a região: desarticulação das formas de organização dos trabalhadores, ataques à carreira docente, bônus para professores e escolas vinculados às avaliações em larga escala, municipalização da educação básica, privatização e terceirização da gestão das

escolas, políticas de *vouchers* para as famílias comprarem vagas, políticas meritocráticas para docentes e gestores etc.

Vemos, portanto, que as políticas defendidas e articuladas pela Reduca atendem aos interesses burgueses de acumulação de capital, ao buscar a formação de uma força de trabalho, desde o berço, disciplinada para ser explorada no processo produtivo e resiliente frente à falta de trabalho para todos.

As políticas da Reduca buscam garantir a presença dos interesses burgueses na política educacional dos diferentes países de forma indireta, ao fazer dos APHs que controlam, instrumentos de defesa e articulação de seus ideais nas instâncias decisórias em seus países, e continentalmente, por meio de eventos, da formulação de diretrizes de organismos supranacionais e da articulação entre ministros de Educação.

Estes APHs formam, portanto, uma frente móvel de poder transnacional, orbitando os governos e organismos supranacionais, controlados pelos maiores representantes locais da burguesia, e com flexibilidade tática para promover rearranjos em prol de uma maior inserção de seus interesses nas políticas educacionais. Articulam-se com os maiores organismos supranacionais, como a UNESCO, Banco Mundial e especialmente o BID.

Por fim, destacamos que em contraposição à articulação burguesa, os sindicatos de trabalhadores da Educação de todo o mundo têm se articulado em torno da Internacional da Educação, uma federação internacional de sindicatos que reúne mais de 400 entidades de 177 países. Na sua regional para a América Latina, são 36 organizações filiadas, de 19 países. Dentre as suas diversas ações, estão muitos estudos que embasaram esta e outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AFP. Seis membros da milícia Oath Keepers são condenados por invasão do Capitólio... - Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/20/seis-membros-da-milicia-oath-keepers-sao-condenados-por-invasao-do-capitolio-imprensa.htm> Acesso em: 21 mar. 2023.

AGLN. Michael Dieckmann - User Profile. Disponível em: <<https://agln.aspeninstitute.org/profile/2978>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

ALFARO, Marcelo Perez; AGUAYO, Yyannu Cruz; MANZANO, Gador; COX, Claudia; BUCHSBAUM, Bernadete. MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO: NOVAS PRÁTICAS EDUCATIVAS E AGENDA DE POLITICAS (BR-T1246). Documento de cooperação técnica. 2012. Disponível em: <<http://www.iadb.org/Document.cfm?id=37970609>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ALVES, Chico. Novo ministro da educação defende castigo físico para crianças. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/chico-alves/2020/07/10/novo-ministro-da-educacao-defende-castigo-fisico-para-criancas.htm> Acesso em: 22 mar. 2021.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *A política das políticas públicas*: progresso social e econômico na América Latina. Relatório 2006 do BID e do David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007. Disponível em: http://cursos.ufrj.br/grad/admpublica/files/2015/08/A_pol%C3%ADtica_das_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas.pdf Acesso em: 23 fev. 2019.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Procura-se chefe decidido. 2021a. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2002-03-01/procura-se-chefe-decido%2C8947.html> Acesso em: 07 fev. 2021.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Entre recompensa e punição. 2021b. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2002-03-01/entre-recompensa-e-punicao%2C8949.html> Acesso em: 07 fev. 2021.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Entre recompensa e punição. 2021c. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2002-03-01/entre-recompensa-e-punicao%2C8949.html> Acesso em: 07 fev. 2021.

BANCO MUNDIAL. Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos. Sumário executivo, 2010. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1390/atingindo-uma-educacao-denivel-mundial-no-brasil-proximos-passos---sumario-executivo/> Acesso em: 14 set. 2019.

BANCO MUNDIAL. Informe sobre el Desarrollo Mundial 2019: La naturaleza cambiante del trabajo, cuadernillo del “Panorama general”, Banco Mundial, Washington, DC. 2019.

BARRIA, Jose Chen. LinkedIn. Disponível em:
<<https://www.linkedin.com/in/josechenbarria/?originalSubdomain=pa>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

BERGAMASCHI, Ricardo Cechin. Cortes e desmonte das empresas estatais gera demissões, retrocessos e privatizações. 2018. Disponível em:
<<http://www.esquerdadiario.com.br/Cortes-e-desmonte-das-empresas-estatais-gera-demissoes-retrocessos-e-privatizacoes>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. Lo público y lo privado en el Estado Plurinacional de Bolivia: el pulso de la educación boliviana. Polifonías Revista de Educación - Año VII - Nº 19 - 2021 - pp 110-137. Disponível em:
<http://www.polifoniasrevista.unlu.edu.ar/sites/www.polifoniasrevista.unlu.edu.ar/files/site/Revista%20Polifon%C3%ADas%2019%20%283%29.pdf> Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6094. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 3 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e no 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis no 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13134.htm>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL, 2016a. *Lei nº 13.332, de 1º de setembro de 2016*. Altera a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

BRASIL. *Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016b. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017*. 2017a. Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais. Brasília, 2017a. Disponível em:
<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/516928790/decreto-9188-17>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017*. 2017b. Altera o Decreto-Lei no 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Brasília, 2017b.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13491.htm>. Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília, 2017c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 2017e. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei n.º 9.463, de 2018*. Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FBCE67C18482B9F95EF2440339A4250C.proposicoesWebExterno2?codteor=1639808&filename=Avulso+-PL+9463/2018>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL, 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRUNS, Barbara; EVANS, David; LUQUE, Javier. *Achieving world class education in Brazil: the next agenda*. Washington: The World Bank, 2012.

CALDERÓN, Carlos Arcila. Que és la TeleSUR? Revista Latinoamericana de Comunicación. Nº 92, dez. 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1399533.pdf> Acesso em: 21 03 2021.

CAMARGO, Paulo de. Compra e venda de escolas movimentam R\$ 80 bilhões. Revista Educação, edição 277. 2021. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2021/07/26/compra-e-venda-de-escolas-movimentam/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CARABALLO, Darwin. Nota de trabajo #84: REMIX del caso Durruti: ADP sigue apuntándose al pie. EDUCA, 19 maio 2023. Disponível em: <<https://educa.org.do/2023/05/18/nota-de-trabajo-84-remix-del-caso-durruti-adp-sigue-apuntandose-al-pie/>>. Acesso em: 26 jun. 2023

CHILE. Lei nº 20370, de 12 de setembro de 2009. Ley General de Educación. Santiago, Chile. Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1006043>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CHILE. Constituição (1990). Lei nº 18962, de 10 de março de 1990. *Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza*. Santiago, 10 mar. 1990. Disponível em: <https://www.uchile.cl/portal/presentacion/normativa-y-reglamentos/8386/ley-organica-constitucional-de-ensenanza>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CHILE, United States Embassy. **Embajada de EE.UU. apoya con 100 mil dólares cinco iniciativas chilenas que buscan responder a necesidades surgidas por la pandemia**. 2020. Disponível em: <https://cl.usembassy.gov/es/embajada-de-ee-uu-apoya-con-100-mil-dolares-cinco-iniciativas-chilenas-que-buscan-responder-a-necesidades-surgidas-por-la-pandemia/>>. Acesso em: 8 maio. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. A ineficiência da desigualdade. Síntese (LC/SES.37/4), Santiago, 2018. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43442/S1800059_es.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 18 jun. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Panorama Social da América Latina, 2019. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução de Carlos Nelson Coutinho. In: Gramsci, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COX, Cristian. Las políticas educacionales de Chile en las últimas dos décadas del siglo XX. In: COX, C. (Ed.). *Políticas Educacionales En El Cambio De Siglo: La Reforma Del Sistema Escolar En Chile*. p. 19-113. 2003.

DANTAS, André e PRONKO, Marcela. Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos. In: BARROS Anakeila de; BAHNIUK, Caroline; VARGAS, Maria Cristina, FONTES, Virgínia. *Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018, p. 73-98.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Chistian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIARIO OCCIDENTE. **Empresarios por la Educación, un respaldo a la formación de calidad**: una herramienta para la toma de decisiones. Una herramienta para la toma de decisiones. 2021. Disponível em: <https://occidente.co/regionales/empresarios-por-la-educacion-un-respaldo-a-la-formacion-de-calidad/>. Acesso em: 28 maio 2023.

DIAS, Maria Carolina Nogueira; GUEDES, Patrícia Mota. O modelo de escola charter: a experiência de Pernambuco. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial: Fundação Itaú Social, 2010.

EBC. Reduca lança observatório online com dados educacionais da América Latina | EBC Rádios. Disponível em: <<https://radios.ebc.com.br/revista-brasil/edicao/2015-09/reduca-lancou-o-observatorio-educativo-online-que-traz-dados>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

EDUCA. EDUCA invita a la ADP a hacer las cosas de forma diferente. EDUCA, 5 dez. 2019. Disponível em: <<https://educa.org.do/2019/12/05/educa-invita-a-la-adp-a-hacer-las-cosas-de-forma-diferente/>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

EDUCA. Foro Socioeducativo llama al diálogo entre ADP y MINERD. EDUCA, 14 mar. 2018. Disponível em: <<https://educa.org.do/2018/03/14/foro-socioeducativo-llama-al-dialogo-adp-minerd/>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

EDUCA. EDUCA califica como insensata la convocatoria de la ADP a movilizaciones. EDUCA, 18 mar. 2022. Disponível em: <<https://educa.org.do/2022/03/18/educa-califica-como-insensata-la-convocatoria-de-la-adp-a-movilizaciones/>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

EDUCA. Acerca de EDUCA. EDUCA, 2023a. Disponível em: <<https://educa.org.do/nosotros/>>. Acesso em: 10 jun. 2023

EDUCA. Hitos y Logros a través del tiempo. 2023b. Disponível em: <<https://educa.org.do/nosotros/historia/>>. Acesso em: 4 jun. 2023

EDUCACIÓN 2020. ¿Qué es la Prueba INICIA? Santiago de Chile: 2011. Disponível em: http://%20www.educacion2020.cl/sites/default/files/prueba_inicia.pdf Acesso em: 28 maio. 2023.

EDUQUEMOS. RESEÑA HISTÓRICA. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20190723010654/http://eduquemos.org.ni/>>. Acesso em: 28 maio. 2023.

EDUY21.

EL SALVADOR. Ministerio de Educación. USAID, FEPADE e Indufoam se suman al esfuerzo del Gobierno por mejorar infraestructura escolar. Ministerio de Educación, 10 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.mined.gob.sv/2022/03/10/usaide-fepade-e-indufoam-se-suman-al-esfuerzo-del-gobierno-por-mejorar-infraestructura-escolar/>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

ESCOBAR, Pepe. Todo mundo quer pegar carona no Expresso BRICS. Brasil 247. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/todo-mundo-quer-pegar-carona-no-expresso-brics> Acesso em: 23 mar. 2023.

ESTRADA, Paola. Fernando Lugo: “O golpe do Paraguai foi contra a integração da América Latina”. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/25/fernando-lugo-o-golpe-do-paraguai-foi-contr-a-integracao-da-america-latina>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

ESTRELLA, Bianca; LIMA, Larissa. CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

EVANGELISTA, Olinda. Aparentamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (orgs.) *Trabalho, Educação e Políticas Educacionais*. p. 51-71. Campinas, SP. Editora Alínea, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Apresentação: Organizações multilaterais, redes de governança e políticas educacionais. *Roteiro*, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 1–6, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i3.23373. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23373>. Acesso em: 22 abr. 2021.

EXE. Empresarios por la Educación. 2023. Disponível em: <<https://empresariosporlaeducacion.org.pe>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FARO. Informe de Gestión 2022. [2023]. Disponível em: https://grupofaro.org/wp-content/uploads/2023/04/Informe-de-gestion-2022-movil-low_compressed.pdf Acesso em: 18 jun. 2023.

FEPADE. Memoria de labores 1986. [1987]. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABA823.pdf Acesso em: 2 jun. 2023.

FEPADE. **¿QUIÉNES SOMOS?**. 2023a. Disponível em: <<https://fepade.org.sv/quienes-somos/>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FEPADE. **ALIANZAS FEPADE**. 2023b. Disponível em: <<https://fepade.org.sv/quienes-somos/alanzas/>, <https://fepade.org.sv/quienes-somos/alanzas/>>. Acesso em: 2 jun. 2023

FEREMA. 25 años Apoyando la Educación. 2023. Disponível em: <<https://ferema.org/noticias/119>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FERNÁNDEZ, Tomás e TAMARO, Elena. Biografia de Francis Fukuyama. Em Biografias e Vidas. A enciclopédia biográfica online [Internet]. Barcelona, Espanha, 2004. Disponível em https://www-biografiasyvidas-com.translate.google/biografia/f/fukuyama.htm?_x_tr_sl=auto&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt». Acesso em 6 de maio de 2023.

FOLHA online. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> Acesso em: 22 abr. 2021.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Government in Education. *Economics and the Public Interest*, ed. Robert A. Solo New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1955. Disponível em: http://homepage.fudan.edu.cn/jfeng/files/2011/08/role-of-government-in-education_Friedman.pdf Acesso em: 04 jan. 2021.

FOLHA. *Governo Temer quer liberar até 40% do ensino médio a distância*. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/03/governo-temer-quer-liberar-ate-40-do-ensino-medio-a-distancia.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2018.

FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO. *Informe Social 20 anos*. Disponível em: http://fundacaotelefonica.org.br/download.php?dir=pdfs&file=Informe_20anos_interativo.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

FUNDACIÓN OMAR DENGÓ. *Memoria anual 2021*. [2022]. Disponível em: https://fod.ac.cr/wp-content/uploads/2022/09/Memoria-Anual-2021_Version-web.pdf Acesso em: 27 fev. 2023.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, n. 16, 1989, pp. 3–18. Disponível em: www.jstor.org/stable/24027184. Acesso em: 27 fev. 2021.

GARCÍA, David Bojanini. *Nicanor Restrepo Santamaria*. 2017. Grupo de Inversiones Suramericana. Medellín: Fondo Editorial Universidad EAFIT. Disponível em: <https://www.sura.com/arteycultura/wp-content/uploads/2021/01/libro-Nicanor-Restrepo-Santamaria-pdf.pdf> Acesso em: 13 jul. 2022.

GRACÍA, Leda Muñoz. *Su nombre es hoy*. 2021. Disponível em: <https://fod.ac.cr/news/su-nombre-es-hoy/>. Acesso em: 4 jun. 2023

GARRIDO, Joan del Alcazar. A "imunidade soberana" de Pinochet contestada. *Lua Nova*, São Paulo, n. 49, p. 113-133, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000100007>.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRANEMANN, Sara. *Monetarización y financiarización de las políticas sociales: expresiones del neodesarrollismo?*. In: Mariano Féliz y Maria Orlanda Pinassi. (Org.). *La farsa neodesarrollista - y las alternativas populares en América Latina y el Caribe*. 1ªed. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2017, v. 01, p. 233-243.

GRANEMANN, Sara. Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatizações e a acumulação capitalista. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 50-71, maio/ago. 2020. DOI: 10.5965/1984723821462020050.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vários volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2007.

GRAMSCI, Antonio. *Odeio os indiferentes: escritos de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **About The Human Capital Project**. 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital/brief/about-hcp>. Acesso em: 20 jul. 2020.

HANUSHEK, Eric A. Narrative Biography. Stanford University. 2023. Disponível em: <http://hanushek.stanford.edu/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

HE, Laura. Veja três pontos que mostram relação mais estreita entre China e Rússia. CNN Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/veja-tres-pontos-que-mostram-relacao-mais-estreita-entre-china-e-russia/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HESSEL, Rosana. *Governo quer reduzir quadro das estatais federais em 17 mil servidores*. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/01/07/internacional_economia,651818/governo-quer-reduzir-quadro-das-estatais-federais-em-17-mil-servidores.shtml Acesso em: 14 mar. 2018.

IASI, Mauro. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017.

IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE INVESTIGACIÓN SOCIAL (TRICONTINENTAL). O CoronaChoque e a educação brasileira: um ano e meio depois. Dossier nº 43. 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-43-educacao-brasileira-pandemia/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

INTERNACIONAL DE LA EDUCACIÓN AMÉRICA LATINA (IEAL). La política educativa en Paraguay: Comercio educativo en Paraguay. El Estado contra sí mismo / Internacional de la Educación América Latina (IEAL), Observatorio Latinoamericano de Políticas Educativas (OLPE). San José, Costa Rica : Editorial Internacional de la Educación América Latina, 2023. 50 páginas : ilustraciones a color, PDF ISBN 978-9930-548-16-5 Disponível em: https://issuu.com/educationinternational/docs/paraguay_fd162d21963b10 Acesso em: 25 mai. 2023.

JETSTEREO. Historia. 2013. Disponível em: <https://jetstereo07.wordpress.com/historia/>. Acesso em: 10 jun. 2023

JIMENEZ, E.; PATRINOS, H. A. Can Cost-Benefit Analysis Guide Education Policy in Developing Countries?. *Policy Research Working Paper* 4568, The World Bank, 2008.

IDB. Manuel Alvarez Tronge, Author at Enfoque Educación. Enfoque Educación. 2023. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/educacion/en/author/mtronge/>>. Acesso em: 3 jul. 2023

IMF. Acceptances of the Proposed Amendment of the Articles of Agreement on Reform of the Executive Board and Consents to 2010 Quota Increase. 2017. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/sec/misc/consents.htm> Acesso em: 15 mar. 2021.

JORNAL GGN. *Temer desmonta metade do Conselho Nacional de Educação a pedido de Mendonça Filho*. 2016. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/noticia/temer-desmonta-metade-do-conselho-nacional-de-educacao-a-pedido-de-mendonca-filho>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

JOURDAN, Adam; AQUINO, Marco; SPETALNICK, Matt. China ampliou liderança comercial na América Latina durante governo Biden. Reuters. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/china-ampliou-lideranca-comercial-na-america-latina-durante-governo-biden/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

JUNTOS POR LA EDUCACION; MINISTERIO DE EDUCACION Y CULTURA (Paraguai); OEI. Propuestas para la Gobernanza y Agenda Educativa. 2013. Disponível em: <<https://juntosporlaeducacion.org.py/sobre-juntos/>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

JUNTOS POR LA EDUCACION (Paraguai). Propuestas para la Gobernanza y Agenda Educativa. El futuro con educación: Un llamado nacional a la acción. 2018. Disponível em: <<https://juntosporlaeducacion.org.py/sobre-juntos/>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

JUNTOS POR LA EDUCACION (Paraguai). Propuestas para la Gobernanza y Agenda Educativa 2023-2028. Claves de políticas para una educación de calidad. 2023a. Disponível em: <<https://juntosporlaeducacion.org.py/wp-content/uploads/2023/06/Propuestas-para-la-Gobernanza-y-Agenda-Educativa-2023-2028.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

JUNTOS POR LA EDUCACION (Paraguai). Sobre Juntos – Juntos por la Educacion. 2023b. Disponível em: <<https://juntosporlaeducacion.org.py/sobre-juntos/>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LAMOSA, Rodrigo A. C. A nova ofensiva do capital na América Latina: Todos Pela Educação?. In: *VI Seminário da ANPAE-RJ*, 2017, Niterói. Anais do VI Seminário da ANAPE-RJ. Niterói: ANPAE, 2017. v. 1.

LAMOSA, Rodrigo A. C. Fundamentos históricos da atuação do partido do capital na defesa do direito à educação na América Latina. In: VIEIRA;

LAMOSA (orgs.). Todos pela Educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. Curitiba: Appris, 2020. 171 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução*. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>>.

LETRA, Leda. Em decisão histórica, EUA se abstem de votação sobre embargo a Cuba. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/10/1567211> Acesso em: 20 mar. 2021.

LOURENÇO, Luana. Dilma diz que não reduz direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-09/dilma-diz-que-nao-reduz-direitos-trabalhistas-nem-que-vaca-tussa> Acesso em: 15 set. 2019.

MANDEL, ERNEST. O capitalismo tardio. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCHESAN, Ricardo. Eletrobras, Casa da Moeda, aeroportos: 75 privatizações previstas para 2018. 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/13/pacote-privatizacoes-2018.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

MÁRMOL, José. Identidad, Zygmunt Bauman y yo. Disponível em: <<https://eldia.com.do/identidad-zygmunt-bauman-y-yo/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MARTINS, Erika Moreira. *Movimento “Todos pela Educação”*: um projeto de nação para a educação brasileira. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), Campinas, SP, 2013.

MARTINS, E. M. *Empresariamento da educação básica na América Latina*: Redes empresariais prol educação. Tese (Doutorado), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2019/11/tese-erikamm-final.pdf> Acesso em: 10 jan. 2020.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro Terceiro, o processo global de produção capitalista. v. 4. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Nova cultural, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Relação do Estado e do Direito com a propriedade. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.75-77.

MELGAREJO, M. M. *A Agenda do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Educação*: um estudo do acordo com a Rede Municipal de Educação de Florianópolis. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

MELLO, Michele. Entenda o que é o sistema Swift e veja situações em que ele foi usado como arma de Guerra. Revista Brasil de Fato (online). 2022.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/01/entenda-o-que-e-o-sistema-swift-e-veja-situacoes-em-que-ele-foi-usado-como-arma-de-guerra>

Acesso em: 23 mar. 2023.

MELO, Adriana Almeida Sales de; SOUSA, Flávio Bezerra de. A agenda do mercado e a educação no governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, ago. 2017. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>>.

Acesso em: 10 abril 2018.

MENONI, Agustín Cano. Eduy21 y las elecciones. Trending Topic. Semanário Brecha. 2019. Disponível em:

https://www.academia.edu/41264625/Trending_topic_Eduy21_y_las_elecciones

Acesso em: 20 mar. 2023.

MÉSZÁROS, I. Das crises cíclicas à crise estrutural. In **A Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, p. 69-98, 2010.

MÉXICO, Gobierno de. Repositorio Nacional. 2021. Disponível em:

<https://www.repositorionacionalcti.mx/> Acesso em: 09 mar. 2021.

MIR, Juan Pedro; SCHIAPPAPIETRA, Rocío; CORUJO, Luciano; ROSO, Cecilia; OPERTTI, Renato. EDUY21. 26 de dezembro de 2022. Disponível em:

<https://twitter.com/eduy21/status/1607431464039362560?s=20> Acesso em: 09

mar. 2023.

MONCADA, Rosa María Vivas. Empresarios por la Educación en Nicaragua. La Prensa, 30 jun. 2011. Disponível em:

<<https://www.laprensani.com/2011/06/30/opinion/65122-empresarios-por-la-educacion-en-nicaragua>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MORENO, Ana Carolina; MARQUES, Marília. *Após revogar indicações feitas por Dilma, Temer nomeia membros do Conselho Nacional de Educação com seis meses de antecedência*. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/apos-revogar-indicacoes-feitas-por-dilma-temer-nomeia-membros-do-conselho-nacional-de-educacao-com-seis-meses-de-antecedencia.ghtml>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

MOSCHETTI, Mauro Carlos; FONTDEVILA, Clara; VERGER, Antoni. Políticas, procesos y trayectorias de privatización educativa en Latinoamérica. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, e187870, 2019.

NOCHEZ, Francis de. EXPERIENCIA EDUCATIVA EN EL SALVADOR FRENTE A UNA REFORMA EN MARCHA. Conferencia magistral. REDUC. Bogotá, 2001. Disponível em:

<http://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/9645> Acesso em: 3 jun. 2023.

NUNES, Fernanda; LUNA, Denise. *Venda de ativos rende US\$ 17 bi à Petrobrás*. 2017. Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,petrobras-vende-25-da>

participacap-no-campo-do-roncador-para-statoil,70002123869>. Acesso em: 11 mar. 2018.

OLIVA, María Angélica. Política educativa chilena 1965-2009: ¿Qué oculta esa trama?. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 311-328, ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200008>.

ONU. Assembleia Geral renova resolução pedindo fim do embargo a Cuba. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/11/1645862> Acesso em 29 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Mujeres y hombres en la economía informal: Un panorama estadístico*. Geneva. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_635149.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Panorama Laboral 2019*. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019. 152 p. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_732198.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

OTOBONI, Jéssica. O que são os delegados e como funciona o voto indireto nas eleições dos EUA. CNN Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-como-funciona-o-voto-indireto-nas-eleicoes-dos-eua/>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

OURIQUES, Nildo. O diploma no Bolsa Família. O real não se vê, 3 jun. 2023. Disponível em: <<http://nildouriques.blogspot.com/2023/06/o-diploma-no-bolsa-familia.html>>. Acesso em: 9 jun. 2023

PARTIDO NACIONAL. Programa de Gobierno 2020/2025. Uruguai, 2019. <https://lacallepou.uy/descargas/programa-de-gobierno.pdf>

PEACE CORPS. About. 2023. Disponível em: <<https://www.peacecorps.gov/about/>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

PEREIRA, João Márcio Mendes. PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2009. 382 p.

PIRES, Marcos Cordeiro. O deslocamento do eixo econômico mundial do Atlântico para o Pacífico com a emergência econômica da república Popular da china no começo do século XXI. Revista PUC Viva, número 32, A Crise Mundial, julho de 2008. Disponível em: https://www.apropucsp.org.br/_files/ugd/2a264a_2d881b6ebb2c4ab19d47303915eb7595.pdf Acesso em: 23 mar. 2023.

PMDB. Uma ponte para o futuro. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> Acesso em: 15 jan. 2019.

PREAL. Cumbre Latinoamericana de Educación Básica (2001): Briefing Book. Preal, The Conference Center of the Americas. Biltmore Hotel, Miami, Florida, 7-8 de maio, 2001. Disponível em: <http://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2015/04/final-briefing-book-spanish.pdf> Acesso em: 23 mar. 2023.

POMA, Fundación. Conócenos | Fundación Poma. 2023. Disponível em: <<https://fundacionpoma.org/conocenos>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

QUESADA, Clotilde Fonseca. Maestros innovadores: el papel de la informática educativa en el desarrollo profesional de los educadores costarricenses. *Informática Educativa*, 13 (2), 2000.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. *Instrução Normativa nº 1037*, de 4 de junho de 2010. Relaciona países ou dependências com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=16002>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

REDUCA. Declaración constitutiva de la Red Latinoamericana de Organizaciones de la Sociedad Civil por la Educación. Encontro Latinoamericano de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, Brasília, 2011. Disponível em: https://reduca-al.net/narrativa_red/archivos/DeclaraciondeBrasilia.pdf.

REDUCA. *Seminario Internacional Docentes de Latinoamérica: situación actual y desafíos*. 2012. (124 min.). Disponível em: <https://vimeo.com/111521264> Acesso em: 10 dez. 2020.

REDUCA. *REDUCA avanza hacia una agenda latinoamericana por la educación 2014*. Cidade do México, 2013. Disponível em: http://educacion2020.cl/sites/default/files/3erencuentrocomunicado_reduca.pdf Acesso em: 2 jun. 2019.

REDUCA. *Declaração de Lima*. Declaração da REDUCA sobre o Encontro de Ministros da Educação realizada em Lima, organizada pela UNESCO no marco do programa Educação para Todos (EPT), Balanço e Desafios pós-2015. 2014. Disponível em: https://issuu.com/camilopinto/docs/declaracion_de_reduca_encuentro_de. Acesso em: 15 dez. 2019.

REDUCA. *REDUCA Corriente Sur-Sur*. Reduca, 2015a. Disponível em: https://reduca-al.net/narrativa_red/archivos/ReducaCorrienteSur-Sur.pdf Acesso em: 15 dez 2019.

REDUCA. *Pronunciamiento de la Red Latinoamericana de Organizaciones de la Sociedad Civil por la Educación, Previo a la Cumbre de las Américas*. Mar 2015b. Disponível em:

https://issuu.com/camilopinto/docs/pronunciamento_reduca Acesso em: 20 dez. 2020.

REDUCA. *Situación educacional en Chile: una mirada desde los principales indicadores educativos*. 2016. Disponível em: https://reduca-al.net/files/observatorio/reportes/Informe_REDUCAL_ChileA-.pdf

REDUCA. *Hacia una educación inclusiva en América Latina*. 2016. Disponível em: https://reduca-al.net/files/observatorio/reportes/Documento_Base_tema_2016_Educacion_inclusiva_1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

REDUCA. *Hacia una educación inclusiva en América Latina: una aproximación a 14 buenas prácticas en la región*. Santiago de Chile, 2017. Disponível em: https://reduca-al.net/files/observatorio/reportes/Inclusion_Educativa_D.pdf Acesso em: 23 ago. 2019.

REDUCA. *Súper profes y súper directivos: estudio de percepción estudiantil sobre la caracterización de competencias docentes y directivas en américa latina y el caribe y sus marcos regulatorios*. Santiago de Chile, 2017. Disponível em: https://reduca-al.net/files/observatorio/reportes/Super_docentes_y_directivos.pdf Acesso em: 23 ago. 2019.

REDUCA. *Posicionamento*. Disponível em: https://reduca-al.net/files/observatorio/reportes/1_-_Reduca.pdf Acesso em: 23 ago. 2019.

REDUCA. *Narrativa*. Reduca, 2015. In: <http://www.reduca-al.net/narrativa>. Acesso em 1 jun. 2019.

REDUCA; SURA. *Aprender es más: hacer realidad el derecho a la educación en América Latina*. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://educacion2020.cl/wp-content/uploads/2018/11/Aprender-es-ma%cc%81s.pdf> Acesso em: 20 dez. 2020.

RESENDE, Marcos Toroco. A trajetória dos chicao boys no interior do estado chileno: economistas, instituições e conflitos. 2020. Disponível em: https://www.abphe.org.br/uploads/X_Enc_Pos_Osasco_2020/Marcos%20Taroco.pdf Acesso em: 28 dez. 2022.

REUTERS. América Latina e Caribe: últimas contagens mundiais, gráficos e mapas do coronavírus. 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/graphics/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/regions/latin-america-and-the-caribbean/> Acesso em: 28 dez. 2022.

RIBEIRO, Jorge Antonio da Paz. RELAÇÕES ECONÔMICAS E DIPLOMÁTICAS ENTRE O CHILE E A CHINA NO PERÍODO 2005-2020 FACE À PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA DO SUL (PANORAMA PRELIMINAR). In: Anais do Seminário de Graduação e Pós-graduação em Relações Internacionais. Anais...São Paulo (SP) IRI-USP, 2022. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/spabri2022/503352-RELACOES-ECONOMICAS-E-DIPLOMATICAS-ENTRE-O-CHILE-E-A-CHINA-NO->

PERIODO-2005-2020-FACE-A-PRESENCA-CHINESA-NA-AMERIC>. Acesso em: 24 mar. 2023.

RIVAS, Axel. América Latina después de PISA: lecciones aprendidas de la educación en siete países (2000-2015). 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación CIPPEC, 2015. 360 p. Disponível em: http://mapeal.cippec.org/wp-content/uploads/2015/05/Rivas_A_2015_America_Latina_despues_de_PISA.pdf Acesso em: 12 jan. 2021.

RIVERA, Francisco Robles. Élités en El Salvador: cambios y continuidades (2000-2016). Anuario de Estudios Centroamericanos, Universidad de Costa Rica, 43: 99-124, 2017. ISSN: 0377-7316. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aec/v43/2215-4175-aec-43-99.pdf> Acesso em: 24 mar. 2023.

SADER, Emir. *Governo Temer ataca os bancos públicos e se afasta das políticas sociais*. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2017/02/governo-temer-ataca-os-bancos-publicos-e-se-afasta-das-politicas-sociais>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Revista Educação e Fronteiras On-Line*, v. 4, p. 21-38, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. *Momento: diálogos em educação*, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago, 2018.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para o estudo de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves; LARA, Ângela Mara de Barros (org.). Políticas para a educação: análises e apontamentos. Maringá, PR: EDUEM, 2011, p. 15-38.

SILVA, Roseli da. Anexo de Análise Econômica. 2010. Disponível em: <http://www.iadb.org/Document.cfm?id=36767197> Acesso em: 18 nov. 2019.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Organismos Supranacionais: a construção de uma concepção de mundo em torno da integração da Educação Superior - o caso do Brasil. *Trabalho Necessário*, v. 10, p. 1-20, 2012.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Mercosul Educacional: convergência da política de educação superior brasileira e política de integração regional. *Trabalho Necessário*, v. 21, p. 111-141, 2015.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. A Relação Estado Supranacional e Estado Ampliado: contribuições à crítica dos processos de integração, regionalização e internacionalização da economia, das políticas de ciência, tecnologia e inovação e de educação. In: X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado, 2018, Niterói. Anais do X Simpósio Estado e Poder: Estado Ampliado. Niterói: Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Poder no Brasil, 2018. p. 1081-1094.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Baile de máscaras. *Praxis e hegemonia popular*, v. 5, p. 136-156, 2020a.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Os rumos da educação em questão: da - hegemonia às avessas- à crise de hegemonia. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 12, p. 325-336, 2020b.

TELLO, C.; MAINARDES, J. A educação secundária na América Latina como um direito democrático e universal: uma análise de documentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 28, n. especial, p. 155-179, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Cem dias sem avanços. 2019. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/monitoramento-governo-cem-dias-sem-avancos/> Acesso em: 22 mar. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Nota técnica*: ensino a distância na educação básica frente a pandemia da Covid-19. Abr. 2020a. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=. Acesso em: 10 nov. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação na Pandemia: CNE fala sobre diretrizes para o aproveitamento do horário letivo no contexto da pandemia. 2020b. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-na-pandemia-diretrizes-para-o-aproveitamento-do-horario-letivo-pos-pandemia-esta-quase-pronto_-diz-cne/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Posicionamento sobre entrevista do ministro da educação, Milton Ribeiro, ao programa canal livre. 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/posicionamento-sobre-entrevista-do-ministro-da-educacao-milton-ribeiro-ao-programa-canal-livre/> Acesso em: 22 mar. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Quem Somos. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

TOKARNIA, Mariana. Entidades educacionais apresentam propostas ao governo de transição. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/entidades-educacionais-apresentam-propostas-ao-governo-de-transicao> Acesso em: 22 mar. 2021.

TORTELLA, Thiago. Invasão do Capitólio completa um ano: relembre o ataque à democracia dos EUA. CNN Brasil. 2022. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-ao-capitolio-completa-um-ano-relembre-o-ataque-a-democracia-dos-eua/> Acesso em: 03 mar. 2022.

TRONGÉ, Manuel Álvarez. Manuel Álvarez Trongé | LinkedIn. 2023. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/manuel-%C3%A1lvarez-trong%C3%A9-283a0651/?originalSubdomain=ar>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

UNIDOS POR LA EDUCACIÓN (Panamá). Unidos x Educación. Twitter, 2 abr. 2018. Disponível em: <<https://twitter.com/UxlaE/status/98088227246229505>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

UNIDOS POR LA EDUCACIÓN (Panamá). Unidos por la Educación. 1 dez. 2022a. Facebook: unidos.educacion. Disponível em: <https://www.facebook.com/unidos.educacion>. Acesso em: 30 jun. 2023.

UNIDOS POR LA EDUCACIÓN (Panamá). Unidos x Educación. 21 jul. 2022b. Twitter: @UxlaE. Disponível em: <https://twitter.com/UxlaE>. Acesso em: 30 jun. 2023.

USAID. MIDEH PROJECT HONDURAS. QUARTERLY REPORT FOR APRIL THROUGH. Junho de 2012. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00SXX1.pdf Acesso em: 28 maio. 2022.

USAID. NICARAGUA - COUNTRY DEVELOPMENT COOPERATION STRATEGY. 2013. Disponível em: https://2017-2020.usaid.gov/sites/default/files/documents/1862/USAID_NICARAGUA_FINAL_PUBLIC_31114_updated20202.pdf Acesso em: 28 maio. 2022.

VALOR. Embraer terá 49% de empresa a ser criada com Boeing. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/02/25/embraer-tera-49-de-empresa-a-ser-criada-com-boeing-diz-o-globo.ghtml> Acesso em: 23 jan. 2019.

VAZQUEZ, D. A. et al. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 304–317, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/XTMw5xNXxS4zK9BK3pbBxxg/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 02 mai. 2023.

VÁSQUEZ, Matías Andrés Reeves. *Liderazgo directivo en escuelas de altos niveles de vulnerabilidad social. Tesis para optar al grado de Magíster en Gestión y Políticas Públicas*. Universidad de Chile, 2010. Disponível em: http://www.cybertesis.uchile.cl/tesis/uchile/2010/cf-reeves_mv/pdfAmont/cf-reeves_mv.pdf

VEGAS, E.; GONZALEZ, K. H.; VERA, T. 2013. *Documento de marco sectorial de educación y desarrollo infantil temprano*. Banco Interamericano de Desarrollo, División de Educación. Maio de 2013. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2016.

VEGAS, E.; ELACQUA, G. MARTÍNEZ, E.; BOS, M. S.; GONZALEZ, K. H. 2016. *Documento de marco sectorial de educación y desarrollo infantil*

temprano. Banco Interamericano de Desarrollo, División de Educación. Junio de 2016. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2017.

WAISSBLUTH, Mario. Una propuesta socialdemócrata. Revista Qué Pasa. 2007. Disponível em: https://www.mariowaisbluth.com/secciones/articulos/pdf/propuesta_socialdemocrata.pdf Acesso em: 24 mar. 2021.

WAISSBLUTH, Mario. *Curriculum*. 2021. Disponível em: <https://www.mariowaisbluth.com/?pg=curriculum> Acesso em: 26 mar. 2021

WARNKEN, Cristián. Carta amarilla a mis hijos. Revista Pauta (online). 2021. Disponível em: <https://www.pauta.cl/cartas-de-cristian-warnken/carta-amarilla-a-mis-hijos-funas-ultra-izquierda-cristian-warnken> Acesso em: 23 jan. 2022.

WEBARCHIVE. Educación 2020. 2020. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180314051954/http://www.educacion2020.cl:80/s> taff Acesso em: 23 jan. 2022.

WINKLER, Donald R. The Design and Administration of Intergovernmental Transfers: Fiscal Decentralization in Latin America. World Bank Discussion Papers 235. ISBN 0-8213-2822-0. 1994. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=I94l6t7GieMC> Acesso em: 07 fev. 2021.

WORLD BANK. The Human Capital Index 2020 Update: Human Capital in the Time of COVID-19. World Bank, Washington, DC. 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34432> Acesso em: 20 jan. 2020.

WORLD BANK. Felipe Goya. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/team/felipe-goya> Acesso em: 07 fev. 2021.

YBARRA, Luis Antonio Ccopa; SOARES, Marisa. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E PERU. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 108–127, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n1.37331. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/37331>. Acesso em: 1 maio. 2023.

ZANATTA, Humberto Gabbi.; ALVES, Francisco. América Latina. Intérprete: Cleomar Guglielmi e Grupo Itapevi. In: 1º FESTIVAL DE MÚSICA NATIVA DO PARANÁ. Cante Terra. Direção Artística: Nilo Odone Sehn. Porto Alegre: Discoteca Produções, 1987. 1 disco sonoro (43 min), 33 1/3 rpm, estéreo. 12 pol. Lado A, faixa 1 (4 min 36 s).

APÊNDICE A – EL SALVADOR

Figura 6 – Dados gerais de El Salvador



Fonte: Siteal (2023).

Quadro 22 – Membros fundadores da Fepade em 31 de dezembro de 1986

Aben, Peter	Marchesini, Francisco
Abrego, Roberto	Martinez, Lino
Aguirreurreta, Luis	Mathies, Roberto
Alfaro Castillo, Enrique	Mejía, Leonel
Alfaro Castillo, Guillermo	Mejía Alférez, Carlos A.
Alfaro Vilanova, Rafael	Meléndez, Manuel
Alvarez Geoffroy, Alfonso	Membreño, Rubén
Alvarez Gotay, Jaime	Méndez, Godofredo
Alvarez Lemus, Alfonso	Menéndez, Eduardo
Alvarez López, Arturo	Merazzo Pinto, Carlos
Alvarez Meza, Arturo	Meza Hill, Arturo

Alvarez Prunera, Francisco	Miguel, Miguel
Alvarez Prunera, Luis	Molina Batlle, Mario
Alvarez Zaldivar, Rafael	Montalvo, José Luis
Arathor Daglio, Ronald Rainier	Montenegro Palomo, Ricardo
Andino, Mario	Moore, Ramsey L.
Andreu, Luis	Moreno, Rafael Ernesto
Apóstolo, Pedro Luis	Moreno, Victor Manue
Araujo, Carlos Enrique	Murray, Roberto H.
Arrieta Gálvez, Jaime	Murray Meza, Roberto H.
Augspurg, Roberto	Murillo, Carlos Hipólito
Avalos, José Luis	Nasser, Jacobo
Avelar, José Carlos	Newton, Harlow
Avila Qüiehl, Guillermo	Nottebohm, Juan Felipe
Avila Qüiehl, Ramón	Nottebohm, Kurt
Avilés, Carlos	Novoa, Constantino
Ayala, Eduardo Héctor	Novoa Yúdice, Guillermo
Bahaia, Elias Jorge	Nieto, Rafael Isidoro
Bahaia Ghia, Jorge	Núñez, Eduardo
Bahaia, Jorge	Ortiz Avalos, Roberto
Baires, Filadelfo	Ortiz Mancía, Alfredo
Baldochi Dueñas, Archie	Orellana Milla, Roberto
Balzaretti, Gerardo	Paggi, Giannetto
Balzaretti, Ricardo	Palacios, Carlos
Batres B., Oscar Manuel	Palomo C., Carlos Enrique
Belismelis, José Gustavo	Palomo, Roberto
Bloch, Federico	Pascual Portet, Jaime
Boet, Ricardo	Perla, Antonio
Boillat, Carlos	Pineda Letona, Roberto
Borgo Bustamante, Enrique	Pinto, Miguel Angel
Borja, Carlos	Pocasangre, Arnoldo
Calderón Sol, Armando	Poma, Luis
Calleja M., Francisco	Poma, Ricardo
Call, José Domingo	Porras, Carlos
Call Imberton, Eduardo	Preza Quezada, Roberto
Campos Cedillos, Jorge Ernesto	Quirós, José Angel
Cantizano Bettaglio, Mario C.	Quirós, José Antonio
Cartagena, Gustavo	Quirós, Roman
Castaneda Cornejo. Ricardo	Quirós, Samuel
Castaneda Vides, J. Eduardo	Quiñónez de Maldonado, Claudia
Castellanos, Rafael	Quiñónez Meza, Roberto
Castillo, Ernesto	Reyes, Heriberto
Castillo Mayorga, Félix	Reyes, Raúl
Castro Maceda, Moisés	Rivas Cierra, Edwin
Catani, Sergio	Rodas, Genaro

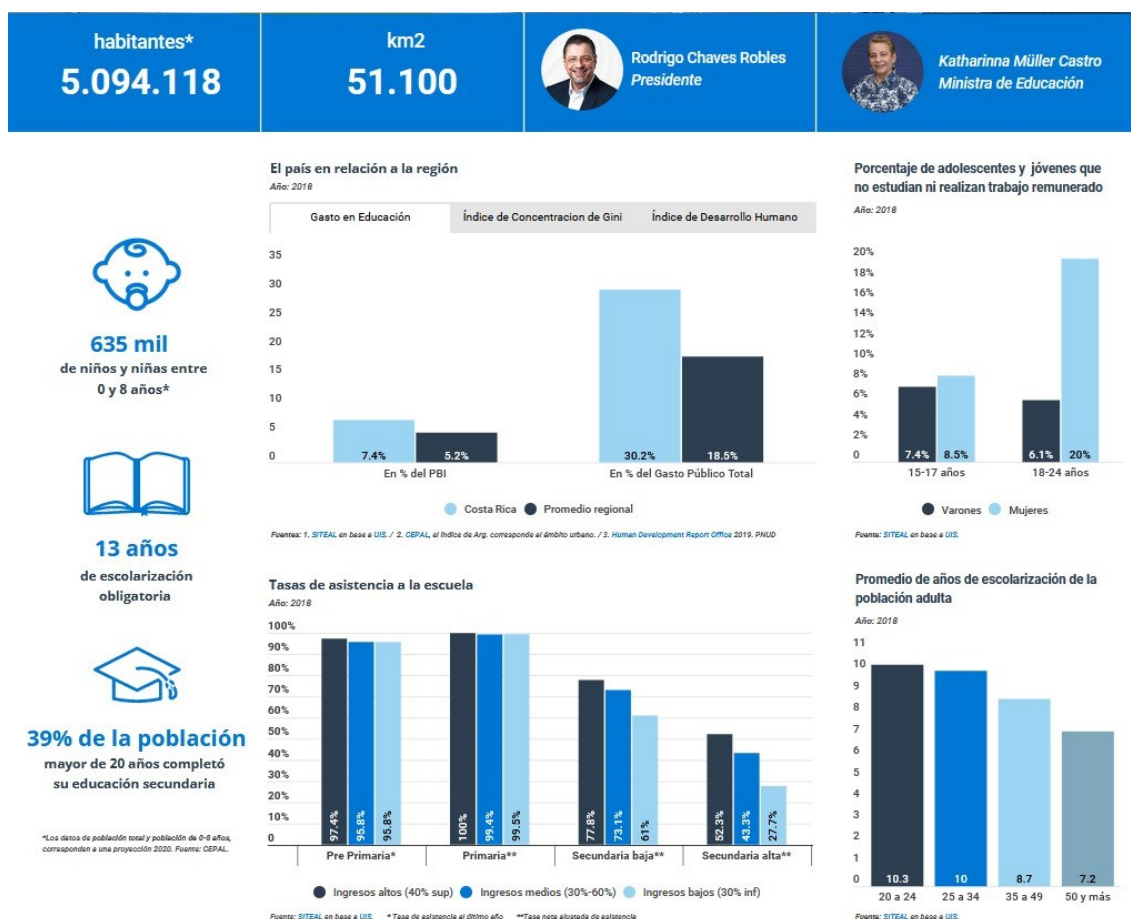
Cohen, Alberto	Rodríguez, Abraham
Coró, Guiseppe	Rodríguez, Alejandro
Cristiani, Alfredo	Rodríguez, Edmundo
Cruz Castro, Alfredo	Rodríguez Loucel h., Rafael
Chávez Palomo, Armando	Salaverría, José Antonio
Choussy R., Maurice	Salaverría, Juan Federico
Daboub, Alberto	Salaverría A., Miguel Angel
Davis, Alberto A.	Salaverría P., Miguel Angel
De Sola, Francisco R. R.	Salume, Adolfo
Domenech, Juan José	Santamaría, Oscar Alfredo
Dumont Alvarez, Roberto	Santamaría Rojas, J. Mauricio
Dutriz, Alex	Sagrera, Edwin
Dutriz, José Alfredo	Schildknecht, Alfredo
Dutriz, José Roberto	Schildknecht, Rodolfo
Dutriz, Rodolfo	Simán, Abraham José
Escalón López, Rafael	Simán, Félix Jose
Escobar, Carlos Patricio	Simán, Félix
Esterski, Boris	Simán, José Eduardo
Espino Nieto, Alfredo	Simán, Salvador José
Frech, Freddie	Simán, Ricardo
Freund, Ernesto	Simán, Teófilo
Funes Hartmann, Eduardo	Simán, Teófilo José
Gallardo de Cano, Cecilia	Simán Dada, Miguel Angel
Garay, Ruffino	Simán Dada, Guillermo J.
Garcia Prieto, Enrique	Simán Mario Alberto
Giacoman, Miguel	Simán Dada, Silvia Inés
Gómez Aguirreureta, José A.	Simán Dada, Salvador J.
González Giner, Ramón	Simán de Saca, Rosa María
González, Ulises	Sol de Novoa, Ana Cristina
Gutiérrez Ruiz, Manuel	Sol Meza, Enrique Alberto
Guttfreund, Enrique	Steiner, Victor
Hill A., Ricardo	Stubig, Mauricio
Hill, Harold	Suárez, Enrique
Hill, Jaime A.	Suárez, Ricardo
Hill, Roberto	Suster, Saúl
Hill Llanos, Roberto Manuel	Tesak, Pablo
Hirlemann, Carlos	Tinoco de Meza, Anabel
Hirst Cohen, Roberto	Tobar, J. Jorge
Interiano, Armando	Tona, Arturo
Keilhauer, Victor	Torres, Abelardo
Kriete Avila, Ricardo H.	Trigueros Hecht, Rafael
Kriete Avila, Roberto	Urquilla Schonenberg, Pedro
López Bernal, Jorge	Valiente, Eduardo
Liévano Della Torre, Mirna	Valiente, Manuel Arturo
Lima, Mauricio	Valiente, Mario

López Alvarez, Eduardo	Valiente Perdomo, Guillermo
López Andreu, Conrado	Velasco, Mario Luis
López Batista, Ricardo	Ventura Gomar, Rubén
López Davidson, Eva	Vilanova Molina, Roberto
López, Franklin	Vifllafuerte, Arnoldo
López Harrison, Eduardo	Yarhi, David
López Lindo, Luis Ernesto	Yarhi, Nassin
Llach, Prudencio	Yaffar Chedraui, Eduardo
Llach Hill, Roberto	Zablah, José Luis
Maldonado, Juan Vicente	Zablah Touché, Eduardo A.
Mancía de Mejía, Luisa M.	Zablah Touché, Jorge.

Elaboração própria. Fonte: Fepade, 2023.

APÊNDICE B - COSTA RICA

Figura 7 – Dados gerais da Costa Rica



Fonte: Siteal (2023).

Figura 8 – Sócios e doadores da Fundación Omar Dengo em 2015



Fonte: Fundación Omar Dengo, 2022.

Figura 9 – Sócios da Fundación Omar Dengo em 2021 (parte 1)

Socios durante el 2021



Fonte: Fundación Omar Dengo, 2022.

Figura 10 – Sócios da Fundación Omar Dengo em 2021 (parte 2)



Fonte: Fundación Omar Dengo, 2022.

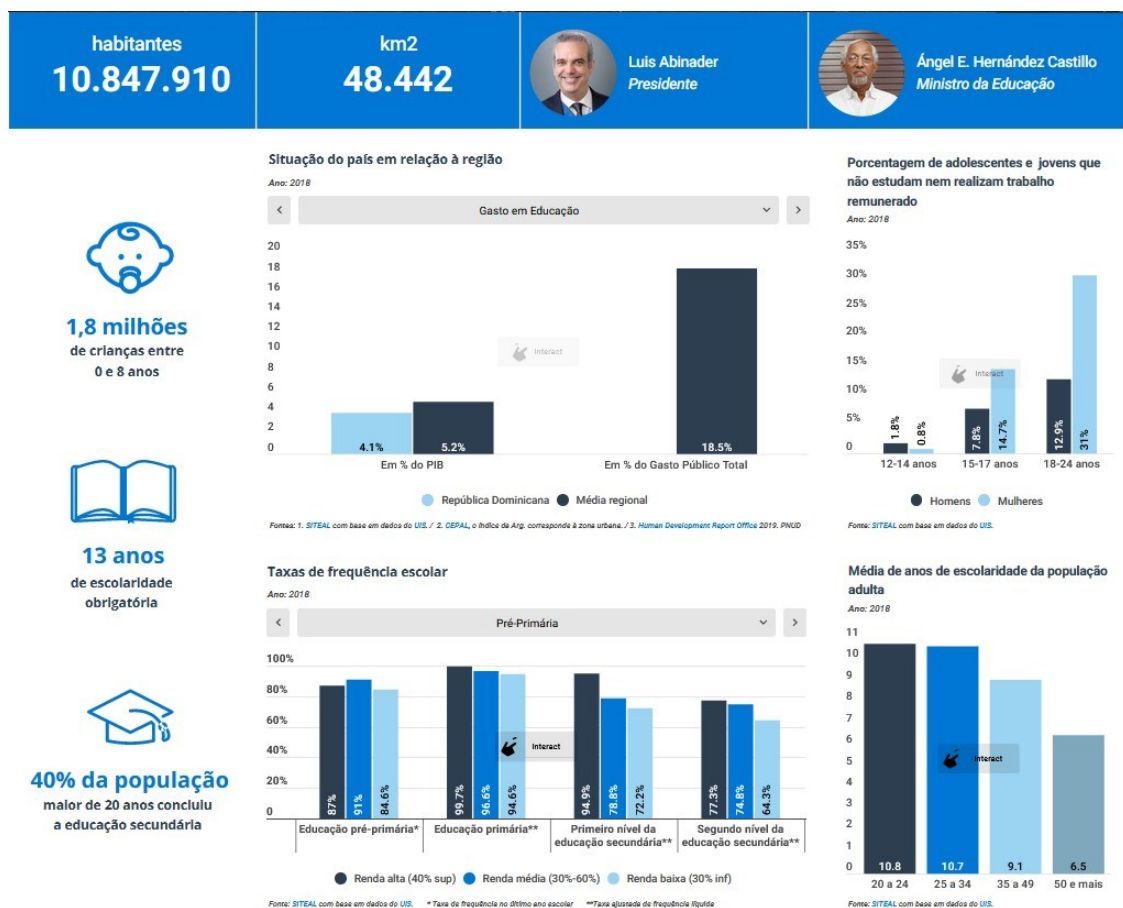
Figura 11 – Novas alianças da Fundación Omar Dengo em 2021



Fonte: Fundación Omar Dengo, 2022.

APÊNDICE C - REPÚBLICA DOMINICANA

Figura 12 – Dados gerais da República Dominicana



Fonte: Siteal (2023).

APÊNDICE D – HONDURAS

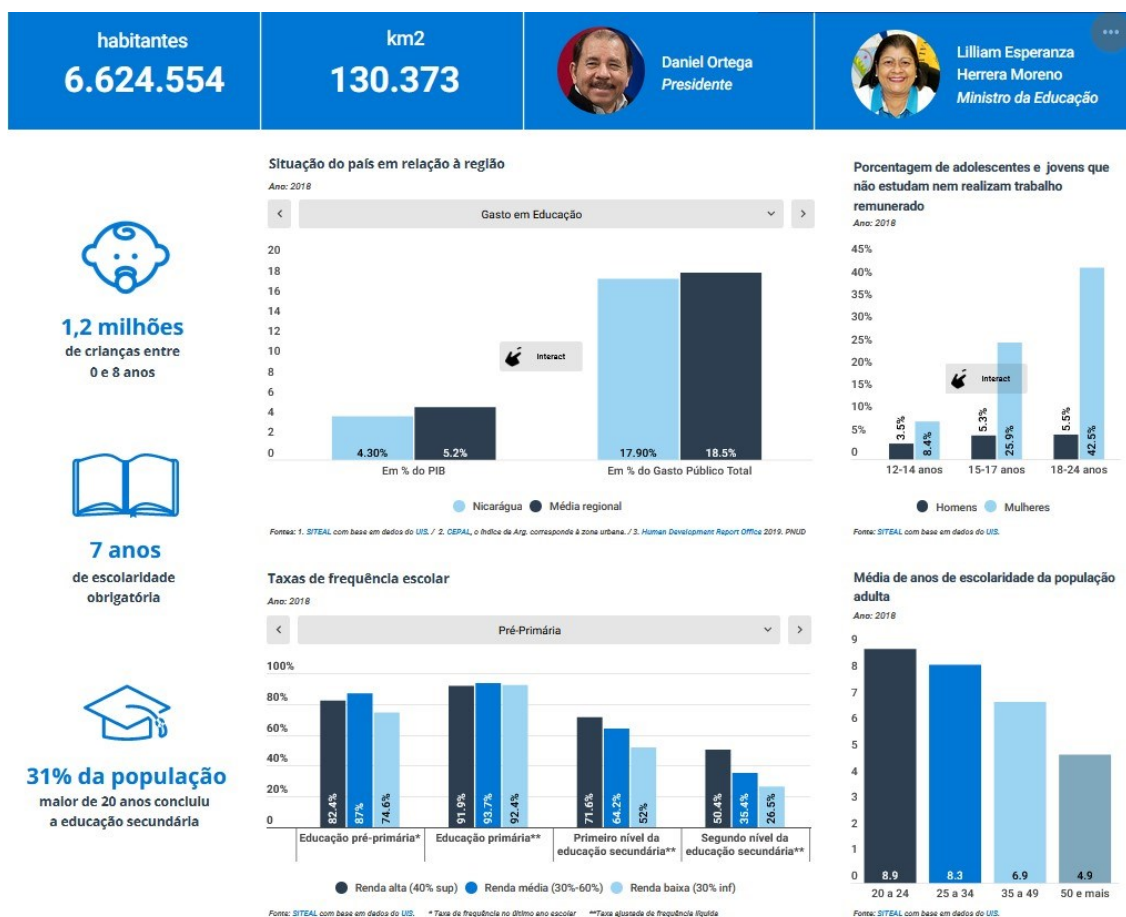
Figura 13 – Dados gerais de Honduras



Fonte: Siteal (2023).

APÊNDICE E – NICARÁGUA

Figura 14 – Dados gerais de Nicarágua



Fonte: Siteal (2023).

APÊNDICE F – ARGENTINA

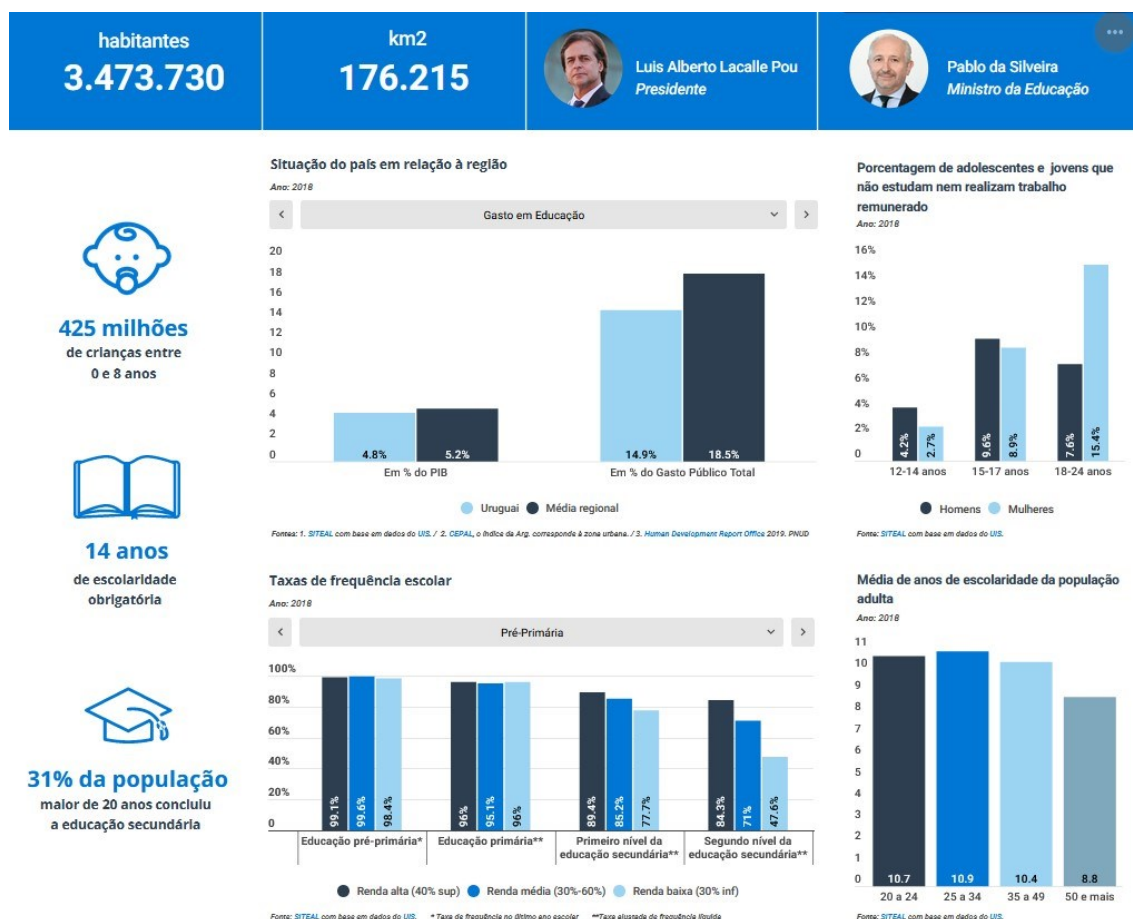
Figura 15 – Dados gerais da Argentina



Fonte: Siteal (2023).

APÊNDICE G - URUGUAI

Figura 16 – Dados gerais do Uruguai



Fonte: Siteal (2023).

Apresentamos a seguir excertos da página www.eduy21.com antes de ela ser retirada do ar, registradas no portal *Internet Archive – Wayback Machine* (web.archive.org) em julho de 2017 (EDUY21, 2017):

Misión

Somos una iniciativa ciudadana comprometida con una educación equitativa de calidad a lo largo de toda la vida, que esté orientada a las necesidades sociales del país e individuales de sus ciudadanos, que asuma los desafíos del siglo XXI y que contribuya al logro de una sociedad más justa, inclusiva, cohesiva, pacífica y competente.

Visión

Promovemos un sistema educativo integrado orientado a la formación de las competencias del siglo XXI de tal modo que le permitan al país y a cada uno de sus ciudadanos desarrollarse plenamente y actuar propositiva y competentemente en la sociedad.

Alentamos un debate educativo ciudadano sin exclusiones de ningún tipo, que invite a que estudiantes, familias, sindicatos, cámaras empresariales, partidos políticos, líderes de opinión, colectivos organizados de la sociedad civil y personas interesadas puedan aportar y construir colectivamente.

Nos regimos por los valores de formación ciudadana republicana, inclusión y excelencia que son punto de referencia para el desarrollo integral de las personas acordes a sus motivaciones e intereses, y para la sustentabilidad de la sociedad.

Propiciamos modelos educativos diversos y flexibles para igualar en oportunidades y resultados educativos, gestionados profesionalmente, sostenibles y adecuados a las diversas necesidades individuales y del contexto.

Líneas estratégicas de acción

Promoveremos el debate educativo como un campo que no admita exclusiones de ningún tipo e invite a que cualquier persona interesada pueda aportar sobre qué educación queremos, para qué ciudadano y para qué sociedad.

Contribuiremos a la gestación de un acuerdo del sistema político asentado en una agenda educativa robusta en diálogo con los sectores educativos, sociales y productivos.

Asumiremos la responsabilidad republicana de elaborar una propuesta de cambio educativo que se explicita en un plan educativo nacional a mediano plazo sustentado en la pluralidad de crisoles, afiliaciones y posicionamientos que caracterizan a nuestra sociedad.

Nos comprometemos a contribuir a la formación de una masa crítica en educación, a través de diferentes modalidades de formación, elaboración y propuesta, utilizando posibilidades presenciales, digitales, y redes; asentada en tres ejes orientadores:

Un fuerte respeto a lo que los datos y el conocimiento especializado nos indica.

La plena incorporación del saber de los actores que forjan el milagro educativo en cada aula y centro educativo.

La apertura para buscar en el mundo y en nuestra experiencia propia las claves de un cambio profundo y sustentable.

Quadro 23 - Sócios fundacionais da Eduy21 (2017)

Adriana Aristimuño	Ignacio Munyo
Adriana Tróccoli	Javier de Haedo
Alejandra Erramuspe	Javier Lasida
Ana Cristina García	Jorge Ottavianelli
Ana Dora Vila	José Rilla
Ana Ribeiro	Juan Martín Fernandez
Ana Ribero	Juan Pedro Mir
Andrea Cabot	Luis Pedernera
Ariel Cuadro	Luz Santos
Ariel Fripp	Manuel Nieto
Beatriz Macedo	Marcelo Martinez
Beatriz Peluffo	María Ester Mancebo
Bruno Gili	Mauro Amarillo
Carlos Varela	Nicolás Herrera
Carmen Lepre	Noralí Dualde
Cecilia Zaffaroni	Oscar Castro
Claudio Del Pup	Pablo Cayota
Cristina Vázquez	Pablo Da Silveira
Darwin Caraballo	Patricia Viera
Denise Vaillant	Pedro Ravela
Diego Balestra	Renato Operti
Diego Silva	Ricardo Vilaró
Dora Garzolo	Richard Read
Edh Rodríguez	Robert Silva
Eduardo de Leon	Roberto Oliver
Eduardo Sanguinetti	Rodrigo Arim
Enrique Martinez Larrechea	Ruben Martinez
Federico Rodríguez	Rudyard Pereyra
Fernando Casanova	Selva Andreoli
Fernando Filgueira	Shirley Young
Fernando Lorenzo	Sonia Scaffo
Gabriel Oddone	Sylvia Gonzalez Mujica
Gerardo Caetano	Tabaré Fernández
Gonzalo Frasca	Teresita Gonzalez
Guillermo Fossati	Verónica De León
Gustavo Viñales	Virginia Piedra Cueva
Hector Bouzón	

Fonte: Eduy21 (2017).

Quadro 24 – Comitê acadêmico do Eduy21 (2017)

Adriana Aristimuño	Javier Lasida
Adriana Tróccoli	José Rilla
Ana Cristina García	Juan Martín Fernandez
Andrea Cabot	Juan Pedro Mir
Ariel Cuadro	Luis Pedernera
Ariel Fripp	Luz Santos
Beatriz Macedo	Manuel Nieto
Beatriz Peluffo	Marcelo Martinez
Carlos Varela	María Ester Mancebo
Carmen Lepre	Mauro Amarillo
Claudio Del Pup	Oscar Castro
Darwin Caraballo	Pablo Cayota
Denise Vaillant	Pablo Da Silveira
Diego Silva	Pedro Ravela
Dora Garzolo	Ricardo Vilaró
Edh Rodríguez	Robert Silva
Eduardo De León	Roberto Oliver
Enrique Martínez Larrechea	Rudyard Pereyra
Federico Rodríguez	Shirley Young
Fernando Casanova	Sonia Scaffo
Gabriela Bañuls	Sylvia Gonzalez Mujica
Gonzalo Frasca	Tabaré Fernández
Guillermo Fossati	Teresita Gonzalez
Hector Bouzón	Verónica De León
Ignacio Munyo	Virginia Piedra Cueva

Fonte: Eduy21 (2017).

Quadro 25 – Comissão honorária do Eduy21 (2017)

Alejandra Erramuspe	Gabriel Oddone
Ana Ribeiro	Gerardo Caetano
Bruno Gili	Gustavo Viñales
Cecilia Zaffaroni	Javier de Haedo
Cristina Vázquez	Jorge Ottavianelli
Diego Balestra	Renato Opertti
Eduardo Sanguinetti	Richard Read
Fernando Filgueira	Rodrigo Arim
Fernando Lorenzo	Selva Andreoli

Fonte: Eduy21 (2017).

APÊNDICE H – COLÔMBIA

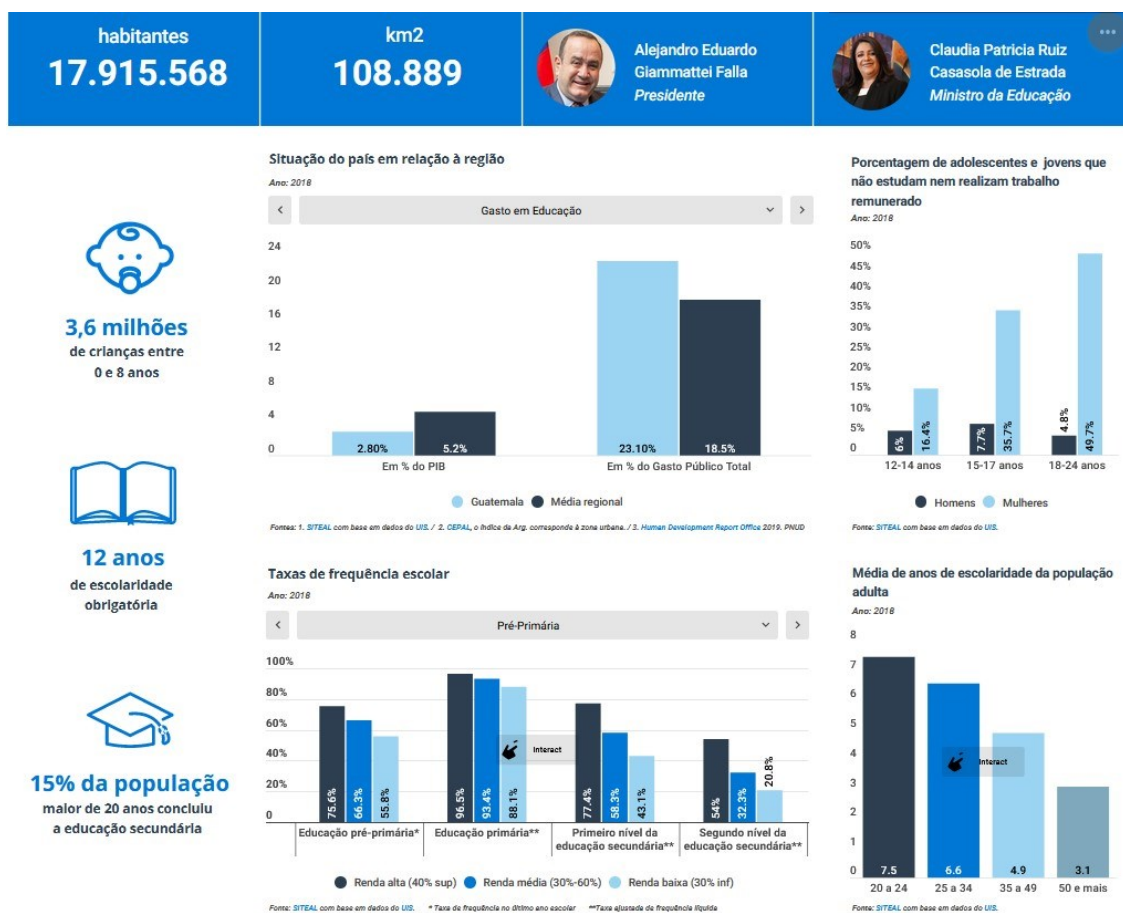
Figura 17 – Dados gerais de Colômbia



Fonte: Siteal (2023).

APÊNDICE I – GUATEMALA

Figura 18 – Dados gerais de Guatemala



Fonte: Siteal (2023).

Figura 19 – Sócios na categoria Platino Gran Jaguar do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023)



Fonte: Empresarios por la Educación, 2023.

*Figura 20 – Sócios na categoria Oro do Empresarios por la Educación
(Guatemala, 2023)*



Fonte: Empresarios por la Educación, 2023.

*Figura 21 – Sócios na categoria Jade do Empresarios por la Educación
(Guatemala, 2023)*



Fonte: Empresarios por la Educación, 2023.

Figura 22 – Sócios nas categorias Prata e Bronze do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023)



Fonte: Empresarios por la Educación, 2023.

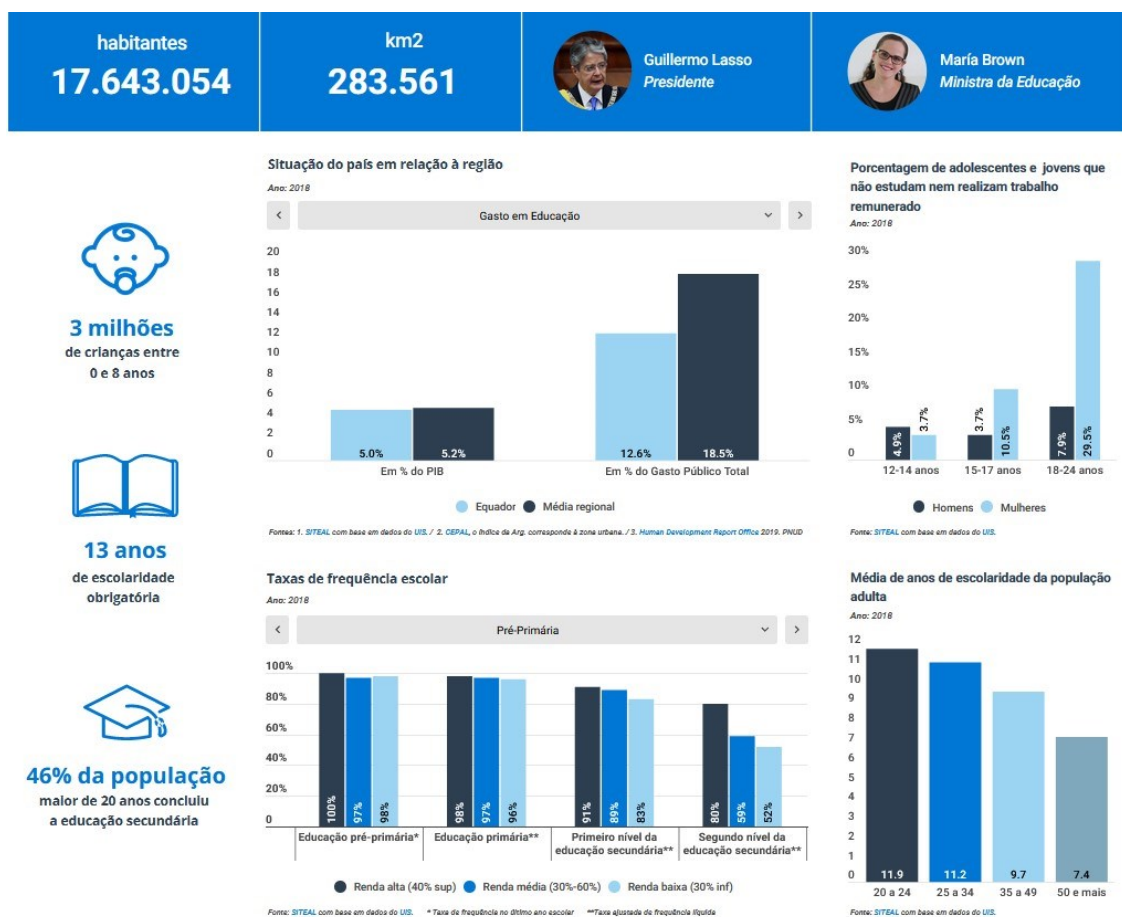
Figura 23 – Outros doadores Jaguar do Empresarios por la Educación (Guatemala, 2023)



Fonte: Empresarios por la Educación, 2023.

APÊNDICE J – EQUADOR

Figura 24 – Dados gerais de Equador



Fonte: Siteal (2023).

APÊNDICE K – BRASIL

Figura 25 – Dados gerais do Brasil



Fonte: Siteal (2023).

Quadro 26 - Sócios fundadores do Todos Pela Educação (Brasil)

Albert Alcouloubre Jr.
Alberto Pfeifer Filho
Ana Beatriz Moser
Ana Lucia D'Império Lima
Ana Maria dos Santos Diniz
Antônio Carlos Gomes da Costa (falecido)
Antônio Jacinto Matias
Antônio Athayde
Beatriz Johannpeter
Carlos Alberto Libânio Christo – Frei Betto
Carlos Mário Siffert
Célio da Cunha
Celso Antunes

Cenise Monte Vicente
Cesar Callegari
Cláudia Costin
Cláudio de Moura Castro
Cláudio Luiz Haddad
Cleuza Rodrigues Repulho
Cristovam Buarque
Daniel Feffer
Denise Aguiar Alvarez
Eduardo Giannetti da Fonseca
Emílio Alves Odebrecht
Fábio Colletti Barbosa
Fernando Haddad

Fernando Luiz Abrucio
Fernando Rossetti Ferreira
Fernão Bracher (falecido)
Francisco Aparecido Cordão
Francisco de Assis Pinheiro
Gilberto Dimenstein
Gustavo Berg Ioschpe
Heloisa Maria Martins Coelho
Horácio Lafer Piva
Hugo Guimarães Barreto Filho
Isaac Chaves Edington
Jailson de Souza e Silva
Jayme Sirotsky
Jorge Gerdau Johannpeter
Jorge Paulo Lemann
José Ernesto Freitas de Camargo
José Fernando César de Mattos
José Francisco Soares
José Henrique Paim Fernandes
José Paulo Soares Martins
José Pereira de Oliveira Junior
José Roberto Marinho
José Vicente
Klaus Gerdau Johannpeter
Luís Norberto Pascoal
Luiz Paulo Montenegro
Luis Roberto Pires Ferreira
Luiz de Alencar Lara
Luiz Horta Erlanger
Marcelo Cortes Neri
Marcos Antonio Magalhães
Maria Alice Setúbal
Maria Auxiliadora Seabra Rezende
Maria de Salette Almeida e Silva
Maria de Souza Aranha Meirelles
Maria do Carmo Brant de Carvalho
Maria do Pilar Lacerda A. e Silva
Maria Helena Guimarães de Castro
Maria Inês Joaquim de Carvalho
Maria Lucia Meirelles Reis
Marie-Pierre Poirier
Mário Aquino Alves
Mario Sergio Cortella
Mariza Vasques de Abreu

Milú Villela
Mozart Neves Ramos
Naércio Aquino Menezes Filho
Nelson Pacheco Sirotsky
Nilma Santos Fontanive
Nizan Guanaes
Norman Gall
Oded Grajew
Paulo Cesar Queiroz
Paulo Renato Souza (falecido)
Pedro Moreira Salles
Percival Caropreso Jr.
Peter Graber
Priscila Fonseca da Cruz
Raí Souza Vieira de Oliveira
Raquel F. Alessandri Teixeira
Raul Martins Bastos
Regina Carla Madalozzo
Renata de Camargo Nascimento
Reynaldo Fernandes
Ricardo Chaves de Rezende Martins
Ricardo Kotscho
Ricardo Henriques
Ricardo Paes de Barros
Ricardo Voltolini
Ricardo Young da Silva
Roberto Civita (falecido)
Roberto Teixeira da Costa
Rodolfo Villela Marino
Ruben Klein
Ruth Corrêa Leite Cardoso (falecida)
Sergio Antonio Garcia Amoroso
Sergio Cunha Valente
Sergio Ephim Mindlin
Sergio Motta Mello
Silvio Romeiro de Lemos Meira
Simon Schwartzman
Tomas Tomislav Zinner
Vincent Defourny
Viviane Senna
Wanda Engel Aduan
Wilma Resende Araujo Santos
Zilda Arns Neumann (falecida)

Fonte: Todos Pela Educação (s. d.).

Figura 26 – Membros dos Conselhos do Todos pela Educação em 2022

CONSELHO DELIBERATIVO	CONSELHO CONSULTIVO
ANA AMÉLIA INOUE BINHO MARQUES CLAUDIA MARIA COSTIN EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON NINA BEATRIZ STOCCO RANIERI PAULO SERGIO KAKINOFF RICARDO UBIRACI SENNES PRISCILA CRUZ	ANA MARIA S. DINIZ D'AVILA ANTÔNIO JACINTO MATIAS FERNANDO LUIZ ABRUCIO JAIR RIBEIRO DA SILVA NETO MARIA LUCIA MEIRELLES REIS MOZART NEVES RAMOS RODOLFO VILLELA MARINO
CONSELHO DE FUNDADORES	CONSELHO FISCAL
DANIEL FEFFER DANILO SANTOS DE MIRANDA JAYME SIROTSKY JORGE GERDAU JOHANNPETER LUIS NORBERTO PASCOAL MILÚ VILLELA VIVIANE SENNA WANDA ENGEL ADUAN	AMÉRICO MATTAR ANNA MARIA TEMOTEO PEREIRA GILBERTO BAGAILOLO CONTADOR JUNIO FUENTES

Fonte: Todos Pela Educação, 2022.

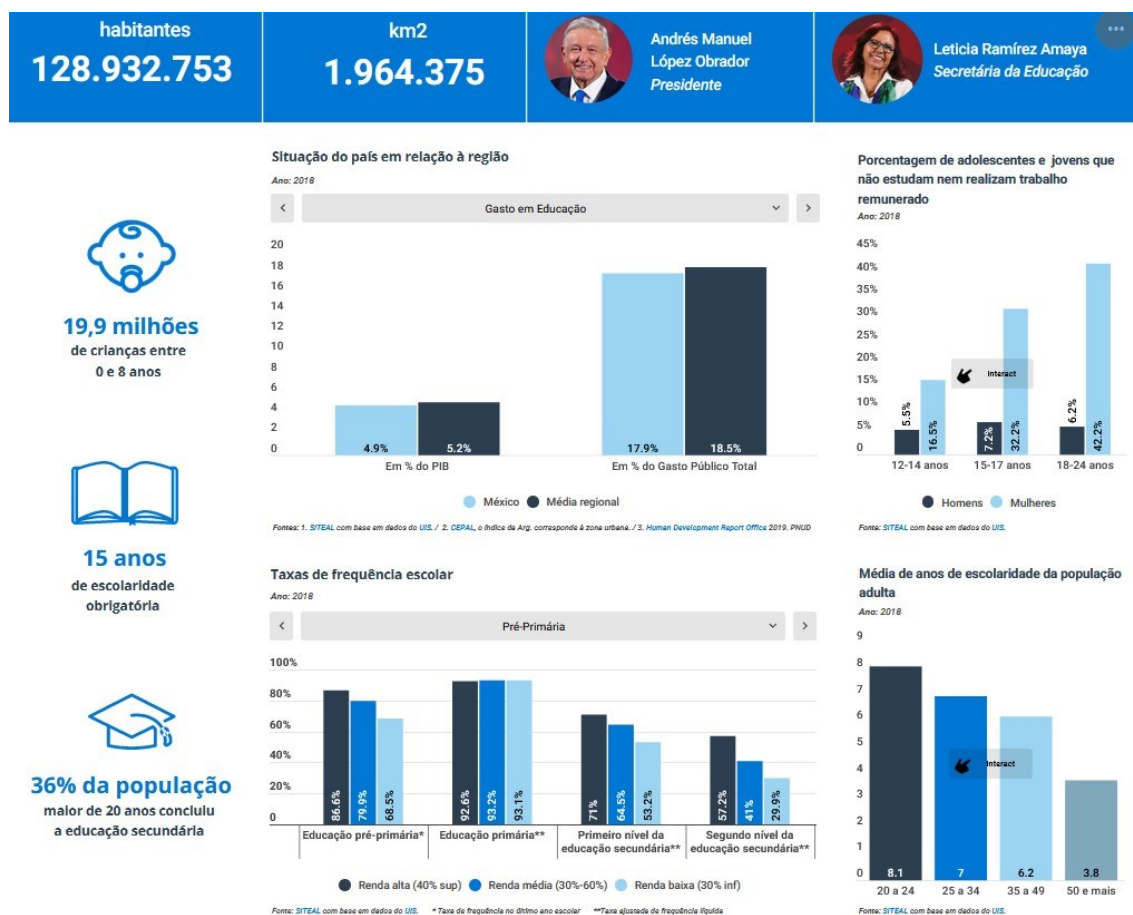
Figura 27 – Empresas mantenedoras do Todos pela Educação em 2022



Fonte: Todos pela Educação (2023).

APÊNDICE L – MÉXICO

Figura 28 – Dados gerais de México



Fonte: Siteal (2023).

APÊNDICE M – PERU

Figura 29 – Dados gerais de Peru



Figura 30 – Sócios de Empresarios por la Educación (Peru)



Fonte: Empresarios por la Educación Peru (2023).

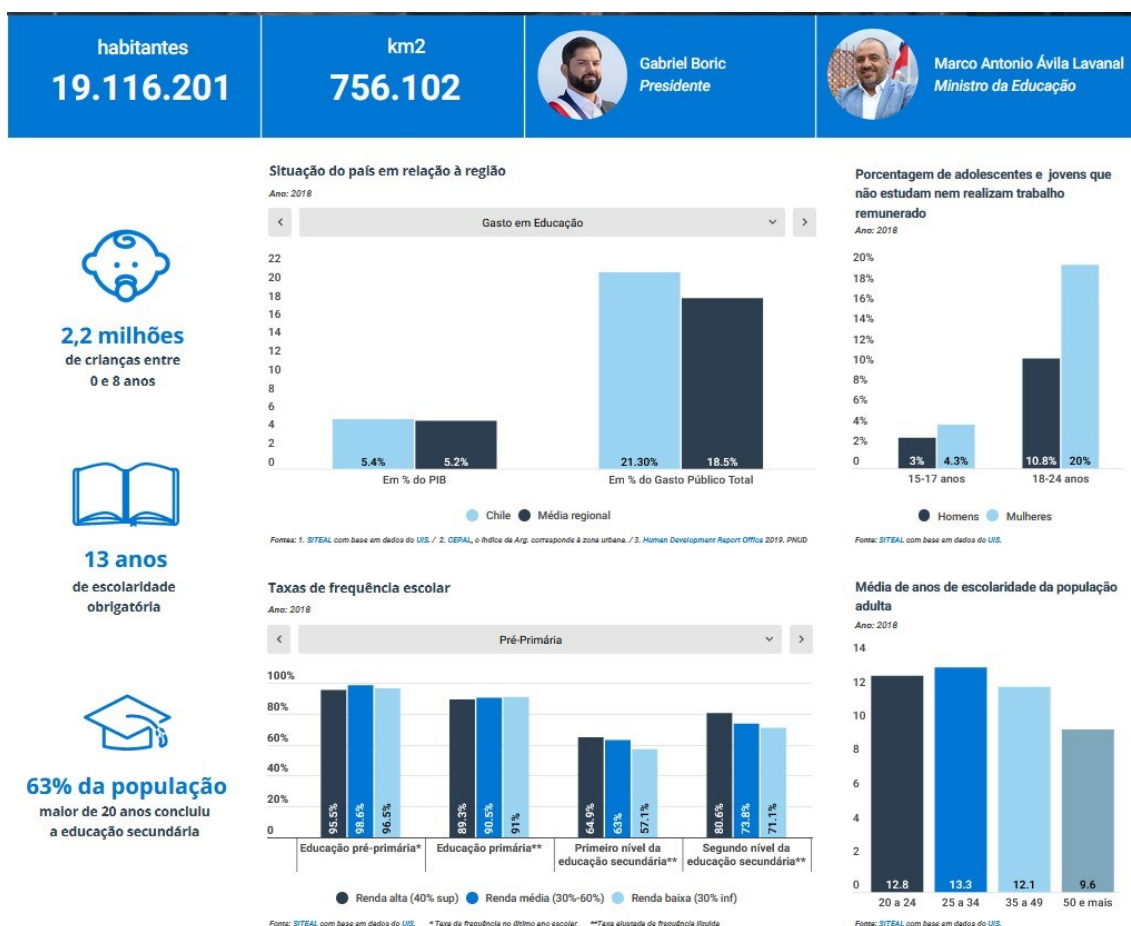
Figura 31 – Aliados de Empresarios por la Educación (Peru)



Fonte: Empresarios por la Educación Peru (2023).

APÊNDICE N – CHILE

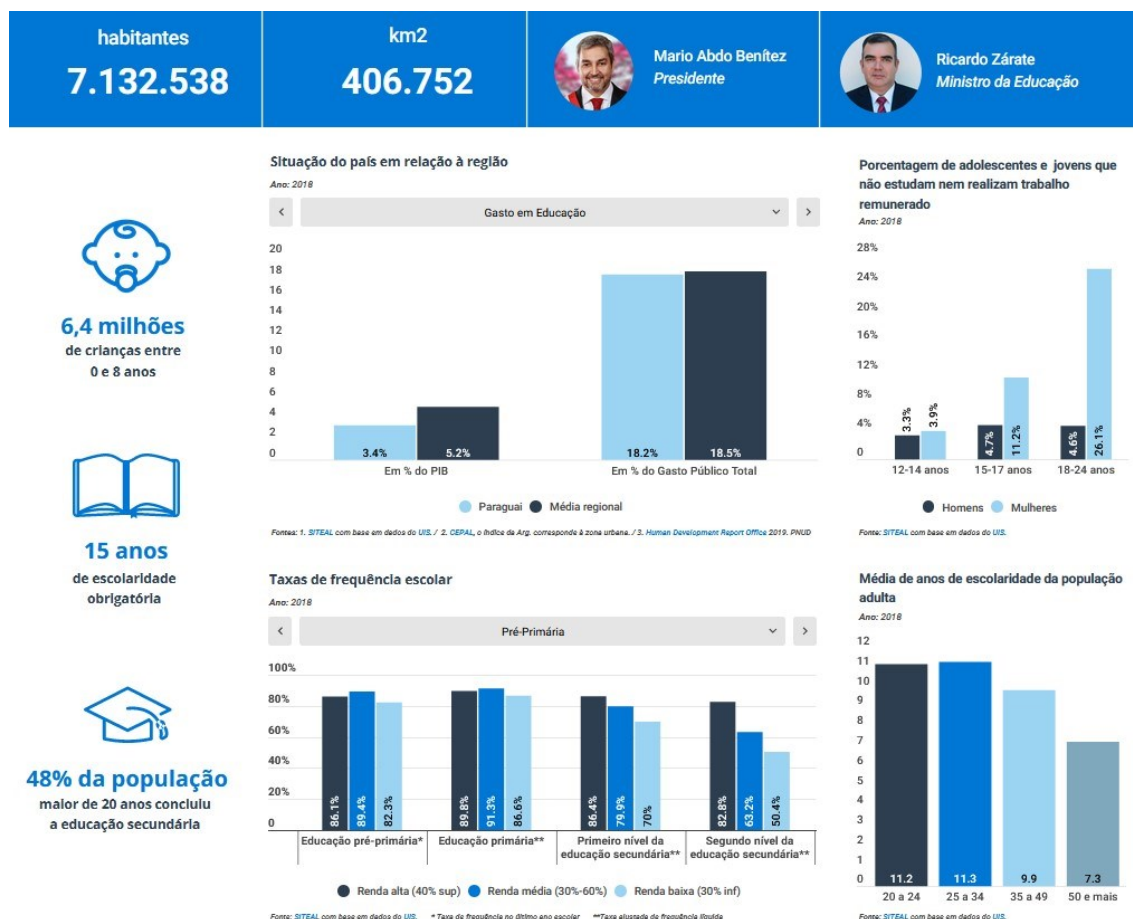
Figura 32 – Dados gerais de Chile



Fonte: Siteal (2023).

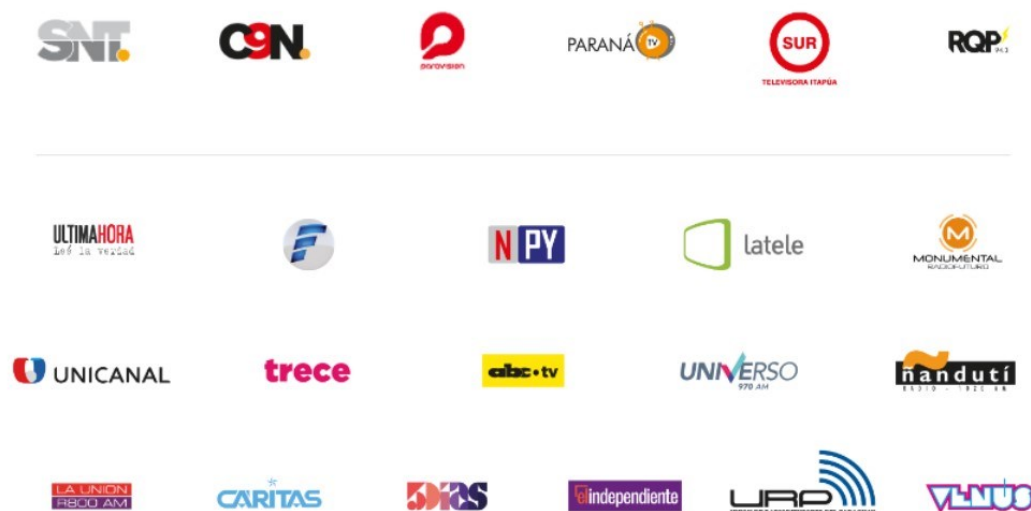
APÊNDICE O – PARAGUAI

Figura 33 – Dados gerais de Paraguai



Fonte: Siteal (2023).

Figura 34 – Meios de comunicação aliados do Juntos por la Educación (Paraguai, 2023)



Fonte: Juntos por la Educación, 2023.

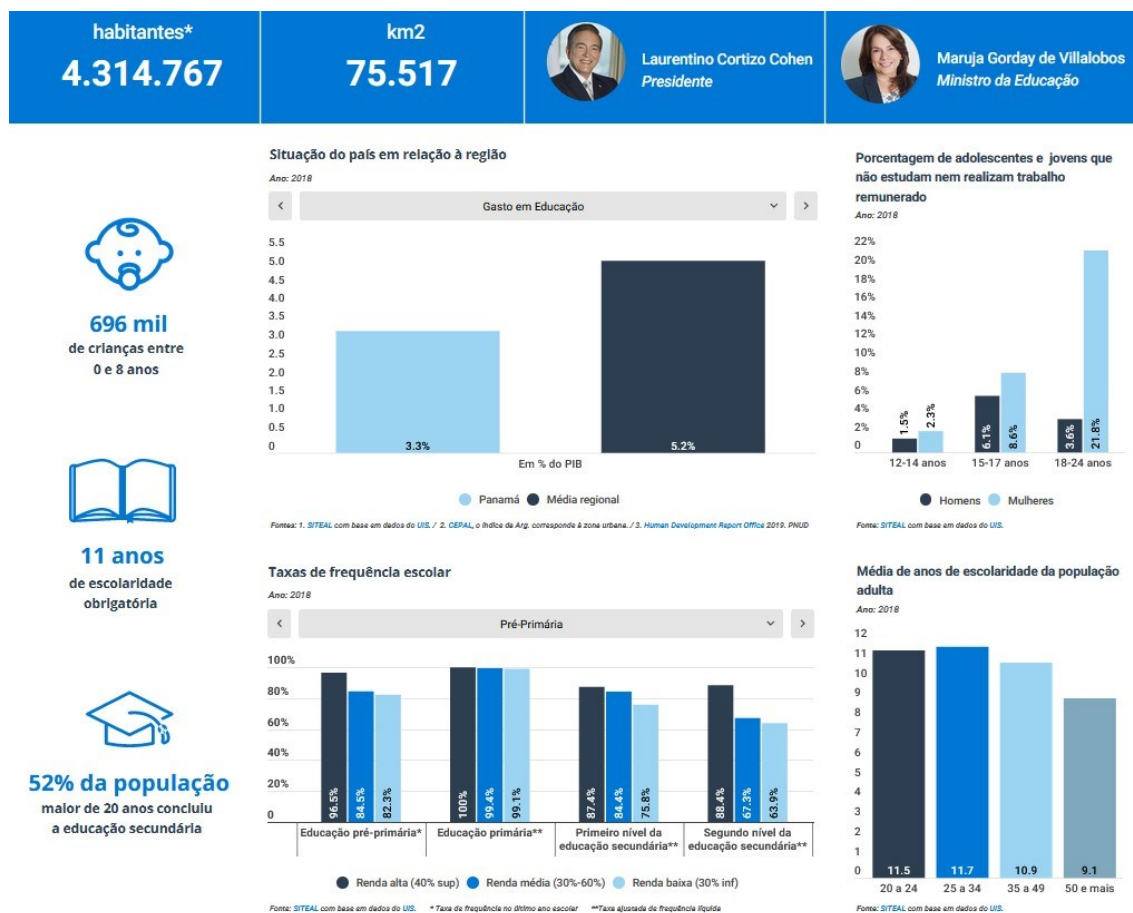
Figura 34 – Outros aliados do Juntos por la Educación (Paraguai, 2023)



Fonte: Juntos por la Educación, 2023.

APÊNDICE P – PANAMÁ

Figura 35 – Dados gerais de Panamá



Fonte: Siteal (2023).

Quadro 27 – Membros do conselho consultivo original do Unidos por la Educación (Panamá, 2023)

Alvaro Alvarado
Jorge Arosemena
Norma Cano
Edwin Cabrera
Noemí Castillo
Julio Escobar
Aurelio Lineros
Mariana McPherson
Juan Moreno
Luis H. Moreno

Marcela Paredes
Elida Picota
Guido Rodríguez
Yaribel Ruiz
Javier Yap Endara

Fonte: Unidos por la Educación (2023).

Figura 35 – Publicação do Unidos por la Educación (Panamá) sobre a Reduca (2018)



Fundación Unidos por la Educación esta conformado por individuos de diferentes sectores, interesado en promover un mejor futuro para Panamá a través de sistema educativo de calidad. Promovemos una agenda que busca impulsar políticas de Estado en materia de educación con amplia participación ciudadana.

Fonte: Unidos X Educación (2018).